

AVALIAÇÃO
DOS
PROGRAMAS
E AÇÕES

VOLUME III

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 8 E 9

RAG 2008

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL





Estado de Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

VOLUME III

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 8 E 9

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DA BIODIVERSIDADE COM O USO E MANEJO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E COM DIMINUIÇÃO DAS PRESSÕES ANTRÓPICAS, ESPECIALMENTE SOBRE A FLORESTA.

CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS(177)	4
EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA(178)	14
CONSERVAÇÃO E FESTÃO DE BIODIVERSIDADE(180)	42
GESTÃO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO(181)	65
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS(182)	88
DEFESA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE(261)	100

OBJETIVO ESTRATÉGICO 9

REDUÇÃO DO RITMO DE DESMATAMENTO E RECUPERAÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E DAS ÁREAS DEGRADADAS DOS BIOMAS DE MATO GROSSO.

GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS(179)	104
DESENVOLVIMENTO FLORESTAL / MT-FLORESTA(190)	116



Estado de Mato Grosso

Relatório Analítico de Programa

Programa: 0177 - CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS

Origem do Programa: DEFICIENCIA DA AFERIÇÃO DO IMPACTO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS CAUSADO POR: - POUCA EFETIVIDADE DO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO; - FORTE CENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE LICENCIAMENTO, TODAS REALIZADAS NA SEDE DA SEMA; - OS RECURSOS HUMANOS SÃO INSUFICIENTES

Objetivo do Programa: REALIZAR O MONITORAMENTO E O ORDENAMENTO DO ESPAÇO, LICENCIANDO, VISTORIANDO E FISCALIZANDO OS EMPREENDIMENTOS COM POTENCIAL POLUIDOR.

Público Alvo: EMPREENDEDORES DO SETORES DE INDUSTRIAIS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA

Unidade Resp. Programa: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Responsável pelo Programa: BATHILDE JORGE MORAIS ABDALLA -SECRETÁRIO ADJUNTO DE ME

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
MUNICIPIOS ATENDIDOS PELO LICENCIAMENTO	Quadrimestral	MUNICÍPIO	69	139	0	141	31/12/2008
Nº DE INSTRUMENTOS LEGAIS APLICADOS (AUTO DE INSPEÇÃO, NOTIFICAÇÃO, INFRAÇÃO, EMBARGO E INTERDIÇÃO)	Anual	UNIDADE	1500	3500	2000	1.236	31/12/2008
Nº DE PROCESSOS ANALISADOS NA SUIMIS	Anual	UNIDADE	1000	2500	1000	5.019	31/12/2008

Análise de indicadores

Quanto aos indicadores, consideramos que o indicador Municípios Atendidos pelo Licenciamento, não vem a ser um indicador de qualidade ambiental pois a meta da SEMA é abranger a todos os municípios do Estado. Desta forma propomos que deva ser alterado para Número de Municípios Habilitados nos Consórcios Municipais, tendo-se como referência a ação 1528 - Descentralização do Licenciamento. Quanto ao Nº de Instrumentos Legais Aplicados, é um ótimo indicador de desempenho que reflete as ações de fiscalização em empreendimentos com potencial poluidor em todo o Estado, assim como o nº de Processos Analisados na SUIMIS é o indicador de desempenho da Superintendência de licenciamento desses empreendimentos, reflete o número real de processos que foram analisados quer tenham sido indeferidos ou recebido suas respectivas licenças. Dentro desta ótica consideramos estes indicadores os ideais para uma melhor mensuração dos resultados obtidos, alinhados aos objetivos e principalmente à estratégia de combater os poluidores ambientais.

Análise do Programa

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
3.033.300,02	2.508.769,47	1.715.699,26	0	56,56	68,39

Capacidade de Planejamento:

O resultado do PPD apresentou-se deficiente em virtude das inúmeras aquisições previstas para as 03 (três) superintendências que executam o programa, pois os valores foram orçados para execução de tarefas, manutenção de equipes e equipamentos e aquisição de novos equipamentos para as três Superintendências. Quando há o impedimento de aquisição principalmente de equipamentos junto a SAD, ocorre sobra orçamentária, o que pode parecer que os valores foram superestimados, todavia se houvesse a realização de todas as solicitações de aquisições o percentual do PPD seria no mínimo bom.

Capacidade de Execução:

A execução orçamentária e financeira, teve problemas com aquisição junto à SAD, o que fez ao percentual diminuir. DE forma alguma podemos considerar que houve super dimensionamento nos valores previstos, ao contrario consideramos que a execução poderia ter sido bem melhor caso as aquisições fossem realizadas diretamente pela SSecretaria.



Estado de Mato Grosso

Execução do Programa:

A execução do programa, pode ser considerada satisfatória pois as metas das ações que contribuem para a avaliação do programa foram atingidas a contento, mesmo com o baixo índice de desempenho do PPD e COFD, pois ambos consideram a execução orçamentaria e financeira, cujos problemas já foram mencionados anteriormente.

Resultados:

Quanto a efetividade podemos considerar que o programa cumpre com seus objetivos, uma vês que apesar do PPD e COFD, apresentarem resultados deficientes e regular respectivamente, trata apenas dos valor orçados que por um ou outro motivo não foram gastos, porém consideramos mais importante os objetivos atingidos.

Principais Restrições e providências adotadas:

Consideramos a principal restrição a não aprovação pela SAD dos termos de referencia para aquisições de equipamentos considerandos de extrema importância para a SUIMIS, orçados e aprovados no PTA, simplesmente não autorizados, pelo motivo esdruxulo argumentado de que a ação já havia adquirido equipamentos neste programa e não levar em consideração que haviam sidos adquidos para ações distintas de Superintendência distintas. Desta forma consideramos que a concentração e centralização nos moldes atuais dificultam bastante o bom andamento da execução financeira do programa.

Outros Aspectos Relevantes:

Não houve.

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação: 1528 – DESCENTRALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES POLUIDORAS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: AMPLIAR A CAPAC. DE GESTÃO AMBIENTAL DOS MUNIC. A PARTIR DA DESCENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DAS ATIVIDADES POLUIDORAS DE PEQUENO PORTE.

Descrição da Meta Física: CONSÓRCIO HABILITADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: CARLOS ALBERTO LOPES

Região de Planejamento	Meta
0700 - SUDOESTE	3

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	3	100,00	100,00

Análise da Meta Física

Deve-se ressaltar que a meta previa a habilitação de consórcios intermunicipais de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental. Devido o momento político do ano de 2008, onde a maioria dos prefeitos estavam envolvidos em atividades políticas, uns voltados para reeleição e outros deixando as prefeituras, não houve ambiente para tratar de consórcios. Desta maneira concentramos esforços no sentido de habilitar alguns municípios polos, onde os prefeitos mostraram vontade política de habilitar o município para executar as atividades de licenciamento e fiscalização de atividades de impacto local. Do total de processos protocolados na SEMA, em nº de 08, conseguimos a habilitação de 04 municípios, com a aprovação do CONSEMA: Cuiabá, Primavera do Leste, Campo Verde e Lucas do Rio Verde, municípios esses que possuem uma grande representatividade em termos de demanda por licenciamento de atividades de pequeno e médio porte, de impacto local.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	150.000,06	51.100,00	42.546,37	0	28,36	83,26
Todas	150.000,06	51.100,00	42.546,37	0	28,36	83,26

Capacidade de Planejamento:

Os valores alocados para execução das ações foram superestimados, em especial a rubrica para pagamento de diária. Quanto a rubrica Material Permanente foi subestimada. Deve-se ressaltar, que grande parte dos recursos não foram utilizados devido as peculiaridades do momento, as eleições municipais, que atrapalharam significativamente a implementação das medidas/tarefas previstas. Também não foi concluída a licitação para aquisição de computador e impressora prevista para 2008.

Capacidade de Execução:

Como tivemos dificuldades para habilitar os consórcios, os esforços foram concentrados para aprovação da Resolução CONSEMA Nº 04/2008 - Dispõe sobre os critérios para habilitação ao Licenciamento Ambiental Municipal e a Criação da Comissão de Municipalização do Licenciamento Ambiental -CML. Com esses instrumentos fundamentais para a habilitação de consórcios e municípios, fomos para campo apresentar o projeto para vários prefeitos, secretários municipais e lideranças políticas locais. Devido a receptividade dos gestores, concentramos esforços para habilitação dos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campo Verde, Primavera do Leste, Rondonópolis e Cuiabá, os quais protocolaram os processos para habilitação no ano de 2008. Dentre esses, Rondonópolis e Sorriso não deram prosseguimento ao processo. Deve destacar também, que foram realizadas várias reuniões com gestores municipais através dos Consórcios Intermunicipais e MT Regional, com objetivo de apresentar o Projeto de Descentralização do Licenciamento Ambiental, em especial para discutir os critérios de habilitação dos municípios e consórcios.



Estado de Mato Grosso

Alcance do Objetivo Específico:

Os valores orçados foram satisfatórios, com exceção dos recursos destinados a aquisição de equipamentos e materiais para estruturação e operacionalização da Comissão de Municipalização do Licenciamento Ambiental - CML. Não foram utilizados os recursos em maior quantidade, devido principalmente a demora para aprovarmos a Resolução CONSEMA N°04/2008, que cria os critérios para habilitação de municípios e consórcios e da criação da Comissão de Municipalização do Licenciamento Ambiental-CML, responsável pelos contatos com gestores e das análises dos processos de habilitação. Em seguida, veio o período eleitoral que foi muito prejudicial para os municípios produzir e aprovar os projetos de leis e outros documentos exigidos para a habilitação. Pelas justificativas acima, concentramos os esforços naqueles municípios que estavam com o processo mais adiantados, com leis aprovadas nas camaras municipais, tendo despesas somente de diárias e transporte.

Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos planejados na LOA/2008 foram suficientes, até mesmo superdimensionados para rubrica Diárias e subdimensionado para a rubrica aquisição de equipamentos e materiais de consumo. Deve-se enfatizar, que parte dos recursos foram remanejados no valor de R\$ 98.900,06 (Noventa e oito mil novecentos reais e seis centavos). Este remanejamento visou realocar os recursos para outra utilização, porém sem gerar prejuízo para as metas.

Outros Aspectos Relevantes:

Não foi utilizado recursos de origem não orçamentária.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Tendo em vista que a Resolução CONSEMA N°04/2008, define critérios para habilitação de municípios e consórcios, deverão ser utilizados como produto e avaliação, tanto o número de consórcios, quanto número de municípios habilitados. Do ponto de vista do objetivo principal da descentralização, que é o fortalecimento da gestão ambiental municipal, entendemos que seja de fundamental importância tecer esforços para que os municípios que tenha condições, se habilite individualmente, criando a secretaria municipal de meio ambiente e uma estrutura técnica-administrativa própria para proceder a gestão ambiental integrada do município, levando em consideração o Licenciamento e a Fiscalização de atividades de impacto local, a educação ambiental, unidades de conservação municipal, a coleta seletiva do lixo doméstico, além de ações de recuperação do passivo ambiental.

Ação: 2333 - LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DISCIPLINAR AS ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Descrição da Meta Física: EMPREENDIMENTOS LICENCIADOS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: CARLOS ALBERTO LOPES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	1385

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1000	1000	1385	138,50	138,50

Análise da Meta Física

De acordo com a nossa previsão, tínhamos como meta atingir 1.000 (mil) novos empreendimentos em todo o Estado de MT para novos licenciamentos, ocorre que para o bem do meio ambiente, não foram poupados esforços para que esta meta fosse atingida, assim como continuar o monitoramento nos demais empreendimentos já licenciados pela Secretaria de Meio Ambiente. Neste raciocínio, então obtivemos um resultado bastante satisfatório para o meio ambiente, pois atingimos 1.385 (mil trezentos e oitenta e cinco) novos empreendimentos os quais receberam LP - Licença Prévia, somados as 1301 (mil trezentos e uma) Licença de Instalação- LI e 1.835 (mil oitocentos e trinta e cinco) Licenças de Operação -LO. Informamos ainda que a LP é fornecida para novos empreendimentos ou seja aprova-se ambientalmente o local para o futuro empreendimento. Já a LI é fornecida para a instalação do empreendimento naquele local previamente aprovado juntamente com o projeto básico e finalmente a LO é fornecida para o funcionamento do empreendimento ou seja a operação.



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	150.000,00	52.452,57	27.590,87	0	18,39	52,60
109	120.000,00	120.000,00	90.621,60	0	75,52	75,52
240	900.000,01	709.345,40	695.360,07	0	77,26	98,03
261	100.000,00	18.646,10	0,00	0	0	0
Todas	1.270.000,01	900.444,07	813.572,54	0	64,06	90,35

Capacidade de Planejamento:

O PPD apresentou desempenho regular. Porém, se considerarmos - que a fonte 261 com previsão na LOA de R\$100.000,00 não teve a cobertura financeira, tendo em vista que não houve convênios com finalidade de licenciamento ou monitoramento de empreendimentos, aliado ao remanejamento de R\$ 136.732,00 da fonte 240 para atender a Verba Indenizatória Ambiental(VIA) na Ação 2007- o PPD teria um desempenho bom. Desta forma, foram remanejados 81,36% do valor previsto na fonte 261 para a Ação 4040, onde havia financeiro e convênio para a execução do P2R2., restando apenas os R\$ 18.646,10 que devido a falta de financeiro não foi executado. Ressaltamos também que a importância de R\$ 27.710,00, da fonte 109, prevista para diárias não foi gasta face economia gerada pela VIA; R\$ 22.361,70, da fonte 100, previstos para aquisição de equipamentos como GPS, máquinas digitais e novos computadores para melhor equipar a Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústrias e Serviços, devido a morosidade administrativa, principalmente da SAD (Secretaria de Administração), nas licitações necessárias para tanto, não permitindo a execução, os equipamentos não foram adquiridos. Portanto a justificativa para este desempenho regular é que a burocracia apresentada pela SAD, prejudica o bom andamento das aquisições necessárias pelos Órgãos executores e finalísticos.

Capacidade de Execução:

O COFD apresentou um desempenho ótimo, poderia ter sido melhor caso não tivessem havidos os problemas elencados anteriormente: Criação da VIA, inexistência de financeiro na fonte 261 e problemas com licitações na Secretaria de Administração SAD. Porém, temos a informar que os remanejamentos de diárias para VIA e a não aquisição de equipamentos novos, não interferiram no andamento das atividades da Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústrias e Serviços.

Alcance do Objetivo Específico:

O percentual baixo apresentado pelo PPD não afetou o objetivo da Ação, pelos motivos já expostos. O mesmo foi plenamente atingido e apresenta-se alinhado com o objetivo do programa.

Execução Orçamentária e Financeira:

Como dito anteriormente, a execução teve problemas tanto orçamentários (remanejamentos) quanto financeiros (indisponibilidade para fonte 261) como também, envolvendo licitações na SAD. Porém, estes fatos não comprometeram a execução da ação, bem como sua meta, pois atingiu os resultados esperados. Não consideramos que tenha havido uma superestimativa de valores, ocorre que se houvesse ocorrido as aquisições, trabalharíamos com melhores equipamentos e com maior tranquilidade e conforto, pois a área ambiental é bastante desgastante para seus executores.

Outros Aspectos Relevantes:

Como relevância, consideramos que o sistema de pregão concentrado na SAD, torna as aquisições muito demoradas, burocráticas e muitas vezes prejudica a ação, pois no caso desta (0177) é executada por três (03) Superintendência e as aquisições são distintas com finalidades diferentes, portanto somente os responsáveis pela ação e que sabem de suas necessidades para melhor atingir as metas e objetivos propostos. Ocorre que quando da emissão do termo de referência para a aquisição de equipamentos e materiais para a SUIMIS a SAD alega já ter havido aquisições destes equipamentos para esta ação, porém, sem analisar que a aquisição havia sido feita pela SUF e Defesa Civil, desta forma a SUIMIS ficou prejudicada em suas aquisições, por terem considerados os equipamentos solicitados já adquiridos. Outro item relevante é quanto a regionalização das ações, a 2333 cobre o estado todo pois os incrementos maiores são nos municípios, portanto não há como direcionar os licenciamentos por região pois dependemos da demanda solicitada para podermos dar as respostas desejadas.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:



Estado de Mato Grosso

Ação: 4040 - ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DAR RESPOSTA A EMERGÊNCIAS COM PRODUTOS PERIGOSOS

Descrição da Meta Física: ATENDIMENTO REALIZADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: JOAO CARLOS ROCHA - SD BM

Região de Planejamento	Meta
0100 - NOROESTE	0
0200 - NORTE	2
0300 - NORDESTE	1
0400 - LESTE	4
0500 - SUDESTE	10
0600 - SUL	25
0700 - SUDOESTE	2
0800 - OESTE	2
0900 - CENTRO OESTE	0
1100 - NOROESTE II	0
1200 - CENTRO NORTE	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
24	24	46	191,67	191,67

Análise da Meta Física

A meta prevista para atendimento a acidentes com produtos químicos perigosos no Estado foi superada em relação a quantidade estabelecida, pois na época não tínhamos previsão exata quanto ao aumento de transporte rodoviários de produtos químicos perigosos nas rodovias Estaduais e Federais. Contudo, conseguimos realizar registros de atendimentos a 48 acidentes com produtos químicos perigosos com sucesso. Os créditos suplementados a esta ação ocorreram pelo motivo do valor orçamentário está abaixo do valor financeiro, para equilíbrio das contas houve necessidade dessa suplementação da ação 4040, advinda da ação 2333 (Programa 177) e ação 4035 (Programa 181). Informamos ainda, que a fonte 261 trata-se de repasse do Governo Federal (Fundo Nacional do Meio Ambiente), através do convênio firmado entre SEMA e FNMA, que no exercício anterior não houve repasse, inviabilizando a aquisição de bens e serviços da ação satisfatoriamente.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	0,00	19.400,00	19.365,00	0	0	99,82
240	128.300,00	192.470,16	140.802,33	0	109,74	73,16
261	280.000,00	361.353,90	32.871,98	0	11,74	9,10
Todas	408.300,00	573.224,06	193.039,31	0	47,28	33,68

Capacidade de Planejamento:

O Planejamento das atividades foram executados no período adequado, elaborando um cronograma de trabalho minucioso para que atendesse as fases da execução do Convênio Federal e, sobretudo ao proposto no PTA 2008. Contudo, entre o percurso de autorização da Superintendência de Aquisições Governamentais da Secretaria de Administração do Estado e a realização de processo licitatório, bem como da fase conclusiva para empenho do processo, ocorreu um grande lapso de tempo, impossibilitando a aquisição e contratação de serviços especializados para atendimento desta Coordenadoria em tempo hábil da agenda estabelecida pela própria SAD e prazo de empenho da Secretaria de Fazenda (SEFAZ).



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

Diante das exposições acima descritas impediram melhor desempenho com relação aos gastos financeiros.

Alcance do Objetivo Específico:

As aquisições dessa ação, oriundas da fonte 240, foram executadas na totalidade, adquirimos: 01 fotoionizador, barreiras de contenção, manta absorvente, capacete, luvas nitrílicas, compressor de ar respirável, turfa, gás para calibrar os detectores multi-gás, filtro p3, freio oito, televisor, ar condicionado, cabo estático, roupa encapsulada para treinamento. Com a compra desses equipamentos foi possível atender as demandas desta Coordenadoria. Os recursos disponíveis dessa fonte é resultante de contra-partida da SEMA (cerca de 10 a 15% do valor do repasse) aos recursos advindo do Convênio do P2R2, podendo ser gastos somente na aquisição desses bens, no que foi prejudicado em parte, pelo baixo recurso disponível dessa Fonte, adquirindo somente a quantidade mínima necessária para atender essas emergências. Conseguimos também realizar locação de 05 (cinco) veículos para mapeamento do P2R2. Quanto a fonte 261 da ação 4040 foi possível executar somente o elemento de despesa 33901400 (diárias) viagens para mapeamento de áreas de risco, sítios frágeis vulneráveis, histórico de ocorrência, unidade de resposta, empreendimento impactante e fotografias dos empreendimentos impactantes. Os municípios atendidos foram: Sorriso, Sinop, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade e outros.

Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária foram satisfatória nas fontes 100 e 240, contudo devido ao não repasse da última parcela dos recursos federais (Fonte 261) destinados ao exercício de 2008, esse recurso é advindo Convênio SEMA e FNMA, onde foi firmado o Plano Nacional de Prevenção, Preparação, Resposta Rápida a Emergências com produtos químicos Perigosos (P2R2). Diante do fato exposto da fonte 261, inviabilizado as aquisições de bens e serviços propostos nessa ação.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Recomendo o estudo mais complexo do sistema de aquisição do Estado, pois na maioria das vezes acabam por prejudicar a realização das atividades do órgão, bem como de outras Secretarias. Há necessidade de dar celeridades aos procedimentos internos de cotação de preços, autorização da despesa, e disponibilidade de salas para realização das aquisições de bens e/ou serviços.

Ação: 4082 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: IMPLEMENTAR AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO EM ATIVIDADES POLUIDORAS

Descrição da Meta Física: FISCALIZACAO REALIZADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: JONAS DUARTE DE ARAUJO - CAP. PM

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Meta

610

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
600	600	610	101,67	101,67

Análise da Meta Física

Considera-se como produto, nesta ação, cada empreendimento fiscalizado. Durante o ano de 2008 foram emitidos 545 autos de inspeção, 386 notificações, 7 termos de apreensão, 89 termos de embargo e 209 autos de infração, totalizando R\$ 25.583.395,85 em multas. Convém salientar que as fiscalizações realizadas pela ação 4082 (fiscalização das atividades poluidoras) estão diretamente relacionadas com as ações 4083 (fiscalização em áreas de disposição de resíduos sólidos e empreendimentos) e 2357 (fiscalização de empreendimentos usuários de água). Ou seja, a produtividade mensurada relativa à ação 4082 engloba as fiscalizações realizadas nas ações 4083 e 2357. O cumprimento da meta física deu-se acima do previsto no Plano de Trabalho Anual de 2008, que previu a realização de 600 fiscalizações durante o ano. Em 2008 foram executadas 610 ações, o que representa o alcance de 101,66% da meta anual. Foram realizadas operações de fiscalização em empreendimentos localizados nos seguintes municípios: Aripuanã, Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Canarana, Colíder, Guarantã do Norte, Juara, Juína, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sinop, Tangará da Serra, Alto Araguaia, Baixada Cuiabana, Itanhangá, Ipiranga do Norte e Tapurah, dentre outros.



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	149.999,81	129.999,81	42.766,19	0	28,51	32,90
109	350.000,16	390.000,16	291.955,26	0	83,42	74,86
240	474.999,98	234.001,37	212.268,25	0	44,69	90,71
261	50.000,00	50.000,00	0,00	0	0	0
Todas	1.024.999,95	804.001,34	546.989,70	0	53,36	68,03

Capacidade de Planejamento:

Os recursos previstos na Fonte 261 não foram utilizados devido ao fato de não terem sido firmados convênios federais para a sua utilização. As suplementações totalizaram R\$ 389.823,14 e as anulações, R\$ 610.821,75. Parte do valor anulado estava destinada à aquisição de um veículo, que não foi autorizada. Outra parcela dos valores anulados nesta ação objetivou a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. As suplementações possibilitaram a realização de cursos de capacitação, que não estavam previstos no PTA 2008 (pagamento de diárias, viabilizando a participação dos servidores lotados nas Unidades Regionais e locação de espaço físico), bem como a aquisição de materiais permanentes. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

Capacidade de Execução:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Os recursos previstos na Fonte 261 não foram utilizados devido ao fato de não terem sido firmados convênios federais para a sua utilização. Parte dos valores anulados nesta ação objetivou a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

Alcance do Objetivo Específico:

O planejamento físico e orçamentário desta ação foi elaborado considerando que uma campanha de fiscalização poderá ser subdividida em diversas ações (ex: região norte → 01 campanha = 10 ações, ou seja, 10 empreendimentos fiscalizados). Outro fator importante considerado como base para o planejamento foram as condições existentes na época da elaboração do PPA, que resultaram na previsão de índices de crescimentos fundamentados conforme a seguir: estruturação e reestruturação física das Unidades Desconcentradas; formação de equipes técnicas multidisciplinares com a contratação de técnicos e agentes ambientais para a Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, bem como para as Unidades Desconcentradas, o que resultaria em maior número de equipes em ações; melhorias na logística disponibilizada. No entanto, a situação atual é a seguinte: falta de estrutura nas Unidades Desconcentradas (foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008); houve redução no número de Unidades Desconcentradas. O alcance do objetivo específico da Ação 4082, que é implementar ações de fiscalização em atividades poluidoras, foi influenciado diretamente pelos fatos acima expostos.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2008: R\$ 1.024.999,95; Total das anulações: R\$ 610.821,75; Total das suplementações: R\$ 389.823,14; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 804.001,34; Saldo em 31/12/2008: R\$ 257.011,64. Para a ação 4082 foi previsto no PTA 2008 o valor de R\$ 1.024.999,95. As diárias pagas aos servidores para realização de ações de fiscalização totalizaram R\$ 216.575,00 em 2008. De janeiro a dezembro de 2008 foram executados 68,03% do orçamento previsto para o ano de 2008 (considerando saldo orçamentário após anulações e suplementações). As suplementações totalizaram R\$ 389.823,14 e as anulações, R\$ 610.821,75. Parte do valor anulado estava destinada à aquisição de um veículo, que não foi autorizada. Outra parcela dos valores anulados nesta ação objetivou a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA.

Outros Aspectos Relevantes:

As diárias pagas aos servidores para realização de ações de fiscalização totalizaram R\$ 216.575,00 em 2008. Foram adquiridos aparelhos de GPS, máquinas fotográficas e fontes veiculares para notebook com recursos provenientes desta ação, materiais que irão atender todas as atividades de fiscalização desenvolvidas pelas Coordenadorias que compõe a SUF. Foram adquiridos ainda 12 barcos, 12 carretas de alumínio para transporte de barcos, 04 motores de popa de 40 HP e 08 motores de popa de 25 HP, utilizando recursos desta ação, materiais permanentes que irão equipar, além da Superintendência de



Estado de Mato Grosso

Fiscalização, as unidades desconcentradas e unidades de conservação estaduais. Outro processo de aquisição efetuado com recursos desta ação teve como objeto a compra de uniformes para as equipes de fiscalização. Foi realizado Curso de Capacitação Ambiental, promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente em conjunto com o Centro de Capacitação, Desenvolvimento e Pesquisa da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de capacitar policiais militares e servidores da SEMA. Foram capacitadas turmas nos Municípios de Cuiabá (120 alunos), Sinop (60 alunos) e Barra do Garças (50 alunos). O curso teve duração de 40 horas e abrangeu 14 disciplinas.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 4127 - CAPACITAÇÃO CONTINUA DE TÉCNICAS DE CONTROLE AMBIENTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: CAPACITAR OS TECNICOS NAS ÁREAS DE LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

Descrição da Meta Física: PROFISSIONAL CAPACITADO

Unidade de Medida: PESSOA

Responsável pela Ação: CARLOS ALBERTO LOPES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	39

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
40	40	39	97,50	97,50

Análise da Meta Física

Foram capacitados 39 técnicos envolvendo diversas áreas atendendo a todas as coordenadorias da Superintendência (SUIMIS), sendo que a Coordenadoria de Infraestrutura capacitou seus técnicos na área de recursos energéticos participando de cursos e simpósios relativos a energia limpa. Os técnicos da Coordenadoria de Mineração realizaram visitas técnicas em Mineradoras de grande porte dos Estados de Minas e Bahia. A coordenadoria de Atividades Agropecuárias e Piscicultura, teve suas capacitações junto à CETESB/SP, para os técnicos da Coordenadoria de Indústria foi realizado em Cuiabá-MT o curso de avaliação de impactos de resíduos químicos industriais.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	180.000,00	180.000,00	119.551,34	0	66,42	66,42
Todas	180.000,00	180.000,00	119.551,34	0	66,42	66,42

Capacidade de Planejamento:

O PPD apresentou-se regular face que o PTA/2008 foi dimensionado sob a gestão anterior. Com a mudança da gestão da Superintendência houve mudanças de estratégias, ficando os recursos superestimados.

Capacidade de Execução:

O COFD apresenta-se regular em virtude de mudanças de estratégias.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação foi plenamente atingido e está alinhado com o objetivo do programa, o baixo PPD E COFD não reflete prejuízo para o objetivo traçado pelas razões já apontadas anteriormente.



Estado de Mato Grosso

Execução Orçamentária e Financeira:

A AÇÃO não teve problemas orçamentários e financeiros, os recursos foram mais que suficientes face a estratégia adotada para garantir os avanços mínimos necessários em termos de qualificação dos técnicos da SUIMIS. O recurso remanejado para diárias e passagens, no valor de R\$ 70.000,00, visou atender essas alterações (participações em cursos e congressos), pois a previsão inicial visava contratar os serviços de STPJ para realizar as capacitações em Cuiabá. Neste sentido, o recurso ficou superestimado, visto que a meta foi praticamente atingida

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

A regionalização desta ação para todas as Regiões do Estado torna-se inconsistente visto que em torno de 90% dos Servidores da SEMA, são lotados na Sede em Cuiabá, neste sentido a previsão deveria ter sido prevista para a região 0600, onde se encontra a sede. Porém, visto que a capacitação dos servidores beneficia os serviços prestados a todo Estado, achamos correto a previsão para 9900, ou seja todo estado.



Estado de Mato Grosso

Relatório Analítico de Programa

Programa: 0178 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Origem do Programa: A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTÁ DESARTICULADA DAS AÇÕES DE CONTROLE INTRA E INTER ÓRGÃOS.

Objetivo do Programa: EFETIVAR AÇÕES DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORTALECIMENTO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO.

Público Alvo: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, GESTORES, MULTIPLICADORES E PRODUTORES RURAIS.

Unidade Resp. Programa: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Responsável pelo Programa: ANTONIO CARLOS NOGUEIRA

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
INSTITUIÇÃO PÚBLICA E PRIVADA ENVOLVIDA NOS EVENTOS	2008	UNIDADE	14	46	20	247	22/12/2008
MATERIAL PRODUZIDO PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2008	UNIDADE	40000	123032	52000	14916	22/12/2008
MULTIPLICADORES CAPACITADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2008	PESSOA	480	1250	250	1116	22/12/2008
NÚMERO DE MULT. AMB. CAPAC. NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT	Anual	PERCENTUAL	790	800	3200		
PESSOAS ENVOLVIDAS NOS EVENTOS PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2008	PESSOA	2000	6152	2600	7081	22/12/2008
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FORMAL CAPACITADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Anual	PESSOA	8376	10376	500	n informado	
PROPORÇÃO DE GESTORES PUB. AMB. CAPACITADOS, NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ, NO ESTADO DE MT	Anual	PERCENTUAL	28	100	30	n informado	
PROPORÇÃO DE INST. DE ENSINO ATEND. TIE, NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT	Anual	PERCENTUAL	1	5	5		
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS ADESOS AO PROJETO CONSUMO CONSCIENTE	2008	PESSOA	550	2000	900	27	22/12/2008

Análise de indicadores

Os indicadores quantitativos apresentaram superação na capacidade de articulação, na capacidade em envolver pessoas, bem como formar multiplicadores em educação ambiental. Apontam a necessidade de potencializar a produção de materiais informativos, a definição de estratégias para adesão dos servidores da SEMA no projeto consumo consciente visando contribuir no fortalecimento das diretrizes de Educação Ambiental no Estado. Esta análise se refere aos indicadores 461- instituição pública e privada envolvidas nos eventos, 462 - pessoas envolvidas nos eventos pela educação ambiental, 463 - material produzido pela educação ambiental, 464 - servidores públicos estaduais adesos ao projeto consumo consciente e 641 - multiplicadores capacitados em educação ambiental, pois os indicadores 458 - proporção de gestores pub. amb. capacitados, nos munic., por regiões de planej. no Estado de MT, 459 - número de mult. amb. capac. nos munic., por regiões de planej., no Estado de MT e 460 - proporção de inst. de ensino atend. tie, nos munic., por regiões de planej., no Estado de MT foram excluídos durante revisão em 2007no entanto reapareem em 2008.

Análise do Programa

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
2.345.001,88	1.762.881,09	1.252.361,36	0	53,41	71,04



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

O planejamento nas descrições de despesas não foi bem definido, evidenciando na maioria das vezes, ausência de domínio das reais demandas de aquisições e as respectivas naturezas de despesas.

Capacidade de Execução:

A capacidade de execução orçamentária após ajuste orçamentário e financeiro, por meio de créditos adicionais apresentou desempenho regular; pela morosidade nos trâmites dos processos, inexistência de fluxo, pelo uso assistemático do PTA e do seu monitoramento. O PTA é elaborado antes do encerramento do exercício, muitos processos de aquisição são encaminhados sem a garantia da aquisição. Normalmente deixando-se de prever determinadas naturezas de despesas.

Execução do Programa:

A análise se refere às ações de governabilidade da SEMA. O valor previsto foi de R\$1.803.583,00, utilizou-se R\$ 1.149.305,00. Com este recurso o programa gerenciou os três parques urbanos, executou 11 cursos, 126 eventos, envolveu 7081 pessoas e 247 instituições, foram produzidas 14.916 unidades de materiais informativos, em 40 municípios e publicou 04 trabalhos técnicos.

Resultados:

Na execução do Programa houve avanços significativos no processo de articulação em que se previu o envolvimento de 20 instituições e envolveu-se 247 instituições, o que demonstra que houve um avanço no processo de articular as ações de controle intra e inter órgãos, problema que instruiu a estruturação deste programa.

Principais Restrições e providências adotadas:

- Administrativa: morosidade nos tramite dos processos de aquisição, muitos processo de aquisição encaminhado sem a garantia da aquisição, indefinição de procedimentos administrativos, ausência de disseminação e capacitação dos usuários nos procedimentos existentes. -Ambiental: inexistência de cenários ambientais regionalizadas e direcionamento institucional dos programas para a mesma área geográfica, que possibilite um esforço institucional para adoção e/ou desenvolvimento de método de mensuração de resultados; aprovação de projetos de atividades potencialmente poluidoras, sem envolvimento da equipe técnica de Educação Ambiental-Financeiro: Se detectou limitações nas fontes de convênio 245 e 261. Incompatibilidade entre os controles manuais, uma vez que o sistema FIPLAN não permite seu monitoramento em tempo. A execução contábil e financeira é feita no total natureza de despesa, enquanto que na área operacional os processos de aquisições, são por natureza de despesa, medida e tarefa. -Orçamento: Observa-se o uso assistemático do PTA e do seu monitoramento; o PTA é elaborado antes do encerramento de exercício, deixando-se de prever determinadas naturezas de despesas, que estão prevista no exercício e acabam não sendo adquiridas, acarretando em: excesso de crédito adicional; perda orçamentária e repetição da mesma aquisição, concorrência orçamentária com novas propostas de aquisição que compromete os avanços para efetivação da política prevista no PPA. - Institucional: ausência de estratégias de interação e integração na execução das ações das equipes técnica SEMA e SEDUC na materialização dos eixos da educação ambiental não formal e formal. Inexistência de um sistema informacional e banco de dados constituído de instrumentos e ferramentas que possibilite aos responsáveis a revisão e definição de variáveis a serem coletadas e alimentadas, métodos e técnicas de sistematização; ausência de definição institucional da área geográfica prioritária, para que se possam maximizar esforços e definir métodos de mensuração de eficiência, efetividade e restrições relacionadas com o alcance do objetivo geral do programa culminando a missão da SEMA, objetivo estratégico, bem como a missão de Estado. -Técnica: incompatibilidade entre objetivo geral e objetivos específicos, unidade de medida da meta física e mensuração da meta física.

Outros Aspectos Relevantes:

A execução do PTA 2008, possibilitou a equipe de execução do Programa redefinir a estratégia de implementação das atividades meio e fins para o exercício de 2009. Com foco no objetivo estratégico nº 8, delimitação da área geográfica segundo radam Brasil; Dados INPE,dados MMA.Base de dados dos outros programas da SEMA atuando nas mesmas regiões.

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:

- Registra-se a necessidade de desenvolvimento de metodologia de mobilização para aumentar o alcance do processo de articulação. - O processamento sistêmico deverá filtrar e apontar dados e informação condicionante na estruturação de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos, que assegurem o alcance do objetivo do programa culminando com o objetivo estratégico e a missão de Estado. - Registra-se dificuldade na mensuração de resultados que sinaliza a necessidade da Secretaria de Estado de Planejamento em conjunto com coordenadoria de Planejamento da SEMA comecem a desenvolver reuniões de discussão para estudar a regionalização de produtos (bens ou serviços) disponibilizados a sociedade. - um sistema informacional e banco de dados constituído de instrumentos e ferramentas que possibilite aos técnicos responsáveis pela sua execução revisão e definição de variáveis a serem coletadas e alimentadas, métodos e técnicas de sistematização e consistência, durante o processamento de dados e/ou informações.



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação: 1539 – FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Unidade Responsável: 14101-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Objetivo Específico: DAR SUPORTE TEÓRICO – PRÁTICO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Descrição da Meta Física: ESCOLA ATENDIDA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: GISELE GOMES FONSECA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	50

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	0	50	100,00	

Análise da Meta Física

A meta física foi atingida conforme o objetivo planejado pelo projeto.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
120	242.679,00	71.334,61	69.560,90	0	28,66	97,51
261	0,00	106.256,00	5.690,40	0	0	5,36
Todas	242.679,00	177.590,61	75.251,30	0	31,01	42,37

Capacidade de Planejamento:

O valor referente à fonte 261 (R\$106.256,00) não constava na dotação inicial. Em consequência, a porcentagem resultante no PPD foi aquém do esperado. Com relação à diferença do valor da dotação inicial da fonte 120 e o valor empenhado, justifica-se pela suspensão de algumas ações, que foram replanejadas para o exercício de 2009.

Capacidade de Execução:

O valor de R\$106.256,00 – Fonte 261 – é de recurso federal (convênio nº 864015/2007) creditado para a Seduc com a finalidade de subsidiar a participação do Estado na III Conferência Nacional Infante-juvenil pelo Meio Ambiente (III CNIJMA), que a princípio estava prevista para ocorrer em novembro de 2008. Porém houve adiamento da data do evento, por parte do MEC, para Abril de 2009. Como consequência, foi solicitado aditamento de prazo do convênio para que o recurso seja utilizado no exercício de 2009.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar dos índices apontarem deficiências nas ações, a meta física foi atingida. As porcentagens insatisfatórias se devem ao fato de que o recurso federal (fonte 261) não foi utilizado na íntegra (apenas uma ínfima parte) uma vez que o recurso será utilizado no exercício de 2009, em detrimento da III Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente ter sido adiada.

Execução Orçamentária e Financeira:

A meta física foi atingida, apesar do recurso da dotação inicial (fonte 120) não ter sido totalmente utilizado. Foi realizado replanejamento das ações, sendo que as prioritárias foram executadas.

Outros Aspectos Relevantes:



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

As ações previstas para o exercício de 2008 que não foram executadas, serão analisadas e reprogramadas para ocorrerem no exercício de 2009

Ação:	1781 - ESTIMULO À DESTINAÇÃO CORRETA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS E AFINS
Unidade Responsável:	12302-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	PROMOVER A DUPLICAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS UNIDADES DE RECEBIMENTOS DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS(URES)
Descrição da Meta Física:	URES APOIADAS
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	SANDRA REGINA PINHEIRO VIEIRA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	26

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
20	20	26	130,00	130,00

Análise da Meta Física

A explicação da realização da meta física em 130 por cento, deve-se ao fato da constante orientação aos proprietários de revendas de produtos agrotóxicos e afins, no sentido de se organizarem em cooperativas, a fim de obter uma diluição dos custos de implantação das URES, culminando na efetivação de 6 Unidades adicionais, somando-se ao já esperado para este ano.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	22.240,00	22.240,00	21.805,34	0	98,05	98,05
Todas	22.240,00	22.240,00	21.805,34	0	98,05	98,05

Capacidade de Planejamento:

A realização orçamentária da ação decorreu normalmente, uma vez que o recurso estava disponível.

Capacidade de Execução:

Não houve contingenciamento de recursos, nem aporte de outras fontes/programas/ações.

Alcance do Objetivo Específico:

Os recursos foram utilizados buscando-se um total de 20 URE (Unidade de Recebimento de Embalagens), porém, como a ação já vêm sendo realizada em anos anteriores, este ano, observaram-se os efeitos do trabalho passado, obtendo-se um incremento na meta atingida.

Execução Orçamentária e Financeira:

Com os recursos disponíveis em tempo hábil, foi possível atender as demandas assim que estas eram levantadas.



Estado de Mato Grosso

Outros Aspectos Relevantes:

Diárias e Material de Consumo.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	2950 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES E MULTIPLICADORES EM TEMAS AMBIENTAIS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	AMPLIAR O CONHECIMENTO DE GESTORES E MULTIPLICADORES NA TEMÁTICA AMBIENTAL, PARA GARANTIR A EFICIÊNCIA E APLICABILIDADE DESSES CONHECIMENTOS NA EXECUÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Descrição da Meta Física:	CURSO OFERECIDO
Unidade de Medida:	CURSO
Responsável pela Ação:	VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
0100 - NOROESTE	1
0300 - NORDESTE	3
0400 - LESTE	1
0600 - SUL	2
0700 - SUDOESTE	1
0800 - OESTE	2
1200 - CENTRO NORTE	1

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	5	11	220,00	220,00

Análise da Meta Física

Priorizou-se essa ação trabalhando neste curso básico, 3 meses. demanda inicial prevista de 5 cursos, atendendo a solicitações, realizou - se mais 6 cursos básico , totalizando 11cursos. Detectou - se a solicitação, em 18/07/2008, nº processo 1749, ajuste de meta física, que não foi ajustada, influenciando no desempenho altamente deficiente.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	39.995,80	7.995,80	5.450,00	0	13,63	68,16
240	56.243,00	38.965,60	15.074,60	0	26,80	38,69
Todas	96.238,80	46.961,40	20.524,60	0	21,33	43,71

Capacidade de Planejamento:

planejado, cursos oferecidos, em Cuiabá. Acorda-se a aplicação nos municípios começa-se desvios, não existia previsão orçamento para natureza de despesa 33.90.14.00 e 44.90.52.00. Porém, o sistema no inicio do ano encontrava-se indisponível para credito adicional. Portanto, o programado ficou focado na natureza 33.90.39.00 de serviço de terceiro de pessoa jurídica. No decorrer do processo não houve necessidade de adquirir; certificados foram fornecidos pela Gerencia de desenvolvimento de pessoa-GDP, as pastas de três abas utilizadas já existiam no almoxarifado da SEMA, técnicos viajaram pela ação 2951, os coffe break foram fornecidos pelas prefeituras, nos municípios, desta forma o planejado perdeu o sentido inicial, apresentando um desempenho altamente deficiente.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

Estudos cruzando dados QDD de 20/02/2009 15H:35 com dados do quadro da realização orçamentário e financeira da ação observa-se desvios, pois o campo de valor empenhado nem sempre é liquidado e pago. Outro aspecto que tem prejudicado a capacidade operacional financeira de despesa esta relacionado à ferramenta fiplan, em que a área operacional executa segundo medida e tarefa e o financeiro executa na resolução da ação, ou seja, no valor total orçamentário e financeiro por natureza de despesa. Detecta-se, que os processos de aquisição encaminhados neste exercício perfizeram aproximadamente o valor de R\$ 22.591,10, controle estimado. Cruzando-se com o QDD citado nos campos total geral: valor empenhado R\$ 17.724,60; valor pago R\$ 13.092,78; valor disponível R\$ 26.436,80. Pergunta-se qual a consistência desta análise se observa divergência entre o valor liquidado e pago que em tese deveriam ser iguais? recomenda-se a revisão deste campo no método de análise que a área operacional não tem governabilidade. No controle manual havia uma previsão de execução orçamentária e financeira para aluguel de veículos, transporte de técnicos, no valor de R\$ 23.165,00, não executado, por esta ação. Hipotese pervisão por finalística e apoio administrativo.

Alcance do Objetivo Específico:

aquisições demandadas pelo grupo pedagógico foram parcialmente atendidas para o alcance do objetivo específico desta ação. O previsto no orçamento e financeiro para aquisições que não foram executado tornou possível dobrar a meta física, para 11 cursos oferecidos. O objetivo desta ação ficou prejudicado, pois o curso "meio ambiente e Educação Ambiental: um dialogo inicial" não estabelece o público alvo específico, pois o mesmo foi elaborado com o propósito de atender à comunidade em geral para oferecer os conhecimentos basilares da área ambiental. Tal estrutura dificulta a correlação desta oferta com as medidas (formação de multiplicadores, educadores, gestores) desta ação. O curso oferecido proporcionou momentos de estudos, debates, construção conjunta de uma educação ambiental para o empoderamento das sociedades.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante o exercício de 2008 se constatou, nesta ação, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes e tempestivas. No início do ano detectou-se dificuldades na obtenção de créditos adicionais, o sistema indisponível para a operação. Quanto ao levantamento de satisfação dos clientes ainda não houve avanço institucional nessa direção, neste exercício. Detectou-se nos relatórios técnicos, os principais problemas encontrados na execução física desta ação foram: - inadequação do meio de transporte (ônibus não é adequado para as condições precárias da estrada); - falta de infraestrutura tecnológica; - mobilização inadequada/insuficiente; O gerenciamento desta ação se deu pela sistemática de reuniões, emissão de relatórios pelo responsável do grupo pedagógico. O PTA foi parcialmente utilizado como ferramenta gerencial durante o exercício de 2008.

Outros Aspectos Relevantes:

- Desenvolver metodologia de mobilização; - Identificar e adotar métodos de mensuração de resultados dos programas; - Reavaliar a regionalização de produtos disponibilizados a sociedade. - Efetivação do sistema informacional e banco de dados constituído de instrumentos e ferramentas que possibilite aos técnicos responsáveis pela sua execução revisão e definição de variáveis a serem coletadas e alimentadas, métodos e técnicas de sistematização e consistência, durante o processamento de dados e/ou informações. - Garantia de continuidade do gestor de Educação Ambiental sem prejuízo nos procedimentos e processos de implementação da política de Educação Ambiental; - identificar e/ou desenvolver ou método de extrapolação para medir o público alcançado. - Redesenhar ações que conflitam com outros programa da SEMA (mudanças climáticas, consumo consciente, embalagem vazia de agrotóxico); - Definição e efetivação de procedimentos administrativos que garantam as aquisições; -

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

- melhoria nos procedimentos administrativos de aquisição tanto na SEMA, quanto na SAD. - alimentar no sistema de protocolo os despachos existentes nos processos de aquisição, para facilitar o seu monitoramento, para que se possam tomar as providencias necessárias em tempo. - necessidade de pensar termo gestores, grade curricular, material didático e até mesmo o termo multiplicadores, critérios de entendimento e seleção de público. - necessidade de metodologia de avaliação desta ação. - os técnicos da SUEA devem ofertar cursos? tem-se condições de atender o universo de gestores, multiplicadores, convênios com as respectivas especificidades de demandas? - pode existir curso básico? - definição, implantação do banco de dados desta ação constituído de instrumentos e ferramentas (coleta de dados, processamento e análise de consistência), que possibilitem o processamento de dados e informações, emitindo relatórios trimestrais e anuais. - a execução contábil do FIPLAN precisa ser compatível com as praticas gerencias da area operacional.

Ação: 2951 - DIVULGAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DIVULGAR A TEMÁTICA AMBIENTAL, AMPLIANDO O CONHECIMENTO DOS GESTORES, DOS MULTIPLICADORES E DOS EDUCADORES PARA OPORTUNIZAR A MOBILIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DE AÇÕES AMBIENTALMENTE CORRETAS.

Descrição da Meta Física: EVENTO REALIZADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR



Estado de Mato Grosso

Região de Planejamento	Meta
0400 - LESTE	1
0600 - SUL	3
9900 - ESTADO	4

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
14	14	8	57,14	57,14

Análise da Meta Física

Estudos apontam à necessidade de revisão na unidade de medida da meta física no alcance do objetivo específico acima descrito. Outro fator detectado é a dificuldade de lançar os eventos de alcance pontual numa interpretação regionalizada. O número de 8 eventos é resultado da categorização de 126 eventos realizados neste exercício(fonte. Relatório de Ações de Educação Ambiental). Quando se categoriza, cada categoria abriga vários produtos, que ficam implícitos, contribuindo para o desempenho altamente deficiente. Por ex. um evento desta ação contribuiu de forma incisiva na redução do índice de foco de calor "alcançando uma redução na ordem aproximada de 85% em relação ao ano de 2004 e 75% em relação ao ano 2007. Os efeitos puderam ser sentidos com a melhoria da qualidade do ar nesse período de estiagem, fato que trouxe benefícios a população matogrossense e uma economia direta de aproximadamente 5 milhões, reduzindo gastos com doenças respiratórias"(fonte. AL/MT. Moção n/3625/08/CBA/MT).

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	62.047,00	62.047,00	57.681,00	0	92,96	92,96
109	95.000,00	95.000,00	80.792,45	0	85,04	85,04
240	64.975,00	52.375,00	37.761,75	0	58,12	72,10
245	15.000,00	0,00	0,00	0	0	0
261	49.546,46	49.546,46	0,00	0	0	0
Todas	286.568,46	258.968,46	176.235,20	0	61,50	68,05

Capacidade de Planejamento:

as fontes 245 e 261 se referem ao financeiro de convênios, não efetivados. desta forma detecta-se desvio na interpretação deste método influenciando no resultado negativo de desempenho. Observam-se também outros fatores que influenciam negativamente no planejado e programado, quando se efetiva parceria, que disponibilizam materiais, infraestruturas existentes, entre outros, diminuindo a necessidade orçamentária e financeira desta ação. Outro aspecto importante com relação aos créditos adicionais o primeiro encaminhado solicitava alteração na fonte 245 e 261, fonte de convênio, negado com a justificativa, o sistema não permite essa operação. O outro se refere à previsão orçamentária para aquisição de camisetas, que sinalizava a contrapartida de parceiros. Efetuou-se crédito adicional para atender a SAD que criou a natureza de despesa 33.91.39.00 para transação comercial entre instituições governamentais. Procedeu-se crédito adicional para a aquisição de material permanente. Informa-se também, que esta ação disponibilizou-se valor orçamentário e financeiro, para atender a Lei nº 8975/08, que institui a Verba Indenizatória Ambiental.

Capacidade de Execução:

dificuldades na análise deste campo, porque toma - se como referência para análise o campo do valor empenhado e não o campo do valor liquidado, que nem está contemplado neste relatório. Observa - se limitações em firmar convênios. Quanto à capacidade de gasto adota-se neste momento o critério de recorrer ao quadro demonstrativo de despesa QDD de 20/02/2009 15h:36 confrontando com o quadro da realização orçamentária e financeira da ação. Consta-se no campo de valor atual o lançamento do valor de R\$ 49.546,46, que não teve financeiro, por se tratar de uma fonte de convênio, não firmada. Quando toma - se para estudo o campo atual e cruza-se com o campo total geral, esse valor de R\$ 49.546,46, esta computado, levando ao desvio em relação ao valor disponível. No QDD citado registra-se valor disponível de R\$ 82.733,26 que na realidade esse valor é de R\$ 33.186,80. o que se pode concluir que o processo é de análise sistêmica, em que instrumentos e ferramentas precisam ser ajustas ao longo do tempo a partir da apropriação dos mesmos e estudados sistematicamente.



Estado de Mato Grosso

Alcance do Objetivo Específico:

A inexistência de um sistema informacional e banco de dados, que possibilite revisão e definição de variáveis a serem coletadas e alimentadas, métodos e técnicas de sistematização e consistência, durante o processamento de dados e/ou informações dificulta a estruturação de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos, que assegurem o alcance deste objetivo específico. Por ex. esta ação realizou 126 eventos, envolveu 5.965 pessoas, 231 instituições, produziu 14.916 unidades de materiais produzidos, estes são dados brutos e/ou informações referentes aos envolvidos, nos eventos e o alcançado? Que métodos de extrapolação poderia ser adotado para medir o alcance deste objetivo, é de abrangência local/regional.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante o exercício de 2008 constatou-se, nesta ação, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes e tempestivas, porém detectou-se a incompatibilidade nas fontes 245 e 261, fonte de convênio, não firmadas, autorizadas na LOA, sem fluxo de recursos. Este dado é considerado na análise influenciando negativamente. Quanto ao levantamento de satisfação do cliente ainda não houve avanços institucional nessa direção, neste exercício. Infraestrutura tecnológica deficiente. Mobilização inadequada/insuficiente. O PTA foi parcialmente utilizado como ferramenta gerencial no exercício de 2008.

Outros Aspectos Relevantes:

Refere-se as parcerias firmadas que disponibilizou palestrantes, camisetas, folder, mudas de espécies nativas, infraestruturas, lanches, troféus reduziu a necessidade de execução orçamentária e financeira. Favoreceu o fortalecimento nas relações de interação entre empresas e sociedade.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

- mais estabilidade nos cargos de Superintendente e Coordenador, garantindo a continuidade dos procedimentos e processos.
- melhoria nos procedimentos administrativos tanto da SEMA, quanto da SAD.- alimentar no sistema de protocolo os despacho existentes nos processos de aquisição, para facilitar o seu monitoramento, para providências em tempo. - revisão da regionalização de produtos entregue a sociedade. - definição, implantação e alimentação de banco de dados desta ação constituído de instrumentos e ferramentas (coleta de dados, processamento e análise de consistência), que possibilitem processamento de dados e informações, emitindo relatórios trimestrais e anuais.- revisão nas medidas, elas precisam ser mensurável. - revisão nas tarefas elas garante a mensuração da medida em relação ao alcance do objetivo da ação. - indefinição de uma pessoa para responder por evento/campanha; - falta reunião internas de planejamento e operacionalização das atividades da SUEA/CEA;

Ação: 3676 - IMPLANTAR UM SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: ELABORAR O SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO PARA GARANTIR A ARTICULAÇÃO INTRA E INTERINSTITUCIONAL.

Descrição da Meta Física: PROPOSTA DO SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL ELABORADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	1

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	1	100,00	100,00

Análise da Meta Física

constata - se desempenho ótimo, porque a proposta do sistema de gestão em educação ambiental foi elaborada. Recomendando - se avaliação por analistas e desenvolvimento por programadores, Entendendo - se que estes procedimentos são de competência da área responsável pelo desenvolvimento e manutenção de sistema desta secretaria.



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	17.000,00	17.000,00	4.169,00	0	24,52	24,52
109	5.000,01	5.000,01	154,30	0	3,09	3,09
240	159.775,61	46.070,61	26.390,11	0	16,52	57,28
Todas	181.775,62	68.070,62	30.713,41	0	16,90	45,12

Capacidade de Planejamento:

O planejamento previu contratação de serviço de consultoria, cuja execução, não se efetuou. A proposta é elaborada por técnicos do setor. Procede – se crédito adicional para aquisição de equipamento para suprir deficiência de infraestrutura da Superintendência. Esta aquisição se comprometeu por problemas no processo de licitação da SAD. Outro aspecto a considerar foi a previsão de acompanhamento técnico junto as ação da SEDUC e INDEA que não foi possível pela dificuldade de integração entres as equipes. Com essa deficiência os recursos previstos não foram executados. Todo planejado e programação da despesa para desenvolvimento dos trabalhos junto as comunidades bioregionais, também, não foram executados. Em face do exposto o desempenho altamente deficiente.

Capacidade de Execução:

A capacidade operacional financeira da despesa se comprometeu pela morosidade nos tramites de processo, causados por desvios no encaminhamento de um setor para outro. Pelo uso assistemático do PTA e do seu monitoramento. O PTA é elaborado antes do encerramento do exercício e muitas vezes o processo de aquisições é encaminhado e acredita-se na aquisição, por problemas diversos, não se concretiza. Passa –se para o ano seguinte e o processo foi cancelado e o problema da deficiência permanece e a natureza de despesa para reenvio da aquisição não foi prevista. Desta forma toda a estrutura rui apresentando desempenho deficiente.

Alcance do Objetivo Específico:

Constata-se que embora o desempenho seja deficiente, o alcance deste objetivo específico “elaborar o sistema de gestão em educação ambiental no estado de mato grosso para garantir a articulação intra e interinstitucional” não se encontra totalmente prejudicada, porque técnicos desta superintendência desenvolveram esta proposta. Portanto o cumprimento da meta física, proposta do sistema de gestão em educação ambiental elaborada, foi alcançado necessitando de avaliação de analista e programador dar continuidade processual até instalação e alimentação do mesmo. Detectou - se a necessidade de revisão nos objetivos específicos, medidas e tarefas no alcance do objetivo geral do programa. Salienta-se cada ação que constitui este programa deverá ter campos garantidos no banco de dados constituído de instrumentos e ferramentas que permitam processamentos sistêmicos de dados e ou informações consistentes para efetivação do Programa de Educação Ambiental Integrada.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante o exercício de 2008 se constatou que as dotações autorizadas na loa foram suficientes e tempestivas. Detectou - se dificuldades na obtenção de créditos orçamentários adicionais no inicio do ano. Procurou-se mais crédito por portaria pela rapidez do que por decreto. Quanto ao levantamento de satisfação dos clientes ainda não houve avanço institucional nessa direção, neste exercício. Detectou - se, nos relatórios técnicos, os principais problemas encontrados na execução física desta ação foram: - equipamentos de TI, insuficiente e deficiente; - falta de infra-estrutura tecnológica; - processo de licitação da SAD para aquisição de equipamentos de TI deficientes; - necessidade de avanços internos para o desenvolvimento do SIMLAM para incorporação deste programa.

Outros Aspectos Relevantes:

A aquisição de um moderno sistema de arquivos deslizantes, para a biblioteca garantindo os acondicionamentos adequados do acervo bibliográfico.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

- Mais estabilidade nos cargos de Superintendente e Coordenador, garantindo a continuidade dos procedimentos e processos.
- melhoria nos procedimentos administrativos de aquisição tanto na SEMA, quanto na SAD.- alimentar no sistema de protocolo os despachos existentes nos processos de aquisição, para facilitar o seu monitoramento, para que se possam tomar as providencias necessárias em tempo. - revisão da regionalização de produtos entregues a sociedade.- definição, implantação e alimentação do banco de dados desta ação constituído de instrumentos e ferramentas (coleta de dados, processamento e análise de consistência), que possibilitem o processamento de dados e informações, emitindo relatórios trimestrais e anuais. - desenvolver novas estratégias de integração entre SEMA, SEDUC e INDEA.



Estado de Mato Grosso

Ação: 3677 – CONSUMO CONSCIENTE

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: PROMOVER O CONSUMO CONSCIENTE COM MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO E ATITUDES AMBIENTALMENTE CORRETAS NO DIA A DIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Descrição da Meta Física: PROJETO IMPLANTADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
0600 - SUL	0

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

Estudo efetuado, neste programa, vem apontando a necessidade de se rever o desenho desta ação. A forma como esta desenhada está voltada para a gestão de resíduo sólido, como a SEMA dispõe do programa de resíduos sólidos. Deram-se encaminhamentos convidando o coordenador do programa de resíduo sólido para reunião interna provocando a discussão de se ajustar esta proposta e migrá-la para o referido programa. Ficando a cargo do Programa de Educação Ambiental Integrada o redesenho desta ação como medida na ação 2951 – difusão da temática de resíduo sólido, bem como uma medida na ação 2950 - formação continuada, que se efetuará no exercício de 2009, como previsto pela Secretaria de Estado de Planejamento.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	10.000,00	10.000,00	2.000,00	0	20,00	20,00
240	19.000,00	11.500,00	2.500,00	0	13,16	21,74
Todas	29.000,00	21.500,00	4.500,00	0	15,52	20,93

Capacidade de Planejamento:

Como, o exercício de 2008 esteve voltado para estudos processuais, não se deu início a implementação do projeto. Esta revisão permitiu a integração da equipes técnicas da coordenação dos dois programas. Proporcionando visitas técnicas à cidade de Belo Horizonte na fundação Estadual de Meio Ambiente, para conhecer como a política esta orientada, quais procedimentos, metodologias e técnicas que estão sendo empregadas servindo de referencia para nosso Estado. Portanto, como o foco esteve no estudo e definição de estratégias, para o exercício de 2009, nos primeiros meses do segundo semestre. no terceiro mês do segundo semestre com seguranças pela compreensão do projeto deu-se inicio ao processo de aquisição. Dispara-se o processo de aquisição detectando-se morosidade nos tramites administrativos.

Capacidade de Execução:

No segundo semestre ocorreu substituição do técnico responsável, pela ação, Superintendentes e coordenador. Assim como morosidade no tramite do processo de aquisição. Novos encaminhamentos foram dados definindo a implementação do projeto na superintendência de Educação Ambiental. Deu-se prosseguimento ao processo de aquisição para oferecer alternativa que elevem a redução de consumo. Quanto ao aparelhamento (contêiner) não se efetuou devido à indefinição da disponibilidade da área física do galpão para manipulação de resíduos sólidos (papel, material plástico, lâmpadas fluorescentes, baterias descartáveis e outros). Quanto aos recursos previstos para viagens não foram executados, porque se decidiu implementar primeiro na sede para posterior descentralização as Regionais da SEMA.

Alcance do Objetivo Específico:

o alcance deste objetivo específico encontra-se prejudicado, porque o material previsto não foi adquirido. material este imprescindível para se dar início ao processo de construção do consumo consciente para mudanças de comportamento e atitudes ambientalmente corretas no dia - dia dos servidores da SUEA/SEMA.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante exercício de 2008, se constatou, nesta ação, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes e tempestivas, porém as falhas mais evidentes se refere a fase do processo de planejamento desde a readequação desta ação.



Estado de Mato Grosso

Outros Aspectos Relevantes:

Não se utilizou nenhum recurso de origem não orçamentário nesta ação.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

- Mais estabilidade nos cargos de Superintendente e Coordenador, garantindo a continuidade dos procedimentos e processos.
- melhoria nos procedimentos administrativos de aquisição tanto na SEMA, quanto na SAD. - alimentar no sistema de protocolo os despacho existentes nos processos de aquisições, para facilitar o seu monitoramento, para que se possa tomar as providencias necessárias em tempo. - na forma como esta desenhada deverá ser migrada para o programa de gestão de resíduos sólidos.

Ação:	3795 - ARTICULAÇÃO PARA A CRIAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	CRIAR E IMPLANTAR A POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA DISCIPLINAR E NORMATIZAR AS AÇÕES DE REDUÇÃO DE IMPACTOS.
Descrição da Meta Física:	SEMINARIO DE INTEGRACAO REALIZADO
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

A realização desta ação, ou melhor, a implantação da Política Estadual de Mudanças Climáticas, é certamente o instrumento essencial para que o Estado de Mato Grosso, por meio da SEMA-MT possa iniciar a gestão e a adoção de medidas de mitigação e adaptação aos impactos decorrentes das Mudanças Climáticas. Porém, para que a referida Política pudesse ser elaborada e legitimada, ações preliminares se faziam necessárias. Dentre elas, a própria estruturação da coordenadoria de mudanças climáticas, que passou a existir de fato após a nomeação do Coordenador em junho de 2008. Desta maneira várias ações preparatórias foram realizadas, mesmo porque os recursos alocados para objetivo proposto não seriam suficientes. Sendo assim, optou-se pelo estabelecimento de parcerias, nesse sentido, foi formalizado em dezembro de 2008, Termo de Cooperação com a Embaixada Britânica e o ICLEI, para a elaboração da Política Estadual de Mudanças Climáticas, por meio da disponibilização de especialistas e discussão futura com a sociedade no âmbito do Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	10.000,00	10.000,00	6.476,25	0	64,76	64,76
Todas	10.000,00	10.000,00	6.476,25	0	64,76	64,76

Capacidade de Planejamento:

O objetivo da ação, como comentado anteriormente, se mostrou incompatível ou precipitado, em função da necessidade de se estruturar a Coordenadoria de Mudanças Climáticas, que passou a existir de fato em junho de 2008 após nomeação do Coordenador.

Capacidade de Execução:

Com o objetivo, de estruturar e promover a capacitação dos técnicos da Coordenadoria de Mudanças Climáticas, os referidos técnicos participaram de vários eventos técnicos relacionados ao tema, dentre eles podemos destacar: a capacitação para a realização de inventário de gases de efeito estufa, realizado em São Paulo; participação de reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e participação da 14ª Conferência das Partes, da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas, em Poznan – Polônia. A participação nos eventos acima citados permitiu aos técnicos conhecer metodologias, informações técnicas e estratégias de outros países para o enfrentamento dos impactos decorrentes do aquecimento global e mudanças



Estado de Mato Grosso

climáticas, bem como permitir conhecer as propostas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, para o acordo pós Quioto.

Alcance do Objetivo Específico:

Para a elaboração da Política Estadual de Mudanças Climáticas, acreditamos que o semestre passado foi fundamental para a capacitação da equipe. Assim, após a aprovação da lei Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas, e com o apoio da Embaixada Britânica / ICLEI, Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Ministério da Ciência e Tecnologia conseguiremos discutir com setores da sociedade civil e estrutura de governo, medidas que propiciarão o estabelecimento de marco regulatório e definição de instrumentos econômicos, que permitirão a elaboração de planos de ação adequados às peculiaridades ambientais, climáticas e sócio-econômicas de Mato Grosso.

Execução Orçamentária e Financeira:

Como pôde-se observar nos quadros acima, os recursos disponíveis foram utilizados para assegurar a capacitação dos dois técnicos da então recém criada Coordenadoria, por meio da participação em reuniões do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e participação em Seminário e Convenção sobre o Clima.

Outros Aspectos Relevantes:

Articulação com ONGs, ISA e ICV para realização de Seminário sobre Mudanças Climáticas em setembro de 2008, no Hotel Fazenda Mato Grosso, que contou com a participação de mais de cem representantes da região do Xingu. Assinatura de termo de cooperação técnica com a Embaixada Britânica e ICLEI – Governos Locais para a Sustentabilidade. Apresentação de projeto de lei para a criação do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas (Projeto encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa). Articulação com os representantes do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Realização de curso sobre Metodologias para Realização de Inventário Gases de Efeito Estufa em outubro de 2008, com a participação de técnicos de várias Secretarias de Estado.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

O planejamento inicial deveria ter focado a estruturação da coordenadoria e capacitação da equipe por se tratar de assunto relativamente novo e complexo, e desta forma compatibiliza-lo com a capacidade operacional disponível naquele momento (dois técnicos).

Ação: 3891 - APOIO AOS PROJETOS AMBIENTAIS ESCOLARES COMUNITÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Unidade Responsável: 14101-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Objetivo Específico: APOIAR NAS UNIDADES ESCOLARES A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS ESCOLARES COMUNITÁRIOS - PAECs QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL RESULTANDO EM ATITUDES INDIVIDUAIS E COLETIVAS AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEIS.

Descrição da Meta Física: PROJETOS APOIADOS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: GISELE MARQUES MATHEUS

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	3

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	3	3,00	3,00

Análise da Meta Física

A meta física não foi atingida conforme o objetivo planejado pelo projeto, pois o recurso destinado à ação foi replanejado para o exercício de 2009. Três escolas foram contempladas com recurso de R\$ 2.000,00 cada, devidamente selecionadas a partir do Edital 001/2008, que regulamentou a análise e seleção dos projetos escolares encaminhados ao setor responsável.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
110	276.500,00	6.000,00	6.000,00	0	2,17	100,00
Todas	276.500,00	6.000,00	6.000,00	0	2,17	100,00



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

Apenas uma ínfima parte do recurso destinado a projetos ambientais escolares e comunitários. O recurso restante foi remanejado para atender outras demandas das ações da SEDUC.

Capacidade de Execução:

Três (3) escolas foram contempladas com o recurso de apoio a projeto, selecionadas a partir do Edital 001/2008.

Alcance do Objetivo Específico:

As ações previstas para o exercício de 2008 não foram executadas, serão analisadas e reprogramadas para ocorrerem no exercício de 2009

Execução Orçamentária e Financeira:

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Recomendamos que as ações previstas para 2008 que não foram executadas sejam reorganizadas e reprogramadas para serem executadas no exercício de 2009

Ação: 4066 - GESTÃO DOS PARQUES URBANOS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: GERENCIAR O USO E CONSERVAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E AÇÕES EDUCATIVAS.

Descrição da Meta Física: PARQUES URBANOS GERENCIADOS E ORDENADOS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
0600 - SUL	3

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	3	100,00	100,00

Análise da Meta Física

Estudo constata que a unidade de medida adotada Três Parques Urbanos Gerenciados e Ordenados, não permitem medir o objetivo específico "gerenciar o uso e conservação dos parques urbanos e ações educativas". Quando se confronta às medidas, gerenciar, administrar, acompanhar e avaliar as atividades dos parques e elaborar plano de educação ambiental nos parques urbanos não se alcança os benefícios e impactos gerados no decorrer do gerenciamento do uso e conservação e ações educativas dos mesmos. Portanto, esta ação necessita de estudos aprofundados desde seu objetivo, meta física, unidade de medida, medidas e tarefas que culminem com objetivo do programa.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	1.200.000,00	1.151.550,00	910.855,26	0	75,90	79,10
Todas	1.200.000,00	1.151.550,00	910.855,26	0	75,90	79,10

Capacidade de Planejamento:

A capacidade de planejamento na descrição de despesa não foi bem definida, alocando recursos exedentes nos elementos de despesa de material de consumo e serviço terceirizado, e não houve alocação de recursos para aquisição de equipamentos, obras, intercâmbio de experiências, atividades que são imprescindíveis para a gestão de parques, procedendo créditos adicionais.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

Detectou-se no tramite nos termos de referencias lentidão, falta de fluxo nos tramite dos processos de aquisições de um setor para outro comprometendo o tempo de aquisição. Vários processos encaminhados tiveram seus pedidos de empenho estornados em observância as normas que rege o encerramento do exercício de 2008. portanto, todos esses fatores contribuíram para o desempenho regular. A capacidade operacional financeira ficou comprometida pela não previsão de natureza de despesa exigindo recurso de créditos adicionais para suprir essas deficiências.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi comprometido em razão da lentidão no encaminhamento dos Termos de Referencia e falta de fluxo nos tramites dos processos de aquisições; a troca de superintendência e coordenadoria no meio do ano. Esses motivos contribuíram para o desempenho regular no alcance do objetivo específico.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante o exercício de 2008 constatou-se nesta ação, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes e tempestivas. Quanto ao levantamento de satisfação dos clientes ainda não houve avanço neste exercício. O PTA foi parcialmente utilizado como ferramenta gerencial.

Outros Aspectos Relevantes:

A coordenação registrou ao longo do exercício de 2008 a disponibilização de espaços nos parques urbanos para 45 parceiros, que ofereceu aos usuários 115 eventos externos, com as atividades: treinamento rappel; exercícios de yoga; Consciência Ambiental; serviço aferição de pressão, pesagem, exames de glicose e instruções para exame de urina; distribuição de camisetas na luta contra ao HIV; apresentações artísticas diversas, exercício físicos alongamento, relaxamentos, dicas de postura, ginástica localizada, abdominais, entre outros; café da manhã; show infantil, caminhada ecológica em que se tem detectado interesse dos usuários dos parques em participar desses eventos. Todas essas atividades foram oferecidas sem custo de origens orçamentárias para SUEA.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Mais estabilidade nos cargos de superintendência e coordenadoria, garantindo a continuidade dos procedimentos e processos. - melhoria nos procedimentos administrativos de aquisição tanto na SEMA, quanto na SAD. - alimentar no sistema de protocolo os despachos existentes nos processos de aquisição, para facilitar o seu monitoramento, para que se possam tomar as providencias necessárias em tempo. - definição, implantação e alimentação do banco de dados desta ação constituído de instrumentos e ferramentas (coleta de dados, processamento e análise de consistência), que possibilitem o processamento de dados e informações, emitindo relatórios trimestrais e anuais.



Estado de Mato Grosso

Relatório Analítico de Programa

Programa: 0178 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Origem do Programa: A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTÁ DESARTICULADA DAS AÇÕES DE CONTROLE INTRA E INTER ÓRGÃOS.

Objetivo do Programa: EFETIVAR AÇÕES DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FORTALECIMENTO DAS DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO.

Público Alvo: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, GESTORES, MULTIPLICADORES E PRODUTORES RURAIS.

Unidade Resp. Programa: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Responsável pelo Programa: ANTONIO CARLOS NOGUEIRA

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
INSTITUIÇÃO PÚBLICA E PRIVADA ENVOLVIDA NOS EVENTOS	2008	UNIDADE	14	46	20	247	22/12/2008
MATERIAL PRODUZIDO PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2008	UNIDADE	40000	123032	52000	14916	22/12/2008
MULTIPLICADORES CAPACITADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2008	PESSOA	480	1250	250	1116	22/12/2008
NÚMERO DE MULT. AMB. CAPAC. NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT	Anual	PERCENTUAL	790	800	3200		
PESSOAS ENVOLVIDAS NOS EVENTOS PELA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2008	PESSOA	2000	6152	2600	7081	22/12/2008
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FORMAL CAPACITADOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Anual	PESSOA	8376	10376	500	n informado	
PROPORÇÃO DE GESTORES PUB. AMB. CAPACITADOS, NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ, NO ESTADO DE MT	Anual	PERCENTUAL	28	100	30	n informado	
PROPORÇÃO DE INST. DE ENSINO ATEND. TIE, NOS MUNIC., POR REGIÕES DE PLANEJ., NO ESTADO DE MT	Anual	PERCENTUAL	1	5	5		
SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS ADESOS AO PROJETO CONSUMO CONSCIENTE	2008	PESSOA	550	2000	900	27	22/12/2008

Análise de indicadores

Os indicadores quantitativos apresentaram superação na capacidade de articulação, na capacidade em envolver pessoas, bem como formar multiplicadores em educação ambiental. Apontam a necessidade de potencializar a produção de materiais informativos, a definição de estratégias para adesão dos servidores da SEMA no projeto consumo consciente visando contribuir no fortalecimento das diretrizes de Educação Ambiental no Estado. Esta análise se refere aos indicadores 461- instituição pública e privada envolvidas nos eventos, 462 - pessoas envolvidas nos eventos pela educação ambiental, 463 - material produzido pela educação ambiental, 464 - servidores públicos estaduais adesos ao projeto consumo consciente e 641 - multiplicadores capacitados em educação ambiental, pois os indicadores 458 - proporção de gestores pub. amb. capacitados, nos munic., por regiões de planej. no Estado de MT, 459 - número de mult. amb. capac. nos munic., por regiões de planej., no Estado de MT e 460 - proporção de inst. de ensino atend. tie, nos munic., por regiões de planej., no Estado de MT foram excluídos durante revisão em 2007no entanto reapareem em 2008.

Análise do Programa

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
2.345.001,88	1.762.881,09	1.252.361,36	0	53,41	71,04



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

O planejamento nas descrições de despesas não foi bem definido, evidenciando na maioria das vezes, ausência de domínio das reais demandas de aquisições e as respectivas naturezas de despesas.

Capacidade de Execução:

A capacidade de execução orçamentária após ajuste orçamentário e financeiro, por meio de créditos adicionais apresentou desempenho regular; pela morosidade nos trâmites dos processos, inexistência de fluxo, pelo uso assistemático do PTA e do seu monitoramento. O PTA é elaborado antes do encerramento do exercício, muitos processos de aquisição são encaminhados sem a garantia da aquisição. Normalmente deixando-se de prever determinadas naturezas de despesas.

Execução do Programa:

A análise se refere às ações de governabilidade da SEMA. O valor previsto foi de R\$1.803.583,00, utilizou-se R\$ 1.149.305,00. Com este recurso o programa gerenciou os três parques urbanos, executou 11 cursos, 126 eventos, envolveu 7081 pessoas e 247 instituições, foram produzidas 14.916 unidades de materiais informativos, em 40 municípios e publicou 04 trabalhos técnicos.

Resultados:

Na execução do Programa houve avanços significativos no processo de articulação em que se previu o envolvimento de 20 instituições e envolveu-se 247 instituições, o que demonstra que houve um avanço no processo de articular as ações de controle intra e inter órgãos, problema que instruiu a estruturação deste programa.

Principais Restrições e providências adotadas:

- Administrativa: morosidade nos tramite dos processos de aquisição, muitos processo de aquisição encaminhado sem a garantia da aquisição, indefinição de procedimentos administrativos, ausência de disseminação e capacitação dos usuários nos procedimentos existentes. -Ambiental: inexistência de cenários ambientais regionalizadas e direcionamento institucional dos programas para a mesma área geográfica, que possibilite um esforço institucional para adoção e/ou desenvolvimento de método de mensuração de resultados; aprovação de projetos de atividades potencialmente poluidoras, sem envolvimento da equipe técnica de Educação Ambiental-Financeiro: Se detectou limitações nas fontes de convênio 245 e 261. Incompatibilidade entre os controles manuais, uma vez que o sistema FIPLAN não permite seu monitoramento em tempo. A execução contábil e financeira é feita no total natureza de despesa, enquanto que na área operacional os processos de aquisições, são por natureza de despesa, medida e tarefa. -Orçamento: Observa-se o uso assistemático do PTA e do seu monitoramento; o PTA é elaborado antes do encerramento de exercício, deixando-se de prever determinadas naturezas de despesas, que estão prevista no exercício e acabam não sendo adquiridas, acarretando em: excesso de crédito adicional; perda orçamentária e repetição da mesma aquisição, concorrência orçamentária com novas propostas de aquisição que compromete os avanços para efetivação da política prevista no PPA. - Institucional: ausência de estratégias de interação e integração na execução das ações das equipes técnica SEMA e SEDUC na materialização dos eixos da educação ambiental não formal e formal. Inexistência de um sistema informacional e banco de dados constituído de instrumentos e ferramentas que possibilite aos responsáveis a revisão e definição de variáveis a serem coletadas e alimentadas, métodos e técnicas de sistematização; ausência de definição institucional da área geográfica prioritária, para que se possam maximizar esforços e definir métodos de mensuração de eficiência, efetividade e restrições relacionadas com o alcance do objetivo geral do programa culminando a missão da SEMA, objetivo estratégico, bem como a missão de Estado. -Técnica: incompatibilidade entre objetivo geral e objetivos específicos, unidade de medida da meta física e mensuração da meta física.

Outros Aspectos Relevantes:

A execução do PTA 2008, possibilitou a equipe de execução do Programa redefinir a estratégia de implementação das atividades meio e fins para o exercício de 2009. Com foco no objetivo estratégico nº 8, delimitação da área geográfica segundo radam Brasil; Dados INPE,dados MMA.Base de dados dos outros programas da SEMA atuando nas mesmas regiões.

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:

- Registra-se a necessidade de desenvolvimento de metodologia de mobilização para aumentar o alcance do processo de articulação. - O processamento sistêmico deverá filtrar e apontar dados e informação condicionante na estruturação de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos, que assegurem o alcance do objetivo do programa culminando com o objetivo estratégico e a missão de Estado. - Registra-se dificuldade na mensuração de resultados que sinaliza a necessidade da Secretaria de Estado de Planejamento em conjunto com coordenadoria de Planejamento da SEMA comecem a desenvolver reuniões de discussão para estudar a regionalização de produtos (bens ou serviços) disponibilizados a sociedade. - um sistema informacional e banco de dados constituído de instrumentos e ferramentas que possibilite aos técnicos responsáveis pela sua execução revisão e definição de variáveis a serem coletadas e alimentadas, métodos e técnicas de sistematização e consistência, durante o processamento de dados e/ou informações.



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação:	1539 – FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
Unidade Responsável:	14101-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Objetivo Específico:	DAR SUPORTE TEÓRICO – PRÁTICO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
Descrição da Meta Física:	ESCOLA ATENDIDA
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	GISELE GOMES FONSECA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	50

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	0	50	100,00	

Análise da Meta Física

A meta física foi atingida conforme o objetivo planejado pelo projeto.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
120	242.679,00	71.334,61	69.560,90	0	28,66	97,51
261	0,00	106.256,00	5.690,40	0	0	5,36
Todas	242.679,00	177.590,61	75.251,30	0	31,01	42,37

Capacidade de Planejamento:

O valor referente à fonte 261 (R\$106.256,00) não constava na dotação inicial. Em consequência, a porcentagem resultante no PPD foi aquém do esperado. Com relação à diferença do valor da dotação inicial da fonte 120 e o valor empenhado, justifica-se pela suspensão de algumas ações, que foram replanejadas para o exercício de 2009.

Capacidade de Execução:

O valor de R\$106.256,00 – Fonte 261 – é de recurso federal (convênio nº 864015/2007) creditado para a Seduc com a finalidade de subsidiar a participação do Estado na III Conferência Nacional Infante-juvenil pelo Meio Ambiente (III CNIJMA), que a princípio estava prevista para ocorrer em novembro de 2008. Porém houve adiamento da data do evento, por parte do MEC, para Abril de 2009. Como consequência, foi solicitado aditamento de prazo do convênio para que o recurso seja utilizado no exercício de 2009.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar dos índices apontarem deficiências nas ações, a meta física foi atingida. As porcentagens insatisfatórias se devem ao fato de que o recurso federal (fonte 261) não foi utilizado na íntegra (apenas uma ínfima parte) uma vez que o recurso será utilizado no exercício de 2009, em detrimento da III Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente ter sido adiada.

Execução Orçamentária e Financeira:

A meta física foi atingida, apesar do recurso da dotação inicial (fonte 120) não ter sido totalmente utilizado. Foi realizado replanejamento das ações, sendo que as prioritárias foram executadas.



Estado de Mato Grosso

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

As ações previstas para o exercício de 2008 que não foram executadas, serão analisadas e reprogramadas para ocorrerem no exercício de 2009

Ação:	1781 – ESTIMULO À DESTINAÇÃO CORRETA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS E AFINS
Unidade Responsável:	12302-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO
Objetivo Específico:	PROMOVER A DUPLICAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS UNIDADES DE RECEBIMENTOS DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS(URES)
Descrição da Meta Física:	URES APOIADAS
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	SANDRA REGINA PINHEIRO VIEIRA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	26

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
20	20	26	130,00	130,00

Análise da Meta Física

A explicação da realização da meta física em 130 por cento, deve-se ao fato da constante orientação aos proprietários de revendas de produtos agrotóxicos e afins, no sentido de se organizarem em cooperativas, a fim de obter uma diluição dos custos de implantação das URES, culminando na efetivação de 6 Unidades adicionais, somando-se ao já esperado para este ano.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	22.240,00	22.240,00	21.805,34	0	98,05	98,05
Todas	22.240,00	22.240,00	21.805,34	0	98,05	98,05

Capacidade de Planejamento:

A realização orçamentária da ação decorreu normalmente, uma vez que o recurso estava disponível.

Capacidade de Execução:

Não houve contingenciamento de recursos, nem aporte de outras fontes/programas/ações.

Alcance do Objetivo Específico:

Os recursos foram utilizados buscando-se um total de 20 URE (Unidade de Recebimento de Embalagens), porém, como a ação já vêm sendo realizada em anos anteriores, este ano, observaram-se os efeitos do trabalho passado, obtendo-se um incremento na meta atingida.



Estado de Mato Grosso

Execução Orçamentária e Financeira:

Com os recursos disponíveis em tempo hábil, foi possível atender as demandas assim que estas eram levantadas.

Outros Aspectos Relevantes:

Diárias e Material de Consumo.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	2950 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES E MULTIPLICADORES EM TEMAS AMBIENTAIS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	AMPLIAR O CONHECIMENTO DE GESTORES E MULTIPLICADORES NA TEMÁTICA AMBIENTAL, PARA GARANTIR A EFICIÊNCIA E APLICABILIDADE DESSES CONHECIMENTOS NA EXECUÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Descrição da Meta Física:	CURSO OFERECIDO
Unidade de Medida:	CURSO
Responsável pela Ação:	VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
0100 - NOROESTE	1
0300 - NORDESTE	3
0400 - LESTE	1
0600 - SUL	2
0700 - SUDOESTE	1
0800 - OESTE	2
1200 - CENTRO NORTE	1

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	5	11	220,00	220,00

Análise da Meta Física

Priorizou-se essa ação trabalhando neste curso básico, 3 meses. demanda inicial prevista de 5 cursos, atendendo a solicitações, realizou - se mais 6 cursos básico , totalizando 11cursos. Detectou - se a solicitação, em 18/07/2008, nº processo 1749, ajuste de meta física, que não foi ajustada, influenciando no desempenho altamente deficiente.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	39.995,80	7.995,80	5.450,00	0	13,63	68,16
240	56.243,00	38.965,60	15.074,60	0	26,80	38,69
Todas	96.238,80	46.961,40	20.524,60	0	21,33	43,71

Capacidade de Planejamento:

planejado, cursos oferecidos, em Cuiabá. Acorda-se a aplicação nos municípios começa-se desvios, não existia previsão orçamento para natureza de despesa 33.90.14.00 e 44.90.52.00. Porém, o sistema no início do ano encontrava-se indisponível para credito adicional. Portanto, o programado ficou focado na natureza 33.90.39.00 de serviço de terceiro de pessoa jurídica. No decorrer do processo não houve necessidade de adquirir; certificados foram fornecidos pela Gerencia de desenvolvimento de pessoa-GDP, as pastas de três abas utilizadas já existiam no almoxarifado da SEMA, técnicos viajaram pela ação 2951, os coffe break foram fornecidos pelas prefeituras, nos municípios, desta forma o planejado perdeu o sentido inicial, apresentando um desempenho altamente deficiente.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

Estudos cruzando dados QDD de 20/02/2009 15H:35 com dados do quadro da realização orçamentário e financeira da ação observa-se desvios, pois o campo de valor empenhado nem sempre é liquidado e pago. Outro aspecto que tem prejudicado a capacidade operacional financeira de despesa esta relacionado à ferramenta fiplan, em que a área operacional executa segundo medida e tarefa e o financeiro executa na resolução da ação, ou seja, no valor total orçamentário e financeiro por natureza de despesa. Detecta-se, que os processos de aquisição encaminhados neste exercício perfizeram aproximadamente o valor de R\$ 22.591,10, controle estimado. Cruzando-se com o QDD citado nos campos total geral: valor empenhado R\$ 17.724,60; valor pago R\$ 13.092,78; valor disponível R\$ 26.436,80. Pergunta-se qual a consistência desta análise se observa divergência entre o valor liquidado e pago que em tese deveriam ser iguais? recomenda-se a revisão deste campo no método de análise que a área operacional não tem governabilidade. No controle manual havia uma previsão de execução orçamentária e financeira para aluguel de veículos, transporte de técnicos, no valor de R\$ 23.165,00, não executado, por esta ação. Hipotese pervisão por finalística e apoio administrativo.

Alcance do Objetivo Específico:

aquisições demandadas pelo grupo pedagógico foram parcialmente atendidas para o alcance do objetivo específico desta ação. O previsto no orçamento e financeiro para aquisições que não foram executado tornou possível dobrar a meta física, para 11 cursos oferecidos. O objetivo desta ação ficou prejudicado, pois o curso "meio ambiente e Educação Ambiental: um dialogo inicial" não estabelece o público alvo específico, pois o mesmo foi elaborado com o propósito de atender à comunidade em geral para oferecer os conhecimentos basilares da área ambiental. Tal estrutura dificulta a correlação desta oferta com as medidas (formação de multiplicadores, educadores, gestores) desta ação. O curso oferecido proporcionou momentos de estudos, debates, construção conjunta de uma educação ambiental para o empoderamento das sociedades.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante o exercício de 2008 se constatou, nesta ação, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes e tempestivas. No início do ano detectou-se dificuldades na obtenção de créditos adicionais, o sistema indisponível para a operação. Quanto ao levantamento de satisfação dos clientes ainda não houve avanço institucional nessa direção, neste exercício. Detectou-se nos relatórios técnicos, os principais problemas encontrados na execução física desta ação foram: - inadequação do meio de transporte (ônibus não é adequado para as condições precárias da estrada); - falta de infraestrutura tecnológica; - mobilização inadequada/insuficiente; O gerenciamento desta ação se deu pela sistemática de reuniões, emissão de relatórios pelo responsável do grupo pedagógico. O PTA foi parcialmente utilizado como ferramenta gerencial durante o exercício de 2008.

Outros Aspectos Relevantes:

- Desenvolver metodologia de mobilização; -Identificar e adotar métodos de mensuração de resultados dos programas; - Reavaliar a regionalização de produtos disponibilizados a sociedade. - Efetivação do sistema informacional e banco de dados constituído de instrumentos e ferramentas que possibilite aos técnicos responsáveis pela sua execução revisão e definição de variáveis a serem coletadas e alimentadas, métodos e técnicas de sistematização e consistência, durante o processamento de dados e/ou informações. -Garantia de continuidade do gestor de Educação Ambiental sem prejuízo nos procedimentos e processos de implementação da política de Educação Ambiental; - identificar e/ou desenvolver ou método de extrapolação para medir o publico alcançado. -Redesenhar ações que conflitam com outros programa da SEMA(mudanças climáticas, consumo consciente, embalagem vazia de agrotóxico); -Definição e efetivação de procedimentos administrativos que garantam as aquisições; -

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

- melhoria nos procedimentos administrativos de aquisição tanto na SEMA, quanto na SAD. - alimentar no sistema de protocolo os despachos existentes nos processos de aquisição, para facilitar o seu monitoramento, para que se possam tomar as providencias necessárias em tempo. - necessidade de pensar termo gestores, grade curricular, material didático e até mesmo o termo multiplicadores, critérios de entendimento e seleção de público. - necessidade de metodologia de avaliação desta ação. - os técnicos da SUEA devem ofertar cursos? tem-se condições de atender o universo de gestores, multiplicadores, convênios com as respectivas especificidades de demandas? - pode existir curso básico?- definição, implantação do banco de dados desta ação constituído de instrumentos e ferramentas(coleta de dados, processamento e análise de consistência), que possibilitem o processamento de dados e informações, emitindo relatórios trimestrais e anuais. - a execução contábil do FIPLAN precisa ser compatível com as praticas gerencias da area operacional.

Ação: 2951 - DIVULGAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DIVULGAR A TEMÁTICA AMBIENTAL, AMPLIANDO O CONHECIMENTO DOS GESTORES, DOS MULTIPLICADORES E DOS EDUCADORES PARA OPORTUNIZAR A MOBILIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DE AÇÕES AMBIENTALMENTE CORRETAS.

Descrição da Meta Física: EVENTO REALIZADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR



Estado de Mato Grosso

Região de Planejamento	Meta
0400 - LESTE	1
0600 - SUL	3
9900 - ESTADO	4

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
14	14	8	57,14	57,14

Análise da Meta Física

Estudos apontam à necessidade de revisão na unidade de medida da meta física no alcance do objetivo específico acima descrito. Outro fator detectado é a dificuldade de lançar os eventos de alcance pontual numa interpretação regionalizada. O número de 8 eventos é resultado da categorização de 126 eventos realizados neste exercício(fonte. Relatório de Ações de Educação Ambiental). Quando se categoriza, cada categoria abriga vários produtos, que ficam implícitos, contribuindo para o desempenho altamente deficiente. Por ex. um evento desta ação contribuiu de forma incisiva na redução do índice de foco de calor "alcançando uma redução na ordem aproximada de 85% em relação ao ano de 2004 e 75% em relação ao ano 2007. Os efeitos puderam ser sentidos com a melhoria da qualidade do ar nesse período de estiagem, fato que trouxe benefícios a população matogrossense e uma economia direta de aproximadamente 5 milhões, reduzindo gastos com doenças respiratórias"(fonte. AL/MT. Moção n/3625/08/CBA/MT).

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	62.047,00	62.047,00	57.681,00	0	92,96	92,96
109	95.000,00	95.000,00	80.792,45	0	85,04	85,04
240	64.975,00	52.375,00	37.761,75	0	58,12	72,10
245	15.000,00	0,00	0,00	0	0	0
261	49.546,46	49.546,46	0,00	0	0	0
Todas	286.568,46	258.968,46	176.235,20	0	61,50	68,05

Capacidade de Planejamento:

as fontes 245 e 261 se referem ao financeiro de convênios, não efetivados. desta forma detecta-se desvio na interpretação deste método influenciando no resultado negativo de desempenho. Observam-se também outros fatores que influenciam negativamente no planejado e programado, quando se efetiva parceria, que disponibilizam materiais, infraestruturas existentes, entre outros, diminuindo a necessidade orçamentária e financeira desta ação. Outro aspecto importante com relação aos créditos adicionais o primeiro encaminhado solicitava alteração na fonte 245 e 261, fonte de convênio, negado com a justificativa, o sistema não permite essa operação. O outro se refere à previsão orçamentária para aquisição de camisetas, que sinalizavas a contrapartida de parceiros. Efetuou-se credito adicional para atender a SAD que criou a natureza de despesa 33.91.39.00 para transação comercial entre instituições governamentais. Procedeu-se credito adicional para a aquisição de material permanente. Informa-se também, que esta ação disponibilizou-se valor orçamentário e financeiro, para atender a Lei nº 8975/08, que institui a Verba Indenizatória Ambiental.

Capacidade de Execução:

dificuldades na análise deste campo, porque toma - se como referência para análise o campo do valor empenhado e não o campo do valor liquidado, que nem está contemplado neste relatório. Observa - se limitações em firmar convênios. Quanto à capacidade de gasto adota-se neste momento o critério de recorrer ao quadro demonstrativo de despesa QDD de 20/02/2009 15h:36 confrontando com o quadro da realização orçamentária e financeira da ação. Constata-se no campo de valor atual o lançamento do valor de R\$ 49.546,46, que não teve financeiro, por se tratar de uma fonte de convênio, não firmada. Quando toma - se para estudo o campo atual e cruza-se com o campo total geral, esse valor de R\$ 49.546,46, esta computado, levando ao desvio em relação ao valor disponível. No QDD citado registra-se valor disponível de R\$ 82.733,26 que na realidade esse valor é de R\$ 33.186,80. o que se pode concluir que o processo é de análise sistêmica, em que instrumentos e ferramentas precisam ser ajustas ao longo do tempo a partir da apropriação dos mesmos e estudados sistematicamente.

Alcance do Objetivo Específico:

A inexistência de um sistema informacional e banco de dados, que possibilite revisão e definição de variáveis a serem coletadas e alimentadas, métodos e técnicas de sistematização e consistência, durante o processamento de dados e/ou informações dificulta a estruturação de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos, que assegurem o alcance deste



Estado de Mato Grosso

objetivo específico. Por ex. esta ação realizou 126 eventos, envolveu 5.965 pessoas, 231 instituições, produziu 14.916 unidades de materiais produzidos, estes são dados brutos e/ou informações referentes aos envolvidos, nos eventos e o alcançado? Que métodos de extrapolação poderia ser adotado para medir o alcance deste objetivo, é de abrangência local/regional.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante o exercício de 2008 constatou-se, nesta ação, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes e tempestivas, porém detectou-se a incompatibilidade nas fontes 245 e 261, fonte de convênio, não firmadas, autorizadas na LOA, sem fluxo de recursos. Este dado é considerado na análise influenciando negativamente. Quanto ao levantamento de satisfação do cliente ainda não houve avanços institucional nessa direção, neste exercício. Infraestrutura tecnológica deficiente. Mobilização inadequada/insuficiente. O PTA foi parcialmente utilizado como ferramenta gerencial no exercício de 2008.

Outros Aspectos Relevantes:

Refere-se as parcerias firmadas que disponibilizou palestrantes, camisetas, folder, mudas de espécies nativas, infraestruturas, lanches, troféus reduziu a necessidade de execução orçamentária e financeira. Favoreceu o fortalecimento nas relações de interação entre empresas e sociedade.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

- mais estabilidade nos cargos de Superintendente e Coordenador, garantindo a continuidade dos procedimentos e processos.
- melhoria nos procedimentos administrativos tanto da SEMA, quanto da SAD.- alimentar no sistema de protocolo os despacho existentes nos processos de aquisição, para facilitar o seu monitoramento, para providências em tempo.
- revisão da regionalização de produtos entregue a sociedade. - definição, implantação e alimentação de banco de dados desta ação constituído de instrumentos e ferramentas (coleta de dados, processamento e análise de consistência), que possibilitem processamento de dados e informações, emitindo relatórios trimestrais e anuais.- revisão nas medidas, elas precisam ser mensurável.
- revisão nas tarefas elas garante a mensuração da medida em relação ao alcance do objetivo da ação. - indefinição de uma pessoa para responder por evento/campanha; - falta reunião internas de planejamento e operacionalização das atividades da SUEA/CEA;

Ação: 3676 - IMPLANTAR UM SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: ELABORAR O SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE MATO GROSSO PARA GARANTIR A ARTICULAÇÃO INTRA E INTERINSTITUCIONAL.

Descrição da Meta Física: PROPOSTA DO SISTEMA DE GESTÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL ELABORADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	1

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	1	100,00	100,00

Análise da Meta Física

constata - se desempenho ótimo, porque a proposta do sistema de gestão em educação ambiental foi elaborada. Recomendando - se avaliação por analistas e desenvolvimento por programadores, Entendendo - se que estes procedimentos são de competência da área responsável pelo desenvolvimento e manutenção de sistema desta secretaria.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	17.000,00	17.000,00	4.169,00	0	24,52	24,52
109	5.000,01	5.000,01	154,30	0	3,09	3,09
240	159.775,61	46.070,61	26.390,11	0	16,52	57,28
Todas	181.775,62	68.070,62	30.713,41	0	16,90	45,12



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

O planejamento previu contratação de serviço de consultoria, cuja execução, não se efetuou. A proposta é elaborada por técnicos do setor. Procede – se credito adicional para aquisição de equipamento para suprir deficiência de infraestrutura da Superintendência. Esta aquisição se comprometeu por problemas no processo de licitação da SAD. Outro aspecto a considerar foi a previsão de acompanhamento técnico junto as ação da SEDUC e INDEA que não foi possível pela dificuldade de integração entres as equipes. Com essa deficiência os recursos previstos não foram executados. Todo planejado e programação da despesa para desenvolvimento dos trabalhos junto as comunidades bioregionais, também, não foram executados. Em face do exposto o desempenho altamente deficiente.

Capacidade de Execução:

A capacidade operacional financeira da despesa se comprometeu pela morosidade nos tramites de processo, causados por desvios no encaminhamento de um setor para outro. Pelo uso assistemático do PTA e do seu monitoramento. O PTA é elaborado antes do encerramento do exercício e muitas vezes o processo de aquisições é encaminhado e acredita-se na aquisição, por problemas diversos, não se concretiza. Passa –se para o ano seguinte e o processo foi cancelado e o problema da deficiência permanece e a natureza de despesa para reenvio da aquisição não foi prevista. Desta forma toda a estrutura rui apresentando desempenho deficiente.

Alcance do Objetivo Específico:

Constata-se que embora o desempenho seja deficiente, o alcance deste objetivo específico “elaborar o sistema de gestão em educação ambiental no estado de mato grosso para garantir a articulação intra e interinstitucional” não se encontra totalmente prejudicada, porque técnicos desta superintendência desenvolveram esta proposta. Portanto o cumprimento da meta física, proposta do sistema de gestão em educação ambiental elaborada, foi alcançado necessitando de avaliação de analista e programador dar continuidade processual até instalação e alimentação do mesmo. Detectou - se a necessidade de revisão nos objetivos específicos, medidas e tarefas no alcance do objetivo geral do programa. Salienta-se cada ação que constitui este programa deverá ter campos garantidos no banco de dados constituído de instrumentos e ferramentas que permitam processamentos sistêmicos de dados e ou informações consistentes para efetivação do Programa de Educação Ambiental Integrada.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante o exercício de 2008 se constatou que as dotações autorizadas na loa foram suficientes e tempestivas. Detectou - se dificuldades na obtenção de créditos orçamentários adicionais no inicio do ano. Procurou-se mais credito por portaria pela rapidez do que por decreto. Quanto ao levantamento de satisfação dos clientes ainda não houve avanço institucional nessa direção, neste exercício. Detectou - se, nos relatórios técnicos, os principais problemas encontrados na execução física desta ação foram: - equipamentos de TI, insuficiente e deficiente; - falta de infra-estrutura tecnológica; - processo de licitação da SAD para aquisição de equipamentos de TI deficientes; - necessidade de avanços internos para o desenvolvimento do SIMLAM para incorporação deste programa.

Outros Aspectos Relevantes:

a aquisição de um moderno sistema de arquivos deslizantes, para a biblioteca garantindo os acondicionamentos adequados do acervo bibliográfico.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

- Mais estabilidade nos cargos de Superintendente e Coordenador, garantindo a continuidade dos procedimentos e processos.
- melhoria nos procedimentos administrativos de aquisição tanto na SEMA, quanto na SAD.- alimentar no sistema de protocolo os despachos existentes nos processos de aquisição, para facilitar o seu monitoramento, para que se possam tomar as providências necessárias em tempo.
- revisão da regionalização de produtos entregues a sociedade.- definição, implantação e alimentação do banco de dados desta ação constituído de instrumentos e ferramentas (coleta de dados, processamento e análise de consistência), que possibilitem o processamento de dados e informações, emitindo relatórios trimestrais e anuais.
- desenvolver novas estratégias de integração entre SEMA, SEDUC e INDEA.

Ação: 3677 - CONSUMO CONSCIENTE

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: PROMOVER O CONSUMO CONSCIENTE COM MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO E ATITUDES AMBIENTALMENTE CORRETAS NO DIA 2 DIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Descrição da Meta Física: PROJETO IMPLANTADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento

0600 - SUL

Meta

0



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

Estudo efetuado, neste programa, vem apontando a necessidade de se rever o desenho desta ação. A forma como esta desenhada está voltada para a gestão de resíduo sólido, como a SEMA dispõe do programa de resíduos sólidos. Deram-se encaminhamentos convidando o coordenador do programa de resíduo sólido para reunião interna provocando a discussão de se ajustar esta proposta e migrá-la para o referido programa. Ficando a cargo do Programa de Educação Ambiental Integrada o redesenho desta ação como medida na ação 2951 – difusão da temática de resíduo sólido, bem como uma medida na ação 2950 - formação continuada, que se efetuará no exercício de 2009, como previsto pela Secretaria de Estado de Planejamento.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	10.000,00	10.000,00	2.000,00	0	20,00	20,00
240	19.000,00	11.500,00	2.500,00	0	13,16	21,74
Todas	29.000,00	21.500,00	4.500,00	0	15,52	20,93

Capacidade de Planejamento:

Como, o exercício de 2008 esteve voltado para estudos processuais, não se deu início a implementação do projeto. Esta revisão permitiu a integração da equipes técnicas da coordenação dos dois programas. Proporcionando visitas técnicas à cidade de Belo Horizonte na fundação Estadual de Meio Ambiente, para conhecer como a política esta orientada, quais procedimentos, metodologias e técnicas que estão sendo empregadas servindo de referencia para nosso Estado. Portanto, como o foco esteve no estudo e definição de estratégias, para o exercício de 2009, nos primeiros meses do segundo semestre. no terceiro mês do segundo semestre com seguranças pela compreensão do projeto deu-se início ao processo de aquisição. Dispara-se o processo de aquisição detectando-se morosidade nos tramites administrativos.

Capacidade de Execução:

No segundo semestre ocorreu substituição do técnico responsável, pela ação, Superintendentes e coordenador. Assim como morosidade no tramite do processo de aquisição. Novos encaminhamentos foram dados definindo a implementação do projeto na superintendência de Educação Ambiental. Deu-se prosseguimento ao processo de aquisição para oferecer alternativa que elevem a redução de consumo. Quanto ao aparelhamento (contêiner) não se efetuou devido à indefinição da disponibilidade da área física do galpão para manipulação de resíduos sólidos (papel, material plástico, lâmpadas fluorescentes, baterias descartáveis e outros). Quanto aos recursos previstos para viagens não foram executados, porque se decidiu implementar primeiro na sede para posterior descentralização as Regionais da SEMA.

Alcance do Objetivo Específico:

o alcance deste objetivo específico encontra-se prejudicado, porque o material previsto não foi adquirido. material este imprescindível para se dar início ao processo de construção do consumo consciente para mudanças de comportamento e atitudes ambientalmente corretas no dia - dia dos servidores da SUEA/SEMA.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante exercício de 2008, se constatou, nesta ação, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes e tempestivas, porém as falhas mais evidentes se refere a fase do processo de planejamento desde a readequação desta ação.

Outros Aspectos Relevantes:

Não se utilizou nenhum recurso de origem não orçamentário nesta ação.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

- Mais estabilidade nos cargos de Superintendente e Coordenador, garantindo a continuidade dos procedimentos e processos.
- melhoria nos procedimentos administrativos de aquisição tanto na SEMA, quanto na SAD. - alimentar no sistema de protocolo os despacho existentes nos processos de aquisições, para facilitar o seu monitoramento, para que se possa tomar as providencias necessárias em tempo. - na forma como esta desenhada deverá ser migrada para o programa de gestão de resíduos sólidos.



Estado de Mato Grosso

Ação:	3795 – ARTICULAÇÃO PARA A CRIAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	CRIAR E IMPLANTAR A POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA DISCIPLINAR E NORMATIZAR AS AÇÕES DE REDUÇÃO DE IMPACTOS.
Descrição da Meta Física:	SEMINARIO DE INTEGRACAO REALIZADO
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

A realização desta ação, ou melhor, a implantação da Política Estadual de Mudanças Climáticas, é certamente o instrumento essencial para que o Estado de Mato Grosso, por meio da SEMA-MT possa iniciar a gestão e a adoção de medidas de mitigação e adaptação aos impactos decorrentes das Mudanças Climáticas. Porém, para que a referida Política pudesse ser elaborada e legitimada, ações preliminares se faziam necessárias. Dentre elas, a própria estruturação da coordenadoria de mudanças climáticas, que passou a existir de fato após a nomeação do Coordenador em junho de 2008. Desta maneira várias ações preparatórias foram realizadas, mesmo porque os recursos alocados para objetivo proposto não seriam suficientes. Sendo assim, optou-se pelo estabelecimento de parcerias, nesse sentido, foi formalizado em dezembro de 2008, Termo de Cooperação com a Embaixada Britânica e o ICLEI, para a elaboração da Política Estadual de Mudanças Climáticas, por meio da disponibilização de especialistas e discussão futura com a sociedade no âmbito do Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	10.000,00	10.000,00	6.476,25	0	64,76	64,76
Todas	10.000,00	10.000,00	6.476,25	0	64,76	64,76

Capacidade de Planejamento:

O objetivo da ação, como comentado anteriormente, se mostrou incompatível ou precipitado, em função da necessidade de se estruturar a Coordenadoria de Mudanças Climáticas, que passou a existir de fato em junho de 2008 após nomeação do Coordenador.

Capacidade de Execução:

Com o objetivo, de estruturar e promover a capacitação dos técnicos da Coordenadoria de Mudanças Climáticas, os referidos técnicos participaram de vários eventos técnicos relacionados ao tema, dentre eles podemos destacar: a capacitação para a realização de inventário de gases de efeito estufa, realizado em São Paulo; participação de reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e participação da 14ª Conferência das Partes, da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas, em Poznan – Polônia. A participação nos eventos acima citados permitiu aos técnicos conhecer metodologias, informações técnicas e estratégias de outros países para o enfrentamento dos impactos decorrentes do aquecimento global e mudanças climáticas, bem como permitir conhecer as propostas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, para o acordo pós Quioto.

Alcance do Objetivo Específico:

Para a elaboração da Política Estadual de Mudanças Climáticas, acreditamos que o semestre passado foi fundamental para a capacitação da equipe. Assim, após a aprovação da lei Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas, e com o apoio da Embaixada Britânica / ICLEI, Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e Ministério da Ciência e Tecnologia conseguiremos discutir com setores da sociedade civil e estrutura de governo, medidas que propiciarão o estabelecimento de marco regulatório e definição de instrumentos econômicos, que permitirão a elaboração de planos de ação adequados às peculiaridades ambientais, climáticas e sócio-econômicas de Mato Grosso.



Estado de Mato Grosso

Execução Orçamentária e Financeira:

Como pôde-se observar nos quadros acima, os recursos disponíveis foram utilizados para assegurar a capacitação dos dois técnicos da então recém criada Coordenadoria, por meio da participação em reuniões do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e participação em Seminário e Convenção sobre o Clima.

Outros Aspectos Relevantes:

Articulação com ONGs, ISA e ICV para realização de Seminário sobre Mudanças Climáticas em setembro de 2008, no Hotel Fazenda Mato Grosso, que contou com a participação de mais de cem representantes da região do Xingu. Assinatura de termo de cooperação técnica com a Embaixada Britânica e ICLEI – Governos Locais para a Sustentabilidade. Apresentação de projeto de lei para a criação do Fórum Mato-Grossense de Mudanças Climáticas (Projeto encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa). Articulação com os representantes do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Realização de curso sobre Metodologias para Realização de Inventário Gases de Efeito Estufa em outubro de 2008, com a participação de técnicos de várias Secretarias de Estado.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

O planejamento inicial deveria ter focado a estruturação da coordenadoria e capacitação da equipe por se tratar de assunto relativamente novo e complexo, e desta forma compatibiliza-lo com a capacidade operacional disponível naquele momento (dois técnicos).

Ação: 3891 - APOIO AOS PROJETOS AMBIENTAIS ESCOLARES COMUNITÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Unidade Responsável: 14101-SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Objetivo Específico: APOIAR NAS UNIDADES ESCOLARES A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS ESCOLARES COMUNITÁRIOS - PAECS QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL RESULTANDO EM ATITUDES INDIVIDUAIS E COLETIVAS AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEIS.

Descrição da Meta Física: PROJETOS APOIADOS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: GISELE MARQUES MATHEUS

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	3

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	3	3,00	3,00

Análise da Meta Física

A meta física não foi atingida conforme o objetivo planejado pelo projeto, pois o recurso destinado à ação foi replanejado para o exercício de 2009. Três escolas foram contempladas com recurso de R\$ 2.000,00 cada, devidamente selecionadas a partir do Edital 001/2008, que regulamentou a análise e seleção dos projetos escolares encaminhados ao setor responsável.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
110	276.500,00	6.000,00	6.000,00	0	2,17	100,00
Todas	276.500,00	6.000,00	6.000,00	0	2,17	100,00

Capacidade de Planejamento:

Apenas uma ínfima parte do recurso destinado a projetos ambientais escolares e comunitários. O recurso restante foi remanejado para atender outras demandas das ações da SEDUC.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

Três (3) escolas foram contempladas com o recurso de apoio a projeto, selecionadas a partir do Edital 001/2008.

Alcance do Objetivo Específico:

As ações previstas para o exercício de 2008 não foram executadas, serão analisadas e reprogramadas para ocorrerem no exercício de 2009

Execução Orçamentária e Financeira:

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Recomendamos que as ações previstas para 2008 que não foram executadas sejam reorganizadas e reprogramadas para serem executadas no exercício de 2009

Ação: 4066 - GESTÃO DOS PARQUES URBANOS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: GERENCIAR O USO E CONSERVAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E AÇÕES EDUCATIVAS.

Descrição da Meta Física: PARQUES URBANOS GERENCIADOS E ORDENADOS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

Região de Planejamento	Meta
0600 - SUL	3

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	3	100,00	100,00

Análise da Meta Física

Estudo constata que a unidade de medida adotada Três Parques Urbanos Gerenciados e Ordenados, não permitem medir o objetivo específico "gerenciar o uso e conservação dos parques urbanos e ações educativas". Quando se confronta às medidas, gerenciar, administrar, acompanhar e avaliar as atividades dos parques e elaborar plano de educação ambiental nos parques urbanos não se alcança os benefícios e impactos gerados no decorrer do gerenciamento do uso e conservação e ações educativas dos mesmos. Portanto, esta ação necessita de estudos aprofundados desde seu objetivo, meta física, unidade de medida, medidas e tarefas que culminem com objetivo do programa.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	1.200.000,00	1.151.550,00	910.855,26	0	75,90	79,10
Todas	1.200.000,00	1.151.550,00	910.855,26	0	75,90	79,10

Capacidade de Planejamento:

A capacidade de planejamento na descrição de despesa não foi bem definida, alocando recursos exedentes nos elementos de despesa de material de consumo e serviço terceirizado, e não houve alocação de recursos para aquisição de equipamentos, obras, intercâmbio de experiências, atividades que são imprescindíveis para a gestão de parques, procedendo créditos adicionais.

Capacidade de Execução:

Detectou-se no tramite nos termos de referencias lentidão, falta de fluxo nos tramite dos processos de aquisições de um setor para outro comprometendo o tempo de aquisição. Vários processos encaminhados tiveram seus pedidos de empenho estornados em observância as normas que rege o encerramento do exercício de 2008. portanto, todos esses fatores



Estado de Mato Grosso

contribuíram para o desempenho regular. A capacidade operacional financeira ficou comprometida pela não previsão de natureza de despesa exigindo recurso de créditos adicionais para suprir essas deficiências.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi comprometido em razão da lentidão no encaminhamento dos Termos de Referência e falta de fluxo nos trâmites dos processos de aquisições; a troca de superintendência e coordenação no meio do ano. Esses motivos contribuíram para o desempenho regular no alcance do objetivo específico.

Execução Orçamentária e Financeira:

Durante o exercício de 2008 constatou-se nesta ação, que as dotações autorizadas na LOA foram suficientes e tempestivas. Quanto ao levantamento de satisfação dos clientes ainda não houve avanço neste exercício. O PTA foi parcialmente utilizado como ferramenta gerencial.

Outros Aspectos Relevantes:

A coordenação registrou ao longo do exercício de 2008 a disponibilização de espaços nos parques urbanos para 45 parceiros, que ofereceu aos usuários 115 eventos externos, com as atividades: treinamento *rappel*; exercícios de *yôga*; Consciência Ambiental; serviço aferição de pressão, pesagem, exames de glicose e instruções para exame de urina; distribuição de camisetas na luta contra ao HIV; apresentações artísticas diversas, exercício físicos alongamento, relaxamentos, dicas de postura, ginástica localizada, abdominais, entre outros; café da manhã; show infantil, caminhada ecológica em que se tem detectado interesse dos usuários dos parques em participar desses eventos. Todas essas atividades foram oferecidas sem custo de origens orçamentárias para SUEA.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Mais estabilidade nos cargos de superintendência e coordenação, garantindo a continuidade dos procedimentos e processos.

- melhoria nos procedimentos administrativos de aquisição tanto na SEMA, quanto na SAD.
- alimentar no sistema de protocolo os despachos existentes nos processos de aquisição, para facilitar o seu monitoramento, para que se possam tomar as providências necessárias em tempo.
- definição, implantação e alimentação do banco de dados desta ação constituído de instrumentos e ferramentas (coleta de dados, processamento e análise de consistência), que possibilitem o processamento de dados e informações, emitindo relatórios trimestrais e anuais.



Estado de Mato Grosso

Relatório Analítico de Programa

Programa: 0180 - CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE BIODIVERSIDADE

Origem do Programa: PERDA DA BIODIVERSIDADE OCACIONADA PELA OCUPAÇÃO TERRITORIAL DESORDENADA, INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS QUE PROMOVAM O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL, INSUFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSERVAÇÃO DOS BIOMAS DE MATO GROSSO.

Objetivo do Programa: EXECUTAR O MONITORAMENTO E GESTÃO DE AMOSTRAS SIGNIFICATIVAS DOS BIOMAS ATRAVÉS DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE.

Público Alvo: ÓRG PÚB. PESCADORES, COMUNIDADES DE UC'S E ENTORNO, ONGS

Unidade Resp. Programa: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Responsável pelo Programa: ELIANI FACHIM - SUPERINTENDENTE DE BIODIVERSIDADE

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO IMPLANTADAS E GERIDAS INTEGRALMENTE	Anual	UNIDADE	10	14	11	11	4/3/2008
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-UC'S COM SITUAÇÃO FUNDIÁRIA REGULARIZADAS	Anual	UNIDADE	10	13	10	10	4/3/2008

Análise de indicadores

O indicador referente a aquisição de propriedades rurais contidas em UCs-unidades de conservação foi positiva, tendo sido realizado a aquisição de 1.017 há de terras no Parque Estadual da Serra Azul, através de recursos oriundos de compensação por significativo impacto ambiental, conforme a Lei nº9985/02. Este incremento no indicador representará um aumento de amostras significativa do bioma cerrado aptos para ter seus recursos naturais manejados e protegidos de forma tecnicamente adequada. O indicador referente a implantação e manejo integral de UCs se manteve estável por não ter tido novas UCs manejadas de forma integral, o que significa elas terem 100% dos seguintes itens realizados: regularização fundiária, plano de manejo, infra-estrutura, administração e manutenção de todos os seus recursos ambientais e materiais. Atualmente as unidades são manejadas provisoriamente, através de ações que assegurem de forma primária sua conservação, uma vez que 80% das unidades não possuem regularização fundiária, plano de manejo, infra-estrutura e administração/manutenção de seus recursos ambientais e materiais.

Análise do Programa

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
2.261.049,13	4.712.042,80	3.356.639,29	0	148,45	71,24

Capacidade de Planejamento:

O Programa 180, teve uma execução técnica satisfatória, porém com a execução financeira bem menor do que planejado. Houve um planejamento desejável, porém com a execução financeira menor.

Capacidade de Execução:

A execução orçamentária e financeira do Programa 180 foi regular devido processos demorados para aquisições, licitações e liberação de diárias contingenciamento de recursos, períodos específicos para remanejamento, etc. Não houve superdimensionamento dos valores para a execução, estes são indicados no período do planejamento e baseados nos valores das aquisições de equipamentos, e serviços necessários como consultorias, diárias etc.

Execução do Programa:

O desempenho do Programa 180 foi satisfatório, mas poderia ser melhor desenvolvido com a ampliação do número de técnicos para a execução, maior agilidade e melhorias nas etapas de aquisições, licitações, contratações de serviços e consultorias que são necessárias para o auxílio na execução e que não tem no quadro funcional da Secretaria e uma maior



Estado de Mato Grosso

integração/ compreensão de todas as unidades administrativas para a integração das ações fortalecimento do planejamento e monitoramento da execução.

Resultados:

Principais Restrições e providências adotadas:

As dificuldades que ocorreram foram mais de ordem administrativa, financeira e institucional.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação: 1547 – ELABORACAO DE PLANOS DE MANEJO PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-UC’S ESTADUAIS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: ESTABELECEER ESTRATEGIAS, NORMAS E DIRETRIZES PARA O MANEJO ADEQUADO PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Descrição da Meta Física: PLANO ELABORADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: ALEXANDRE MILARE BATISTELA

Região de Planejamento	Meta
0600 - SUL	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

A meta física prevista pra esta ação era a elaboração de um plano de manejo, para o Parque Estadual Encontro das Águas, através da captação de recursos por meio de Projeto para Conservação, financiado por órgãos governamentais, não governamentais ou iniciativa privada, o que não ocorreu.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	4.600,00	4.600,00	0,00	0	0	0
109	3.400,00	3.400,00	0,00	0	0	0
Todas	8.000,00	8.000,00	0,00	0	0	0

Capacidade de Planejamento:

O recurso financeiro planejado para a ação, era para o acompanhamento dos trabalhos referentes a elaboração de plano de manejo para o Parque Estadual Encontro das Águas, através da contratação de STPJ. Como não houve captação de recursos financeiros para essa contratação, não houve acompanhamento da mesma e conseqüentemente não houve gastos financeiros na ação, sendo estes remanejado para a ação 1549.

Capacidade de Execução:

Não houve execução de despesa, uma vez que o recurso previsto para esta ação destinava-se ao acompanhamento da elaboração do plano de manejo para o Parque Estadual Encontro das Águas. Como não houve captação de recursos junto à organismos nacionais ou internacionais, para contratação de STP visando a elaboração de Plano de Manejo, não ocorreu o gasto com o acompanhamento de realização do mesmo.

Alcance do Objetivo Específico:

Não houve alcance do objetivo específico da ação uma vez que não foi elaborado o plano de manejo do Parque Estadual Encontro das Águas, que estabeleceria estratégias, normas e diretrizes para o manejo adequado do mesmo.

Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária e financeira foi prejudicada devido a ação, elaboração de plano de manejo, através da contratação de STPJ), depender de recursos financeiros de origem extra orçamentária, ou seja, houve dificuldade de captação de recursos junto à organismos nacionais e internacionais.



Estado de Mato Grosso

Outros Aspectos Relevantes:

Através do Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA, foi concluída a elaboração de plano de manejo do Parque Estadual Igarapés do Juruena, também através do mesmo Programa foi dado início na coleta de dados primários para elaboração do Plano de Manejo para o Parque Estadual do Xingu. Através do Programa GEF Noroeste foi dado início a elaboração do PCA – Plano de Conservação de Áreas para o Parque Estadual do Tucumã, Estação Ecológica do Rio Roosevelt e Madeirinha e Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, visando estabelecer estratégias, normas e diretrizes para o manejo adequado destas unidades. O PCA é um instrumento técnico equivalente a um Plano de Manejo, porém de forma mais sucinta e pratica que está sendo implantado em fase experimental pela Secretaria.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	1549 - IMPLANTACAO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	DOTAR AS UNIDADES DE CONSERVACAO DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE PARA O SEU MANEJO E REALIZAR A SUA MANUTENÇÃO.
Descrição da Meta Física:	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	ALEXANDRE MILARE BATISTELA

Região de Planejamento	Meta
0100 - NOROESTE	1
0300 - NORDESTE	2
0400 - LESTE	0
0600 - SUL	2
0700 - SUDOESTE	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	7	5	83,33	71,43

Análise da Meta Física

A meta física prevista era a de implantação e manutenção de infra-estrutura para 6 (seis) unidades de conservação estaduais, sendo 5 (cinco) com recursos do PTA, uma com recurso de compensação por significativo impacto ambiental e uma pelo Programa ARPA- Áreas Protegidas da Amazônia. Foram executadas ações em 5 (cinco) unidades de conservação Estaduais (através do ARPA – Parques Estaduais do Xingu e Juruena e com recursos PTA – Estrada Parque Transpantaneira, Monumento Natural Morro de Santo Antônio e Parque Estadual do Araguaia). Considera-se como produto para o cumprimento da meta desta ação 5 (cinco) unidades de conservação com sinalização (manutenção e confecção). Vale ressaltar que o termo técnico infra-estrutura, quando se trata de unidades de conservação, considera-se sinalização como tal.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	8.196,00	21.822,00	13.626,00	0	166,25	62,44
109	20.000,00	20.000,00	2.000,00	0	10,00	10,00
240	45.798,00	435.700,00	400.000,00	0	873,40	91,81
261	5.996,00	5.996,00	0,00	0	0	0
Todas	79.990,00	483.518,00	415.626,00	0	519,60	85,96



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

Muito embora tenha havido suplementação de recurso para esta ação, os recursos previstos não foram totalmente aplicados pelos seguintes problemas: mau desempenho operacional (Gerências Regionais do Parque Estadual Água do Cuiabá/APA – Cabeceiras do rio Cuiabá, do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco e do Refugio de vida Silvestre Quelônios do Araguaia); dificuldade de elaboração de documentos (Gerências Regionais do Parque Estadual Gruta da Lagoa e do Parque Estadual Cristalino); por ausência de recursos humanos (Gerencia do Parque Estadual do Guirá) e por não ter sido estabelecido Termo de Compromisso referente a compensação ambiental por significativo impacto ambiental com intervenção do IBAMA/DF para o Parque Estadual da Serra Azul. Através do Programa ARPA foram utilizados recursos para execução da ação para os Parques Estaduais do Xingu, previsto inicialmente, e para o Parque Estadual Igarapés do Juruena, planejado posteriormente.

Capacidade de Execução:

Os recursos previstos originalmente foram suplementados visando atender outras unidades de conservação não previstas inicialmente (Estrada Parque Transpantaneira, Monumento Natural Morro de Santo Antônio e Parque Estadual do Araguaia), tendo sido executado a confecção e manutenção de placas informativas /orientativas e de limites para as mesmas, conforme a necessidade apresenta no decorrer do exercício 2008. Através do Programa ARPA inicialmente foi previsto recursos para o Parque Estadual do Xingu ,tendo sido atendido também o Parque Estadual Igarapés do Juruena.

Alcance do Objetivo Específico:

O alcance referente à dotar as unidades de conservação de obras e infra-estrutura de suporte para o seu manejo e realizar a sua manutenção foi alcançado para 5(cinco) unidades de conservação, sendo 3 (três) através do PTA (Estrada Parque Transpantaneira, Monumento Natural Morro de Santo Antônio e Parque Estadual do Araguaia) e duas pelo Programa ARPA (Parque Estadual do Xingu e Igarapés do Juruena),através da confecção e manutenção de placas informativas /orientativas e de limites. Apesar de não ser feito nenhum aferimento do grau de satisfação do público-alvo, foi constatado pelas gerencias das unidades de conservação satisfação por parte da comunidade uma vez que com a ação foi estabelecido visualmente os limites das unidades.

Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária e financeira foi prejudicada pelos seguintes motivos: falta de capacidade operacional (Gerências Regionais do Parque Estadual Água do Cuiabá/APA – Cabeceiras do rio Cuiabá, do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco e do Refugio de vida Silvestre Quelônios do Araguaia)) ausência de recurso humanos(Gerencia do Parque Estadual do Guirá) e a não assinatura de Termo de Compromisso referente a compensação por significativo impacto ambiental para aplicação de recurso no Parque Estadual da Serra Azul. Nas unidades conservação onde foram executadas ação foi constatado que houve economicidade uma vez que os produtos foram adquiridos na própria região das unidades de conservação, não tendo gasto com transporte.Um dos principais motivos que dificultaram a a execução desta ação foi a morosidade da SINFRA na execução de Projetos Arquitetônicos.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	1550 - REGULARIZACAO PATRIMONIAL E MONITORAMENTO DOS IMOVEIS LOCALIZADOS EM UNIDADES DE CONSERVACAO ESTADUAIS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	ESCRITURAR E MONITORAR AS TERRAS CONTIDAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.
Descrição da Meta Física:	UNIDADE DE CONSERVACAO ESCRITURADA
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	ALEXANDRE MILARE BATISTELA

Região de Planejamento	Meta
0400 - LESTE	1



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4	4	1	25,00	25,00

Análise da Meta Física

A meta física prevista era a de aquisição de propriedades rurais contidas nas seguintes unidades de conservação: Parques Estaduais da Serra Azul, Araguaia, Igarapés do Juruena e Estação Ecológica do rio Ronuro. Foram adquiridas três propriedades rurais uma de 908 há, outra de 44 há e uma última de 65 há, no Parque Estadual da Serra Azul, o que proporciona uma maior ação da SEMA-MT frente ao manejo do Parque. O produto resultante desta ação para cumprimento da meta física foi a aquisição de 1.017 há de terras particulares no Parque Estadual da Serra Azul.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	0,00	767.462,52	761.775,21	0	0	99,26
109	11.992,00	11.992,00	2.090,00	0	17,43	17,43
245	100.000,00	1.222.473,19	1.051.537,81	0	1.051,54	86,02
Todas	111.992,00	2.001.927,71	1.815.403,02	0	1.621,01	90,68

Capacidade de Planejamento:

Os recursos previstos nesta ação tinha duas finalidades: adquirir terras particulares nas unidades de conservação estaduais e avaliar as propriedades e acompanhar o processo de aquisição das mesmas. A previsão de recursos para aquisição de terras foi feita na projeção de realização de compensação por significativo impacto ambiental pela instalação de empreendimento de grande porte, na região das unidades de conservação, o que não ocorreu. Consequentemente não foi realizado nenhuma avaliação ou acompanhamento de compra de propriedade rural com execução dos trabalhos realizados no Parque Estadual da Serra Azul, para a aquisição de três propriedades rurais.

Capacidade de Execução:

A execução de despesa foi realizada somente no Parque Estadual da Serra Azul, através de avaliação de propriedade e compra de três propriedades rurais, perfazendo uma total de 1.017 há adquiridos. Nas demais unidades de conservação contempladas pela ação não houve execução financeira por não ter sido firmado nenhum Termo de Compromisso relativo a compensação por significativo impacto ambiental, não sendo necessário consequentemente a realização de avaliação e acompanhamento de processo de compra de propriedade rural inserida nas mesmas. Como não houve necessidade de utilização dos recursos previsto para acompanhamento da aquisição de terras, o recurso destinado para este fim foi transferido para a ação 1545.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico desta ação é o de escriturar e monitorar as terras contidas em unidades de conservação, o que foi alcançado no Parque Estadual da Serra Azul, onde foram adquiridas três propriedades rurais, que permitirão a SEMA gerenciar e administrar de forma adequada o parque, através de ações de manejo específicas com face a conservação dos seus recursos naturais. O mesmo não aconteceu para as demais unidades de conservação (Parques Estaduais do Araguaia e Igarapés do Juruena e Estação Ecológica do rio Ronuro), face aos entraves burocráticos na assinatura de Termos de Compromisso para compensação ambiental pela instalação de empreendimento com significativo impacto ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira:

Houve dificuldade no estabelecimento de Termo de Compromisso referente a compensação ambiental por significativo impacto ambiental visando a regularização fundiária pelas seguintes dificuldades: necessidade de intervenção da Câmara de Compensação do IBAMA/DF, que passou por processo de reestruturação com a criação do Instituto Chico Mendes, para uma compra de maior número de propriedades no Parque Estadual da Serra Azul. A mesma dificuldade ocorreu para o Parque Estadual do Araguaia. O licenciamento do empreendimento com compensação prevista para o Parque Estadual Igarapés do Juruena ter sido questionado pelo Ministério Público Estadual, tendo esta situação resolvida no final do exercício de 2008, com previsão de assinatura do Termo de Compromisso para o exercício de 2009. Para a aplicação de recursos de compensação ambiental para regularização fundiária das Estação Ecológica do rio Ronuro foi assinado Termo de Compromisso referente a compensação por significativo impacto ambiental, que será cumprido no exercício de 2009.



Estado de Mato Grosso

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	2346 - FISCALIZACAO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO-UC'S E SEUS ENTORNOS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	EXECUTAR AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO COM O INTUITO DE PREVENIR E COIBIR AÇÕES ILEGAIS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS E SEUS ENTORNOS
Descrição da Meta Física:	FISCALIZACAO REALIZADA
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	EDUARDO RODRIGUES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	55

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
48	15	55	114,58	366,67

Análise da Meta Física

Considera-se como produto, nesta ação, cada atividade de fiscalização realizada pelas equipes, durante as viagens de fiscalização. Em cada viagem são realizadas diversas atividades de fiscalização. O cumprimento da meta física deu-se acima do previsto no Plano de Trabalho Anual de 2008, que previu a realização de 48 fiscalizações durante o ano. Em 2008 foram executadas 55 fiscalizações, o que representa o alcance de 114,58% da meta anual. Foram realizadas ações de fiscalização no parque Estadual Encontro das Águas, Parque Estadual Guirá, Estrada Parque Transpantaneira, Parque Estadual do Araguaia, Monumento Natural Morro de Santo Antônio, Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul e Parque Estadual Cristalino I e II. Em decorrência da reestruturação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente foi extinta a Coordenadoria de Fiscalização de Unidades de Conservação, sendo que suas atribuições passaram para a Coordenadoria de Fiscalização Florestal, que passou a ser denominada Coordenadoria de Fiscalização Florestal e de Unidades de Conservação. A extinção da Coordenadoria de Fiscalização de Unidades de Conservação não influenciou o alcance da meta física da Ação 2346, pois foi designada equipe da nova Coordenadoria para fiscalizar Unidades de Conservação.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	150.000,00	106.474,00	72.550,00	0	48,37	68,14
Todas	150.000,00	106.474,00	72.550,00	0	48,37	68,14

Capacidade de Planejamento:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PPA, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Convém salientar que, das quarenta e duas Unidades de Conservação do Estado, vinte e duas possuem Gerentes responsáveis por seu monitoramento. Após a reestruturação da SEMA, ocorrida em março de 2008, os gerentes das UC's deixaram de ser subordinados à Superintendência de Fiscalização e passaram a ser subordinados à Superintendência de Biodiversidade. Os agentes ambientais que atualmente fiscalizam a Estrada Parque Transpantaneira e o Parque Estadual do Guirá também passaram a ser subordinados à Superintendência de Biodiversidade, e assim como os Gerentes das UC's, não utilizam mais recursos desta ação. Os motivos acima contribuíram para os resultados apurados.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PPA, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Convém salientar que, das quarenta e duas Unidades de Conservação do Estado, vinte e duas possuem Gerentes responsáveis por seu monitoramento. Após a reestruturação da SEMA, ocorrida em março de 2008, os gerentes das UC's deixaram de ser subordinados à Superintendência de Fiscalização e passaram a ser subordinados à Superintendência de Biodiversidade. Os agentes ambientais que atualmente fiscalizam a Estrada Parque Transpantaneira e o Parque Estadual do Guirá também passaram a ser subordinados à Superintendência de Biodiversidade, e assim como os Gerentes das UC's, não utilizam mais recursos desta ação. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurado.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação, que é executar ações de fiscalização com o intuito de prevenir e coibir ações ilegais nas Unidades de Conservação Estaduais e seus entornos, foi atingido em sua totalidade.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2008: R\$ 150.000,00; Total das anulações: R\$ 43.526,00; Total das suplementações: R\$ 0,00; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 106.474,00 ; Saldo da dotação em 31/12/2008: R\$ 33.924,00 Para a execução da ação 2346 está previsto no PTA 2008 o valor de R\$ 150.000,00. Durante o exercício de 2008 foram executados 68,13 % do orçamento previsto para o ano de 2008 (considerando saldo orçamentário após anulações e suplementações). O valor anulado (R\$ 43.526,00) foi suplementado na ação 2349, no elemento de despesa 33903900. Os recursos suplementados foram destinados à realização de cursos de capacitação. Durante a elaboração do PTA 2008 não foi prevista a realização de cursos na área de fiscalização. No entanto, ao longo do exercício, verificou-se a necessidade de treinamento dos servidores da Superintendência de Fiscalização, decorrente de mudanças no quadro de servidores. A realização de cursos de capacitação proporcionou o treinamento dos novos servidores e o aprimoramento dos técnicos já existentes. A meta física não foi alterada. Os recursos anulados estavam destinados ao pagamento de diárias. A anulação não comprometeu o alcance da meta física.

Outros Aspectos Relevantes:

As diárias pagas aos servidores para realização de ações de fiscalização totalizaram R\$ 55.210,00 no ano de 2008. Foram adquiridos aparelhos de GPS, máquinas fotográficas e HD externos para proporcionar às equipes de fiscalização condições ideais de trabalho. Foram adquiridos ainda 12 barcos e 12 carretas de alumínio para transporte de barcos, utilizando recursos desta ação, materiais permanentes que irão equipar, além da Superintendência de Fiscalização, as unidades desconcentradas e unidades de conservação estaduais.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 2354 - FISCALIZACAO DA PESCA

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: COIBIR AS ATIVIDADES CONSIDERADAS PREDATÓRIAS SOBRE OS RECURSOS PESQUEIROS E MANTER OS ESTOQUES PESQUEIROS

Descrição da Meta Física: FISCALIZACAO REALIZADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: MARCELO ANTONIO COSTA CARDOSO

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	166

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
150	50	166	110,67	332,00



Estado de Mato Grosso

Análise da Meta Física

Durante o ano de 2009 a Coordenadoria de Fiscalização de Pesca exerceu papel fundamental na fiscalização para a manutenção dos recursos pesqueiros do Estado, tendo sido realizadas 166 operações de fiscalização preventivas e ostensivas com o objetivo de coibir a pesca depredatória e o tráfico de pescado. De janeiro a dezembro foram lavrados 88 autos de infração, 113 termos de apreensão e 117 autos de inspeção, tendo sido inspecionados 18.678,50 kg de pescado e apreendidos 13.181 kg. Foram aplicadas multas no valor de R\$ 1.142.593,00, tendo sido autuadas 15 pessoas em flagrante, resultando em apreensões de equipamentos, veículos, motos e materiais de pesca depredatória diversos. A quantidade de termos de apreensão é maior do que a quantidade de autos de infração, devido ao fato dos infratores deixarem o local do ilícito, impossibilitando a emissão de autos de infração. Para controle da CFP são lavrados termos de apreensão, sem o preenchimento do nome do autuado. Foram fiscalizados 45 municípios, dentre os quais destacamos Rondonópolis, Tangará da Serra, Barra do Bugres, Cáceres, Rosário Oeste, Nobres, Porto Estrela, Acorizal, Porto Esperidião, Água Boa, Aripuanã, Barão de Melgaço, Barra do Garças, Canarana, Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Castanheira, Cocalinho, Denise, Diamantino e Guiratinga.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	289.999,98	289.999,98	207.076,37	0	71,41	71,41
109	500.000,01	460.000,01	352.689,71	0	70,54	76,67
Todas	789.999,99	749.999,99	559.766,08	0	70,86	74,64

Capacidade de Planejamento:

Para a ação 2354 foi previsto no PTA 2008 o valor de R\$ 789.999,98. Em 2008 as diárias totalizaram R\$ 394.905,00. As anulações totalizaram R\$40.000,00. Foi executado 74,63 % do orçamento anual previsto (considerando saldo orçamentário após anulações e suplementações). Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PPA, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados no PPD (análise do planejamento e programação da despesa).

Capacidade de Execução:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PPA, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados no COFD (análise da capacidade operacional financeira da despesa).

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 2354, que é coibir as atividades consideradas predatórias sobre os recursos pesqueiros e manter os estoques pesqueiros, foi atingido em sua totalidade.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2008: R\$ 789.999,99 Total das anulações: R\$ 40.000,00 Total das suplementações: R\$ 0,00 Saldo após suplementações e anulações: R\$ 749.999,99 Saldo em 31/12/2008: R\$ 190.233,91 Para a ação 2354 foi previsto no PTA 2008 o valor de R\$ 789.999,98. Em 2008 as diárias totalizaram R\$ 394.905,00. As anulações totalizaram R\$40.000,00. Foi executado 74,63 % do orçamento anual previsto (considerando saldo orçamentário após anulações e suplementações).

Outros Aspectos Relevantes:

Em 2008 as diárias totalizaram R\$ 394.905,00. Foram adquiridos 12 barcos e 12 carretas de alumínio para transporte de barcos, utilizando recursos desta ação, materiais permanentes que irão equipar, além da Superintendência de Fiscalização, as



Estado de Mato Grosso

Unidades Desconcentradas e Unidades de Conservação Estaduais. Foram adquiridos ainda cartões de memória e coletes salvavidas. Foi realizado Curso de Capacitação Ambiental, promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente em conjunto com o Centro de Capacitação, Desenvolvimento e Pesquisa da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de capacitar policiais militares e servidores da SEMA. Foram capacitadas turmas nos Municípios de Cuiabá (120 alunos), Sinop (60 alunos) e Barra do Garças (50 alunos). O curso teve duração de 40 horas e abrangeu 14 disciplinas.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Todas as regiões do Estado de Mato Grosso necessitam de ações de fiscalização eficazes. No entanto, destacamos a importância da realização de trabalhos de fiscalização na região da Bacia do Alto Paraguai, que compreende os municípios de Rondonópolis, Tangará da Serra, Cáceres, Barra do Bugres, Rosário Oeste, Nobres, Porto Estrela, Acorizal e Porto Esperidião, dentre outros.

Ação: 2949 - GERENCIAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS AO ORDENAMENTO E MANEJO DOS RECURSOS PESQUEIROS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Descrição da Meta Física: BACIA GERENCIADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: CAROLINA POTTER DE CASTRO

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	3

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	3	100,00	100,00

Análise da Meta Física

Todas as medidas foram realizadas conforme previsto, exceto análise de dados do Sistema de Controle e Monitoramento da Pesca de Mato Grosso, atendimentos emergenciais (mortalidade de peixes) e aquisição de alguns materiais de consumo e permanente. A primeira tarefa citada não pode ser realizada em função da impossibilidade de contratação de estagiários para inserção de dados no sistema e necessidade de ajustes técnicos no banco de dados que não foram realizados pela TECNOMAPAS. Atendimentos emergenciais não foram solicitados à esta superintendência, não afetando a ação. A aquisição dos materiais não foi possível principalmente por dificuldades do setor de aquisição em encontrar fornecedores, sendo vários termos de referência arquivados ao final do exercício orçamentário. O não cumprimento destas atividades não afetou a meta física, mas é importante ressaltar que o atraso na análise de dados do SISCOOP se estende por três anos consecutivos e o acúmulo de dados (quase 50.000 declarações individuais de pesca) tornará inviável a emissão de boletins necessários pra a gestão da pesca no Estado. A aquisição de material também é fundamental para a qualidade do serviço desempenhado, em especial para estudos científicos.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	15.550,00	15.550,00	1.720,00	0	11,06	11,06
109	185.000,00	185.000,00	103.166,41	0	55,77	55,77
240	11.010,00	11.010,00	1.223,00	0	11,11	11,11
245	5.000,00	5.000,00	541,38	0	10,83	10,83
261	5.000,00	5.000,00	0,00	0	0	0
Todas	221.560,00	221.560,00	106.650,79	0	48,14	48,14

Capacidade de Planejamento:

A deficiência no desempenho deste quesito deve-se a três razões: as fontes 245 e 261 não estavam disponíveis; materiais de consumo e permanente não foram adquiridos por dificuldades na localização de fornecedores e o material impresso, orçado em gráficas particulares (onde foram impressas no exercício anterior), foi feito pela IOMAT com custos inferiores.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

A deficiência no desempenho deste quesito deve-se a três razões: as fontes 245 e 261 não estavam disponíveis; materiais de consumo e permanente não foram adquiridos por dificuldades na localização de fornecedores e o material impresso, orçado em gráficas particulares (onde foram impressas no exercício anterior), foi feito pela IOMAT com custos inferiores.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar dos resultados do PPD e do COFD, as atividades necessárias para o alcance dos objetivos foram desenvolvidas mesmo tendo a qualidade dos resultados afetada, em especial naquelas referentes aos estudos e monitoramento da pesca.

Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária em relação às dotações autorizadas na LOA transcorreu bem, entretanto é importante ressaltar que a mudança constante de procedimentos e modelos de documentos atrasaram e até mesmo inviabilizaram a execução de algumas atividades. A compatibilidade do fluxo de recursos foi adequada e a liberação dos recursos permitiram a execução física da ação.

Outros Aspectos Relevantes:

As viagens ao interior do estado para visitas às colônias e estudos sobre recursos pesqueiros tiveram grande importância na geração de informações a gestão da pesca no estado e tomadas de decisão.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	3507 - IMPLANTAÇÃO DO JARDIM BOTÂNICO DE MATO GROSSO
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	IMPLANTAR O JARDIM BOTÂNICO DE MATO GROSSO - CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DO CERRADO, BUSCANDO PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS, A QUALIDADE AMBIENTAL E O CONHECIMENTO DAS ESPÉCIES MEDICINAIS, ESPECIALMENTE DO CERRADO
Descrição da Meta Física:	JARDIM BOTÂNICO IMPLANTADO
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	VANIA MARCIA MONTALVAO G. CESAR

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	0		

Análise da Meta Física

Houve dificuldade em atingir a meta em decorrência dos trâmites administrativos, que impossibilitaram a contratação de empresa para elaboração do projeto executivo, documento esse imprescindível para a implantação do Jardim Botânico. Não houve capacidade

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	200.000,00	200.000,00	0,00	0	0	0
Todas	200.000,00	200.000,00	0,00	0	0	0



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

Não houve capacidade técnico -administrativa para agilizar os procedimentos em tempo hábil

Capacidade de Execução:

Falta de domínio sobre os instrumentos legais (prazos e procedimentos) de viabilização do planejamento.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo proposto não foi alcançado por não se atentar para os prazos e pela complexidade do produto, iniciado o processo em agosto de 2007

Execução Orçamentária e Financeira:

Atribui-se a deficiência na execução financeira pelo despreparo técnico- administrativo.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Capacitação e mais conhecimento sobre as ferramentas legais e procedimentos administrativos para os responsáveis pela ação.

Ação:	3794 – ESTUDOS PARA ESTABELECIMENTOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	REALIZAR ESTUDOS/PESQUISA DOS MEIOS ABIÓTICOS (SOLO, CLIMA, RECURSOS HÍDRICOS), BIÓTICOS (FAUNA, FLORA)E SÓCIO-ECONÔMICO.
Descrição da Meta Física:	PESQUISA REALIZADA
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	ALEXANDRE MILARE BATISTELA

Região de Planejamento	Meta
0500 - SUDESTE	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

A meta física desta ação não foi cumprida por dificuldade operacional e entraves em processo licitatórios,tendo sido planejado a realização de 4 (quatro) estudos para o estabelecimento de unidades de conservação estaduais , sendo uma no bioma cerrado com recursos do PTA e 3 (três) através do Programa ARPA- Áreas Protegidas da Amazônia. Esta meta tinha como objetivo ampliar a área de unidades de conservação do Estado.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	2.998,00	2.998,00	0,00	0	0	0
109	5.002,00	5.002,00	0,00	0	0	0
Todas	8.000,00	8.000,00	0,00	0	0	0



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

O planejamento desta ação objetivava a formação de uma equipe técnica multidisciplinar para realização de estudos visando a criação de unidade de conservação estadual, através de recursos do PTA, fugindo assim do processo burocrático e dispendioso da contratação de STPJ para a realização do mesmo. Todavia, o planejamento para execução da ação esbarrou na dificuldade de conciliar a disponibilidade de profissionais capacitados para a sua execução, durante extensos períodos de trabalho de campo, ao longo do ano. Previa também a realização de 3 (três) estudos através do Programa ARPA, cujos processo licitatórios foram paralisados em decorrência dos valores apresentados pelas empresas concorrentes ficarem acima dos previstos no Plano Operativo Anual do Programa.

Capacidade de Execução:

Não houve execução de despesa nesta ação, por dificuldade de capacidade operacional, no que tange a dificuldade de conciliar a disponibilidade de equipe técnica multidisciplinar para sua execução e pelos altos valores apresentados nos processos licitatórios realizados pelo Programa ARPA.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo de realização de estudos/ pesquisa dos meios bióticos(solo, clima, recursos hídricos) bióticos (fauna , flora) e sócio-econômico não foi alcançado face a inviabilidade de se conseguir estruturar uma equipe multidisciplinar para o seu alcance e ao dispendioso processo licitatório realizado através do Programa ARPA. Este objetivo visa estabelecer uma ampliação de unidades de conservação estaduais contemplando assim áreas de relevante importância ecológica indicadas no Zoneamento Sócio Econômico e Ecológico do Estado bem como pelo Ministério do Meio Ambiente.

Execução Orçamentária e Financeira:

Não houve execução orçamentária e financeira para a execução de estudos visando o estabelecimento de unidade de conservação estadual prevista nesta ação, em decorrência da dificuldade operacional de estruturação de uma equipe técnica multidisciplinar, ficando comprovado que a tentativa de economicidade para a execução deste tipo de trabalho não malogra êxito, em virtude de se ter uma equipe de profissionais reduzida como é o caso da existente na Superintendência de Biodiversidade. Já os estudos previstos para serem executados através do programa ARPA não foram realizados Parques Estaduais da Serra Azul, Araguaia, Igarapés do Juruena e Estação ecológica do rio Ronuro devido aos altos preços apresentados nos processos licitatórios que visavam a contratação de STPJ para as suas execuções.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 4061 - CAPACITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELACIONADOS À ÁREA DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E A DIFUSÃO DOS PRODUTOS GERADOS

Descrição da Meta Física: PROFISSIONAIS CAPACITADOS

Unidade de Medida: PESSOA

Responsável pela Ação: CAROLINA POTTER DE CASTRO

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	15

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
16	6	15	93,75	250,00

Análise da Meta Física

A Promoção da capacitação de 15 (quinze) técnicos em assuntos relacionados a conservação da biodiversidade, visando assim aplicar novas técnicas conservacionistas nas ações executadas pela Superintendência de Biodiversidade. No que se refere a capacitação relacionada à unidades de conservação considera-se como produto para o cumprimento desta meta a capacitação de 4 (quatro) técnicos. Em áreas relacionadas à fauna e recursos pesqueiros foram capacitados 5 (cinco) técnicos e na área de conservação de ecossistemas foram capacitados 06 (seis) servidores.



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	22.000,00	22.000,00	10.290,00	0	46,77	46,77
240	64.995,00	42.425,00	29.090,00	0	44,76	68,57
Todas	86.995,00	64.425,00	39.380,00	0	45,27	61,13

Capacidade de Planejamento:

O planejamento dessa ação projetou ações de capacitação relacionados a biodiversidade, frente aos acontecimentos de seminários, cursos e workshops no decorrer do ano de 2008. Foram capacitados 15 (quinze) técnicos desta Superintendência de Biodiversidade participando de eventos relacionados á gestão da biodiversidade. Houve outros eventos, contudo os técnicos não tiveram como compatibilizar o tempo de trabalho na SEMA com a participação em eventos. Todas as capacitações previstas foram realizadas com sucesso. Não foi possível atender a todos os eventos, uma vez que parte do recurso foi remanejada a fim de atender demanda para pagamento de verba indenizatória. Entretanto, alguns eventos foram financiados por outras instituições, o que permitiu o alcance dos objetivos.

Capacidade de Execução:

Servidores da coordenadoria de fauna e recursos pesqueiros, participaram da Conferencia Internacional de Áreas Úmidas, IV Curso de Conservação de Carnívoros Silvestres, reunião do Grupo de Trabalho sobre Espécies Exóticas em Ambientes Aquáticos do CONAMA, I Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal e o I Seminário Nacional de Biossegurança e Biotecnologia Animal, reuniões técnicas do projeto Global Big Numbers Project da FAO (Food and Agriculture Organization das Nações Unidas), VI Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina. Além desses, uma servidora foi selecionada para participar de um curso custeado pelo Ministério de Cooperação Internacional da Alemanha. No que se refere a capacitação relacionada as unidades de conservação, foram capacitados 4(quatro) técnicos da coordenadoria de unidades de conservação através dos seguintes eventos : Curso Planejamento e Manejo de Áreas Naturais Protegidas , Oficina de Planejamento das Ações de consolidação do Sítio RAMSAR, Capacitação para criação e implantação de Conselho Consultivo para Reservas Extrativistas, não tendo havido nenhum grande problema no p

Alcance do Objetivo Específico:

Dentro da disponibilidade de participação em eventos relacionados a biodiversidade, sem comprometimento do trabalho técnico na SEMA, o objetivo de capacitar técnicos da Superintendencia de Biodiversidade foi satisfatoriamente atendido, tendo havido a participação de técnicos visando o aprimoramento técnico para: manejo das unidades de conservação localizadas na área do pantanal, através da participação na Oficina de Planejamento das Ações de consolidação do Sítio RAMSAR; gerenciamento do Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, através de participação no Curso Planejamento e Manejo de Áreas Naturais Protegidas; implementação e melhoria no manejo da Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, através da capacitação para criação e implantação de Conselho Consultivo para Reservas Extrativistas; participação no Dia Nacional do Cerrado no Vale do Araguaia; apresentação de trabalhos no Geo Forest Monitoring Symposium, elaboração de estratégias para enfrentamento do período da seca nos Estados do Acre, Mato Grosso e Rondonia; revisão do Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dentro da disponibilidade de participação em eventos relacionados a biodiversidade houve capacitação de técnicos da Superintendencia de Biodiversidade sem nenhum entrave burocrático, no que se refere ao pagamento de taxas, inscrições e diárias.

Outros Aspectos Relevantes:

Através do Programa ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia foram executadas as seguintes capacitações para as comunidades do entorno dos Parques Estaduais Igarapés do Juruena e Xingu: Curso de Arrais e Cursos sobre técnicas de controle e combate a incêndios florestais. Por meio do projeto GEF os técnicos da Coordenadoria de Ecossistemas foram capacitados na área de análise de paisagem através de curso realizado sobre o uso da plataforma de modelagem dinâmica EGO, o qual se refere a um software para modelagem de sistemas ambientais e participaram do Congresso Mundial de Conservação da IUCN em Barcelona-Espanha. Uma servidora da coordenadoria de fauna e recursos pesqueiros foi selecionada para um curso sobre gestão de biodiversidade na Alemanha, com financiamento do governo da Alemanha.



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 4062 – DIAGNÓSTICO DOS BIOMAS MATO-GROSSENSSES.

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DIAGNOSTICAR A CAPACIDADE DE USO DOS BIOMAS.

Descrição da Meta Física: DOCUMENTO DISPONIBILIZADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: GABRIELA ROCHA PRIANTE TELES DE AVILA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	0		

Análise da Meta Física

A meta física nesta ação é de 01(hum) produto no decorrer dos 4(quatro) anos doPPA. Em 2008 foram iniciadas as atividades de diagnóstico dos biomas enfatizando a sua capacidade de uso. Muitas atividades precisam ser realizadas para se obter a meta física proposta, destacamos: O trabalho de campo para a coleta de pontos georeferenciados com o uso de GPS de mapeamento na Região de Cuiabá, Cáceres, Araguaia, Campo Novo dos Parecis e Cocalinho para auxiliar na validação de mapas de declividade, modelo de terreno com base na SRTM. Para a busca de informações relacionadas a capacidade de suporte dos ecossistemas, foram desenvolvidas atividades relacionadas com o marco inicial para avaliação dos ecossistemas do Estado. Iniciou-se pela elaboração do mosaico de imagens orbitais da década de 70 do século XX de forma a atender as demandas impostas à Coordenadoria de Ecossistemas, como o mapeamento da vegetação pretérita do Estado; o mapeamento das áreas abertas na década de 70; o curso de capacitação em identificação de tipologia florestal, para auxiliar os técnicos da Superintendência de Gestão Florestal.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	36.671,62	136.771,62	111.379,21	0	303,72	81,43
240	54.190,57	25.181,00	25.181,00	0	46,47	100,00
Todas	90.862,19	161.952,62	136.560,21	0	150,29	84,32

Capacidade de Planejamento:

O valor suplementado (R\$ 100.000,00) refere-se à contra-partida do Governo de MT para proporcionar a participação de 100 (cem) técnicos na Conferência Internacional de Áreas Úmidas - VIII INTECOL, ocorrido em Cuiabá. O objetivo do evento foi reunir participantes de várias partes do mundo para um amplo debate que estimule fortemente todas as atividades relacionadas com a pesquisa, a sustentabilidade e a proteção não somente do Pantanal, mas de todas as áreas úmidas do mundo. As áreas úmidas vêm enfrentando inúmeras ameaças e estão entre os ecossistemas mais ameaçados do mundo. Assim, torna-se necessário este amplo debate sobre as preocupações relativas às áreas úmidas mundiais, os resultados do VIII INTECOL poderão auxiliar na tomada de decisão para políticas públicas que visem a conservação e o uso sustentável desses ecossistemas. O valor de R\$ 100.000,00 foi suplementado incorretamente no elemento de despesa 3.3.90.39; para a devida correção, o valor foi anulado e foi suplementado R\$ 100.100,00 no elemento de despesa 3.3.50.39, para possibilitar o repasse para empresas sem fins lucrativos. Os recursos financeiros oriundos da fonte 240, foram disponibilizados para VIA.

Capacidade de Execução:

No elemento de despesa 3.3.50.39.00, fonte 100, foram gastos R\$ 100.000,00, representando 100 % da dotação inicial. No elemento de despesa 3.3.90.14.00, fonte 100, foram gastos R\$ 2.250,00, representando 23,21 % da dotação inicial. No elemento de despesa 3.3.90.33.00, fonte 100, foram gastos R\$ 5.200,00, representando 100 % da dotação inicial. No elemento de despesa 3.3.90.33.00, fonte 240, foram gastos R\$ 7.199,00, representando 100 % da dotação inicial. No elemento de despesa 3.3.90.39.00, fonte 100, foram gastos R\$ 3.930,00, representando 62 % da dotação inicial. No elemento de despesa 4.4.90.52.00, fonte 100, foram gastos R\$ 8.000,00, representando 60,61 % da dotação inicial. Foram disponibilizados R\$ 29.009,57 da fonte 240 para a viabilização do fundo para a Verba Indenizatória Ambiental (VIA). Não foi



Estado de Mato Grosso

utilizado os recursos financeiros previstos no elemento de despesa 3.3.90.30.00, fonte 100, bem como no elemento de despesa 3.3.91.30.00, fonte 240 previstos para a aquisição de combustível.

Alcance do Objetivo Específico:

Previu-se a Aquisição de imagem de satélite de alta resolução. O valor destinado para esta atividade não foi suficiente para realizar o trabalho no nível de Estado, considerando sua grande extensão. Em função disto, optou-se por trabalhar com imagens de satélite gratuitas as quais contribuíram para análise de paisagem numa escala maior de trabalho. Estas imagens foram trabalhadas e foi realizado o mosaico de imagens LANDSAT MSS da década de 70, do século XX o qual teve aplicações nos trabalhos desenvolvidos em diversos setores da Secretaria, bem como em outros órgãos, como SEPLAN e IBGE. Para a região noroeste do Estado, houve necessidade de um maior detalhamento e foram adquiridas imagens com recursos disponíveis no Projeto GEF. Previu-se a Contratação de consultoria para aplicação de análise de paisagem. Houve uma mudança na estratégia de trabalho, optando-se para a capacitação de três técnicos da Coordenadoria para o uso da plataforma de modelagem Dinâmica EGO, o qual se refere a um software para modelagem de sistemas ambientais. Foi solicitada a aquisição de impressora, elaborou-se Termo de Referência e foi autorizado pela SAD a ser incluído em uma licitação em andamento. A Secretaria optou pelos serviços terceirizados de impressão.

Execução Orçamentária e Financeira:

Foi satisfatório, uma vez que conseguimos executar grande parte do planejado no PTA 2008, nesta ação.

Outros Aspectos Relevantes:

Foram produzidos materiais técnico/educativo referente aos Biomas. Os materiais produzidos foram mapas na forma de banner com temáticas relacionadas à: Uso e ocupação da Bacia do Alto Paraguai, Uso e ocupação do Bioma Cerrado, Porcentagem dos Biomas no Estado de Mato Grosso, Caracterização das áreas úmidas do Estado de Mato Grosso. Foram utilizados recursos financeiros para o custeio de viagens para atendimento a solicitações de projetos, audiências e reuniões. Em Brasília/DF teve como objetivo participar da reunião de posse do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, na qual dois representantes da SEMA foram empossados. Em Barão de Melgaço/MT a viagem teve como objetivo custear a participação de técnico no 2º Seminário sobre Piracema na Bacia do Rio Cuiabá, proferindo palestra sobre Legislação sobre o Pantanal Mato-Grossense. Foram realizadas visitas técnicas em outras instituições com o objetivo de trocar informações em relação a ações de conservação e preservação dos ecossistemas. Em Porto Velho/RO, o objetivo foi conhecer a estrutura do SIPAM (Serviço de Proteção da Amazônia), o qual desenvolve projeto específico de monitoramento da cobertura vegetal em áreas especiais na região amazônica. Em São Carlos/SP, foi conhecer metodologias de cenários de biodiversidade.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

A equipe técnica realizou o planejamento do Banco de Dados de Flora do Estado de MT, apontando as informações técnicas necessárias ao banco de dados e iniciou junto a empresa TECNOMAPAS uma discussão para a consolidação do mesmo no sistema SIMLAM. Todas as informações técnicas que cabiam à coordenadoria foram cumpridas, a empresa não entregou o produto, devido ao estabelecimento de outras prioridades estabelecidas pelo Secretário. Torna-se necessária uma articulação interna na Secretaria para que esta atividade seja concluída. Será necessário rever a estratégia adotada para se obter o diagnóstico dos biomas, pois muitas etapas básicas ainda não estão concluídas e podem prejudicar o atendimento da meta física ao final do PPA, como por exemplo, a revisão do mapa de vegetação que deveria ser finalizado em seis meses, mas devido aos imprevistos técnicos e de articulação política não se sabe quando esta etapa será concluída. A Coordenadoria tem recebido outras demandas que não se relacionam diretamente com o PPA, como a análise de empreendimentos localizados na região do Pantanal que estão em processo de licenciamento ambiental, para os quais são emitidos pareceres técnicos em relação as normativas vigentes para o Bioma Pantanal.

Ação: 4063 - ELABORAR POLITICAS PÚBLICAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS BIOMAS.

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: PROPOR MECANISMOS E INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

Descrição da Meta Física: PROPOSTAS ELABORADAS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: GABRIELA ROCHA PRIANTE TELES DE AVILA

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Meta

0

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		



Estado de Mato Grosso

Análise da Meta Física

A meta física prevista (propostas elaboradas) de política pública para a conservação dos biomas, não pode ser realizada por motivos de não repasse financeiro, proveniente de Convênio, desta forma impossibilitando a execução das medidas e tarefas previstas no PTA. No entanto, a Coordenadoria de Ecossistemas realizou várias atividades que se relacionam com esta ação. Dentre elas destacam-se: A compilação de legislações vigentes que se relacionam com a conservação das áreas úmidas com proposição de uma legislação específica para as áreas alagáveis da Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. Foram muitas reuniões técnicas com vários setores da SEMA, bem como, com a comunidade científica, produtores rurais, organização não-governamental e sociedade de um modo geral. Como um produto deste trabalho, tem-se a Lei nº. 8.830/08 que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. A revisão na Lei nº. 7.160/99 que define o limite da área alagável da Bacia do Alto Paraguai, agora denominada Lei 9.060/08.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
261	33.334,00	33.334,00	0,00	0	0	0
Todas	33.334,00	33.334,00	0,00	0	0	0

Capacidade de Planejamento:

Capacidade de Execução:

Alcance do Objetivo Específico:

Execução Orçamentária e Financeira:

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	4064 - INCENTIVAR O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSSISTEMAS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	ESTIMULAR SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS ADEQUADOS A CONSERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS REDUZINDO O PASSIVO AMBIENTAL
Descrição da Meta Física:	SEMINÁRIOS REALIZADOS
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	GABRIELA ROCHA PRIANTE TELES DE AVILA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		



Estado de Mato Grosso

Análise da Meta Física

A meta física prevista foi seminários realizados para estimular sistemas produtivos sustentáveis adequados a conservação dos ecossistemas reduzindo o passivo ambiental. Não se conseguiu realizar a meta física planejada. Foi elaborado um Termo de Referência com o objetivo de contratar serviço de terceiro de pessoa jurídica para elaborar um levantamento do potencial extrativista, no município de Cáceres/MT apontando os dez produtos mais viáveis economicamente de forma a promover na região o uso sustentável dos recursos naturais. Foram utilizados recursos financeiros para proporcionar a participação de técnico da Coordenadoria no "Seminário Nacional de Cadeias de Produtos da Sóciobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis", em Brasília/DF. Ocorreram restrições técnicas para o bom desempenho desta ação.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	13.140,00	13.140,00	525,00	0	4,00	4,00
109	0,00	57.600,00	5.480,00	0	0	9,51
240	16.710,00	16.710,00	4.190,00	0	25,07	25,07
Todas	29.850,00	87.450,00	10.195,00	0	34,15	11,66

Capacidade de Planejamento:

Foram anulados recursos do elemento de despesa 3.3.90.30 e remanejados para o elemento de despesa 3.3.90.39 com o objetivo de contratar serviço de terceiro de pessoa jurídica para elaborar um levantamento do potencial extrativista, no município de Cáceres/MT apontando os dez produtos mais viáveis economicamente de forma a promover na região o uso sustentável dos recursos naturais. Os recursos suplementados pela fonte 109, foram solicitados para atender a Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais, criada após o início da execução do PTA 2008, tendo em seu organograma a Coordenadoria de Avaliação de Impacto Ambiental, para qual o recurso havia sido destinado originalmente. Entretanto, esta Coordenadoria foi transferida para outra Superintendência, desta forma, o recurso foi remanejado para a Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais, justificando-se então o fato do objetivo da utilização do recurso não ser conexo com o objetivo da realização da Medida. Sendo de responsabilidade da Coordenadoria de Ecossistemas somente algumas tarefas, uma vez que a SMIA não foi contemplada em tempo para criação de Programa no período oportuno. Os recursos financeiros disponíveis na fonte 240, foram anulados para atender a demanda do fundo para a Verba Indenizatória Ambiental (VIA).

Capacidade de Execução:

Foi destinado R\$ 20.610,00 para a contratação de STPJ para elaborar o levantamento do potencial extrativista, no município de Cáceres/MT apontando os dez produtos mais viáveis economicamente de forma a promover na região o uso sustentável dos recursos naturais. Esta solicitação foi encaminhada e ainda encontra-se no Gabinete do Secretário Executivo, não recebemos formalmente o motivo do indeferimento desta solicitação pelo setor competente. No elemento de despesa 3.3.90.14.00, fonte 240 foram gastos R\$ 1.200,00, representando 17 % da dotação inicial. Na Fonte 109 foram gastos R\$ 5.480,00, representando 9,51 % da dotação inicial. Os recursos previstos no elemento de despesa 3.3.90.14.00, fonte 100 e fonte 240 haviam sido destinados para uso da Coordenadoria de Mudanças Climáticas, no entanto como a Coordenadoria estava em fase de implantação e estruturação, não houve tempo hábil no ano para executar as atividades previstas.

Alcance do Objetivo Específico:

Esta ação precisa ser revista, pois não dispomos de equipe técnica suficiente para acompanhar todas as atividades previstas, ressaltamos a sua importância, mas estamos com dificuldades para executá-la.

Execução Orçamentária e Financeira:

Foi previsto recursos para identificar e difundir a implementação de estratégias e mecanismos voltados à minimização dos efeitos das mudanças climáticas. Considerando que no mês de junho foi criada a Coordenadoria de Mudanças Climáticas e que a mesma não havia recursos financeiros para executar suas atividades, foi solicitado que os recursos previstos nesta medida fossem utilizados por eles. Foram utilizados recursos para custear as despesas da equipe para participar da IIIª Conferência Nacional do Meio Ambiente em Brasília/DF, bem como na Iª Conferência Latino Americana de Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais em Manaus/AM. Os recursos suplementados pela Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais, foram previstos para consultoria, bem como para custear a capacitação da equipe da Coordenadoria de Programas e Projetos para um melhor acompanhamento dos projetos, ampliando a margem de segurança para consecução das metas estabelecidas e no gerenciamento dos projetos em execução e em fase de implementação pela SEMA/CPPE. Foi utilizado recurso somente para capacitação fora do Estado, em Gerenciamento de Convênios, para uma técnica da Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais.



Estado de Mato Grosso

Outros Aspectos Relevantes:

Os recursos suplementados pela Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais foram previstos para consultoria, foi elaborado termo de referência, no entanto, o trâmite do termo de referência se estendeu por longo período, em função das exigências necessárias para contratação da consultoria. A consultora capacitada para realizar tal treinamento não teve mais interesse na realização do mesmo, não havendo então tempo útil para abertura de novo termo de referência para realização da contratação, não sendo, portanto, utilizado o recurso. Os recursos previstos no elemento de despesa 3.3.90.14.00, fonte 100 e fonte 240 haviam sido destinados para uso da Coordenadoria de Mudanças Climáticas, no entanto como a Coordenadoria estava em fase de implantação e estruturação, não houve tempo hábil no ano para executar as atividades previstas.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Há necessidade de revisão desta ação, pois algumas medidas propostas precisam ser modificadas e melhor elaboradas de forma a contribuir com resultados coerentes na ação proposta. Precisa ser revisto o indicador para esta ação.

Ação:	4065 - MANEJO E MONITORAMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS E SEUS ENTORNOS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	EXECUTAR AÇÕES DE MANEJO E MONITORAMENTO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE ACORDO COM PLANO DE MANEJO E OUTRAS NORMAS E DIRETRIZES LEGAIS
Descrição da Meta Física:	PLANOS DE MANEJO IMPLEMENTADOS
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	ALEXANDRE MILARE BATISTELA

Região de Planejamento	Meta
0100 - NOROESTE	3
0200 - NORTE	1
0300 - NORDESTE	3
0400 - LESTE	1
0500 - SUDESTE	1
0600 - SUL	4
0700 - SUDOESTE	3
0900 - CENTRO OESTE	1

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
20	0	17	85,00	

Análise da Meta Física

Foram cumpridas ações de manejo em 17 (dezessete) unidades de conservação estaduais através do monitoramento dos seus recursos naturais, evitando assim, que ações antrópicas tais como queimadas, desmatamento, caça, pesca gerassem impactos negativos nas áreas das unidades de conservação. Os produtos resultantes do cumprimento desta ação foram a expedição de notificações, autos de infração e embargos de empreendimentos turísticos.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	34.990,00	34.990,00	10.583,75	0	30,25	30,25
109	134.017,96	204.017,96	41.578,50	0	31,02	20,38
240	84.608,98	149.544,51	68.886,17	0	81,42	46,06
261	26.673,65	26.673,65	0,00	0	0	0
Todas	280.290,59	415.226,12	121.048,42	0	43,19	29,15



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

As ações planejadas basearam no conhecimento empírico, planos de manejo e estudos técnicos que indicavam as necessidades para o manejo e monitoramento adequado dos recursos naturais das UCs-unidades de conservação. O manejo foi realizado conforme o planejamento inicial e de acordo com as demandas apresentadas durante determinadas épocas do ano (ex. proibição de queimadas e da piracema). As ações de manejo através da gestão do ICMS Ecológico estavam atreladas ao estabelecimento de critérios qualitativos para avaliação das UCs. No estabelecimento destes critérios verificou-se a necessidade de uma consultoria, que os construísem com base técnica e legal atrelada a necessidades de outros órgãos (IBAMA, SEFAZ, FUNAI, TCE, MPE, AMM), o que foi realizado durante o exercício de 2008. Os recursos previstos para a medida destinavam-se a aplicação dos critérios qualitativos das UCs, como a construção dos mesmos ocorreu ao longo do ano de 2008, não houve gastos. As ações de manejo nas UCs, através de atividades de ecoturismo, estavam atreladas a assinatura de Termo de Compromisso de compensação por significativo impacto ambiental. Os recursos previstos para esta medida destinavam-se ao acompanhamento da implantação de infra-estrutura voltada ao turismo com recursos de compensação por significativo impacto ambiental, como esta compensação não ocorreu, não houve gasto de acompanhamento.

Capacidade de Execução:

Ações de manejo/monitoramento das unidades de conservação estaduais foram realizadas sem entraves administrativos e financeiros significativos que prejudicassem sua execução, através das seguintes ações: monitoramento dos recursos pesqueiros; notificação de propriedades rurais, informando quanto ao período proibitivo de queimadas; notificação, embargo e aplicação de auto de infração em empreendimentos turísticos não licenciados; notificação de propriedades rurais não licenciadas; monitoramento da fauna (caça e atropelamento); notificação, embargo e aplicação de auto de infração em propriedades rurais com desmate ilegal; vistoria com emissão de parecer técnico. Houve necessidade de crédito adicional e contingenciamento que não comprometeram o alcance da meta, uma vez que foi feito entre medidas da mesma ação, ou foi somente mudança de natureza de despesa. A realização dos créditos foram necessárias visando atender demandas de risco (ações antrópicas) em algumas unidades de conservação.

Alcance do Objetivo Específico:

O monitoramento dos recursos naturais nas unidades de conservação estaduais foram executadas através do cumprimento de normas e diretrizes estabelecidas nos planos de manejos e legislações específicas. Esse monitoramento levou ao alcance dos objetivos específicos da ação, impedindo ou contendo atividades antrópicas que implicariam em perda da biodiversidade da unidade de conservação, salvaguardando assim, os recursos naturais das unidades de conservação.

Execução Orçamentária e Financeira:

A execução de ações de manejo/monitoramento nas UCs-unidades de conservação, de acordo com plano de manejo e normas/diretrizes legais, teve como dificuldades: ausência de recurso humanos nas GRUCs-Gerencias Regionais das Unidades de Conservação, insuficiência de veículos, materiais/equipamentos, ausência de capacitação técnica da equipe das GRUCs, que são cargos comissionados/indicação política sem critérios técnicos. A licitação centralizada na SAD, também dificultou o cumprimento da ação (compra de GPS solicitada em março/08, atendida em dezembro/08). O planejamento para aquisição de materiais/equipamento visando suprir a deficiência das GRUCs foi prejudicado por não ter teto financeiro/Fonte 261. Dificuldade em estabelecer Termo de Compromisso por compensação ambiental de significativo impacto ambiental para implantação de infra-estrutura ecoturística, por haver necessidade de intervenção da Câmara de Compensação do IBAMA/DF. Dificuldade em desenvolver ações relacionadas a produção de material gráfico, quando se é obrigado a fazê-lo junto à IOMAT, que não possui equipamentos para impressão colorida/cortes e vincos fora de padrões, corpo técnico para elaboração de lay-outs/revisão ortográfica.

Outros Aspectos Relevantes:

Através do Programa ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia foram executadas as seguintes ações, que contribuíram para o manejo e monitoramento de unidades de conservação: Revisão e execução de Plano de Monitoramento e Proteção (Parques Estaduais Igarapés do Juruena, Cristalino e Xingu); Elaboração de Plano de Comunicação ((Parques Estaduais Igarapés do Juruena e Xingu); Acompanhamento de reuniões do Conselho Consultivo ((Parques Estaduais Igarapés do Juruena, Cristalino e Xingu).

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 4080 - FISCALIZAÇÃO DE CAÇA E TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: COIBIR AS AÇÕES DA PRÁTICA DE CAÇA E TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES

Descrição da Meta Física: FISCALIZACAO REALIZADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: MARCELO ANTONIO COSTA CARDOSO

Região de Planejamento

9900 – ESTADO

Meta

55



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	50	55	110,00	110,00

Análise da Meta Física

Convém salientar que durante as ações de fiscalização de pesca também são fiscalizadas a caça e o tráfico de animais silvestres. Portanto, a produtividade mensurada na Ação 2354 abrange as ações de fiscalização de caça e tráfico de animais silvestres. Em 2008 foram apreendidos 30 animais silvestres em ações de fiscalização desenvolvidas pelas equipes de fiscalização de pesca, tendo sido emitidos 04 autos de infração e 04 termos de apreensão. As apreensões foram realizadas nos municípios de Lucas do Rio Verde, Juína, Paranatinga e Barão de Melgaço. O cumprimento da meta física atingiu o índice de 110%.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	60.000,00	60.000,00	48.090,00	0	80,15	80,15
Todas	60.000,00	60.000,00	48.090,00	0	80,15	80,15

Capacidade de Planejamento:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PPA, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados no PPD (análise do planejamento e programação da despesa).

Capacidade de Execução:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PPA, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados no COFD (análise da capacidade operacional financeira da despesa).

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 4080, que é coibir as ações da prática de caça e tráfico de animais silvestres, foi atingido em sua totalidade.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2008: R\$ 60.000,00; Total das anulações: R\$ 0,00; Total das suplementações: R\$ 0,00; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 60.000,00; Saldo em 31/12/2008: R\$ 11.910,00. Durante o ano de 2008 foi executado 80,15 % do orçamento anual. As diárias totalizaram R\$ 35.910,00. A aquisição de notebook, prevista no PTA 2008, não foi realizada em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração.

Outros Aspectos Relevantes:

As diárias totalizaram R\$ 35.910,00. A aquisição de notebook, prevista no PTA 2008, não foi realizada em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. Os outros principais gastos da Ação foram aquisição de combustível e óleo náutico. Os recursos previstos para locação de veículos foram disponibilizados à Coordenadoria de Apoio Logístico, para realização de contrato. Porém, não foram utilizados.



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 4091 - GERENCIAMENTO E CONSERVAÇÃO DA FAUNA NO ESTADO DE MATO GROSSO

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS A CONSERVAÇÃO DE FAUNA DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Descrição da Meta Física: BANCO DE DADOS COM INFORMAÇÕES ATUALIZADAS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: CAROLINA POTTER DE CASTRO

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

A implementação do banco de dados depende de ajustes no sistema. Os ajustes solicitados à Tecnomapas não foram efetuados, impossibilitando a inserção de dados que deveria iniciar neste ano para que outras atividades fossem encaminhadas a partir desses resultados. A atualização do bando de dados MT Fauna também foi afetada devido ao reduzido número de servidores lotados na CFRP, por esta razão foi necessário priorizar as outras tarefas que são requisitos para atualizá-lo. A meta física indicada para a ação não reflete o desempenho de todas as medidas, uma vez que o banco de dados é apenas uma atividades realizadas para o alcance dos objetivos desta ação. As atividades de conservação e manejo de animais silvestres foram prejudicadas pelo fato de duas tarefas terem previsões de recurso advindos da fonte 261 que não estava disponível. Ainda assim foi possível realizar satisfatoriamente o mapeamento de praias com desova de tartaruga no rio Araguaia e levantamento de atropelamentos de animais silvestres em algumas rodovias do estado. O mapeamento de ninhais e senso de aves foi realizado com grande sucesso, incluindo apresentação de resultados em evento internacional. A aquisição de alguns materiais previstos na medida 6 não foi possível principalmente por dificuldades do setor de aquisição em encontrar fornecedores, tendo sido arquivados vários processos.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	34.999,94	34.999,94	18.179,77	0	51,94	51,94
109	15.000,00	15.000,00	8.400,00	0	56,00	56,00
240	35.842,42	35.842,42	4.790,00	0	13,36	13,36
261	24.333,00	24.333,00	0,00	0	0	0
Todas	110.175,36	110.175,36	31.369,77	0	28,47	28,47

Capacidade de Planejamento:

A deficiência no desempenho deste quesito deve-se a três razões: a fonte 261 não estava disponível; materiais de consumo e permanente não foram adquiridos por dificuldades na localização de fornecedores e perda do recurso previsto para pagamento de diárias não foi utilizado, uma vez que os servidores passaram a receber verba indenizatória.

Capacidade de Execução:

A deficiência no desempenho deste quesito deve-se a três razões: a fonte 261 não estava disponível; materiais de consumo e permanente não foram adquiridos por dificuldades na localização de fornecedores e perda do recurso previsto para pagamento de diárias não foi utilizado, uma vez que os servidores passaram a receber verba indenizatória.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar dos resultados do PPD e do COFD, grande parte das atividades necessárias para o alcance do objetivo foram desenvolvidas mesmo tendo a qualidade dos resultados afetada, em especial aquelas dependentes da aquisição de material. As atividades realizadas contribuíram principalmente para conservação de aves e tartarugas, gerando informações necessárias à tomada de decisões e gestão. Foram monitorados 17 ninhais pretos, 10 ninhais brancos e 6 ninhais mistos (brancos e pretos), totalizando 33 (trinta e três) ninhais monitorados nos meses de abril, maio, agosto e setembro. Outros 12 ninhais



Estado de Mato Grosso

foram relatados por atores locais, mas serão monitorados no ano de 2009. Em fevereiro e julho foi realizado o Censo Neotropical de Aves Aquáticas (CNAA) na Estrada Parque Transpantaneira e Parque Estadual Encontro das Águas, em parceria com a CUCO/SUB, CFUC/SUF e CFP/SUF. No segundo semestre o período reprodutivo dos quelônios do Araguaia se iniciou e 297 ninhos foram identificados. Foi realizada uma visita técnica ao Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres (CETAS) do Ibama em Rio Branco-AC. O levantamento do índice de atropelamentos de animais silvestres nas rodovias do Estado foi realizado e priorizado nas Estradas Parque Transpantaneira e Poconé-Porto Cercado, onde existe apoio da CFUC/SUF para a realização destas atividades. Participamos também da atividade de monitoramento de aves migratórias (gaivota, talha-mar, trinta-réis) realizado na RPPN Sesc Pantanal a convite

Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária em relação às dotações autorizadas na LOA transcorreu bem, entretanto é importante ressaltar que a mudança constante de procedimentos e modelos de documentos atrasaram e até mesmo inviabilizaram a execução de algumas atividades. A compatibilidade do fluxo de recursos foi adequada e a liberação dos recursos permitiram a execução física da ação.

Outros Aspectos Relevantes:

As viagens ao interior do estado para monitoramento de ninhos foram os principais objetos de gastos e tiveram grande importância na geração de informações, sensibilização de atores locais para a conservação de ninhos, apoio à outras instituições com atuação em Mato Grosso e publicação/ apresentação em evento internacional.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:



Estado de Mato Grosso

Relatório Analítico de Programa

Programa: 0181 - GESTAO FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Origem do Programa:

Objetivo do Programa: REALIZAR A GESTÃO FLORESTAL DO ESTADO PARA O ORDENAMENTO DAS FORMAÇÕES FLORESTAIS E VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO POR MEIO DA CONSOLIDAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL PELO LICENCIAMENTO RURAL, MANEJO SUSTENTÁVEL DE USOS MÚLTIPLOS DE FLORESTAS NATIVAS E PLANTADAS SEGUNDO A LEI DE POLÍTICA FLORESTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (LEI COMPLEMENTAR Nº 233, 21/12/2005).

Público Alvo: EMPRESÁRIOS DO SETOR DE BASE FLORESTAL, PRODUTORES RURAIS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS.

Unidade Resp. Programa: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Responsável pelo Programa: AFRÂNIO CESAR MIGLIARI

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
ÁREAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE MATERIA-PRIMA FLORESTAL.	Anual	HECTARE	189000	450000	250000	334362	4/3/2009
CONTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS FLORESTAIS EXPLORADOS DE FORMA SUSTENTAVEL NA RECEITA DO ESTADO.	Anual	REAIS	2023642294	9500000000	2300000000	5311948766.66	5/3/2009
DIMINUIÇÃO DO DESMATAMENTO ANUAL EM MATO GROSSO.	Anual	HECTARE	1542490,21	1050000	1250000	569317	5/3/2009
INCREMENTO DO LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS	Anual	UNIDADE	7454	60000	21000	432	5/3/2009
NÚMEROS DE FOCOS DE CALOR NO PERÍODO AUTORIZADO.	Anual	UNIDADE	10171	8137	9662	6251	5/3/2009

Análise de indicadores

Na sequência, o 1º indicador refere-se aos Planos de Manejo Sustentável e foi ultrapassado em 34% (ação 2947), após diversas mudanças ocorridas na SGF. O 2º, refere-se à receita estadual através do Sistema de Controle de Créditos Florestais (CC-SEMA), foi ultrapassado em 131% (ação 2946) e reflete os indicadores de LAU, MANEJO e REFLORESTAMENTO. O 3º indicador foi prejudicado, pois teve atraso na contratação da dinâmica de desmatamento do Estado (ação 2349), dificultando a fiscalização. O PPA 2008 -2011, leva em conta como dados iniciais o ano de 2005, então a redução do desmatamento foi de 70,03 e 63,09%, em 2006 e 2007. Em 2008 foram apurados os dados de 2006 e 2007 e em 2009 será apurado os dados de 2008. O 4º indicador refere-se à emissão de LAU e foi extremamente mal elaborado pois está expresso em unidades de propriedades, quando o correto seria em ha. O Estado possui em torno de 130.000 propriedades rurais, onde 27% já foram licenciadas. Em 2008 foram licenciados 432 empreendimentos, num total de 1.033.000 há. Portanto, o indicador como está, não reflete a realidade (olhar ação 2348). O 5º indicador, diz respeito à diminuição do índice dos focos de calor no período autorizado que obteve redução de 38,54% ao registrar 6.251 focos. No geral, em 2007 houve 595.423 focos, em 2008, 32.623, redução de 94,52%.

Análise do Programa

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
6.499.255,44	8.606.342,19	5.907.718,60	0	90,90	68,64



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

O indicador de planejamento se mostra ótimo porque os remanejamentos que foram feitos atenderam ações do próprio programa 181. Os recursos suplementados foram em decorrência de situações emergenciais e pontuais como a suplementação para atender a Coordenadoria de Gestão do Fogo no combate a focos de calor (ação 4035) e o remanejamento feito para atender a Verba Indenizatória, onde todo o recurso do programa da fonte 240 foi disponibilizado, sendo suplementado na ação 2007 da Coordenadoria Administrativa. A rotatividade de servidores nos cargos de chefia, contribui para que o planejamento do PTA na ocasião, revele-se deficitário no RAG, podendo ser melhorado com uma gestão técnica administrativa e centrada nas metas e objetivos do programa. Em meados de 2008 iniciou-se o processo de mudança e o planejamento estratégico é prioridade dessa gestão e surge como a ferramenta mais importante para o alcance dos anseios da população.

Capacidade de Execução:

O indicador de execução foi regular frente ao fato de que o programa foi suplementado por superávit financeiro, porém não executou o total da suplementação. O não uso total dos recursos se dá pelo fato de que o Sistema FIPLAN só permitia remanejamentos em datas específicas (bimestral), travando os processos de aquisições com demoras em executar licitações e pregões. As situações de emergência atendidas no programa, culminou em diversos outros remanejamentos que só puderam serem concluídos no fim do ano, dificultando a execução de alguns recursos. Outro item que contribuiu para o indicador regular foi o fato de que a fonte 261, em todo o exercício, e a fonte 244, após os remanejamentos, não tiveram disponibilidade financeira.

Execução do Programa:

O objetivo estratégico do programa é a conservação do meio ambiente e da biodiversidade com o uso e manejo sustentável dos recursos naturais e com a diminuição das pressões antrópicas, especialmente sobre a floresta e foi atendido na medida em que houve aumento das áreas para produção sustentável de matéria-prima florestal (MANEJO), a diminuição do desmatamento e das queimadas, o aumento na emissão de Licenças Ambientais Únicas (LAU), o melhoramento do controle do transporte de produtos e sub-produtos florestais (CC-SEMA), a fiscalização descentralizada e a criação e gerenciamento de Unidades de Conservação. Todas as mudanças ocorridas na SEMA em 2008 culminou no alcance o objetivo que poderia ter um melhor desempenho face a indisponibilidade financeira de algumas fontes. Tanto o planejamento quanto a execução podem ser melhorados e são prioridade desta gestão.

Resultados:

O impacto sobre qualquer atividade relacionada ao Meio Ambiente é sempre importante, mas quando falamos de licenciamento de propriedades rurais em Mato Grosso, onde tem-se o mito internacional de que somos responsáveis pela salvação do planeta, é ainda mais relevante. A cadeia produtiva do Estado depende diretamente dos setores agropecuário e madeireiro, fazendo da preservação uma contra-mão do desenvolvimento. A efetividade se mostra quando conseguimos licenciar as propriedades, podendo controlar o uso das mesmas, quando diminuimos o desmatamento e os focos de calor e quando somos referência mundial no Sistema de Licenciamento Ambiental. Controlar o uso dos recursos florestais e principalmente fazer com que os produtores usem os recursos de forma sustentável é efetivamente nosso trabalho.

Principais Restrições e providências adotadas:

As dificuldades se deram principalmente com relação: a. Materiais de consumo: demora na reposição dos materiais de escritório, papel para impressão de documentos, toners, e também quanto à manutenção dos equipamentos de informática/ Descentralizar as aquisições; b. Mão de Obra: número reduzido de técnicos capacitados e alta rotatividade dos mesmos/ Concurso público; c. Maquinas e equipamentos: equipamentos insuficientes, SIMLAM necessita melhorias, falta veículos para vistoria/ Contrato de suporte de manutenção do sistema; d. Métodos de trabalho: falta de procedimentos e insegurança jurídica/ Padronização e revisão dos instrumentos legais disponíveis; e. Meio Ambiente (Estrutura física): inadequada e insalubre/ Construção da nova sede e modernização da estrutura Física existente; f. Medidas (Gestão): falta Planejamento no nível estratégico, tático e operacional/ Elaboração de um diagnóstico Organizacional e do Planejamento Estratégico da SGF, aperfeiçoando o sistema de planejamento; g. Emissão de licenças: crescente demanda para LAU e análise dos MANEJOS/ Modernização da Estrutura Organizacional, reestruturação dos Processos produtivos e padronização das atividades. Enumerar os problemas ligados a gestão ambiental não é uma tarefa fácil, mas se conseguirmos alcançar nosso propósito de, com visão de futuro, atender os clientes valorizando os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade e promover a conservação e o uso sustentável dos Recursos Florestais no Estado, defendendo o Meio Ambiente em primeiro lugar.

Outros Aspectos Relevantes:

O ótimo desempenho alcançado pelo programa se dá por diversos fatores. A excelente articulação da gestão florestal junto a outros órgãos para padronização de procedimentos, criação de câmara temática discussões técnicas e normas no licenciamento e no combate ao desmatamento e queimadas. A mudança na liderança da Superintendência de Gestão Florestal, a criação da Secretaria Adjunta de Mudanças Climáticas e da Superintendência de Monitoramento e Indicadores Ambientais iniciou um processo de reestruturação do setor, que lançou base para uma melhoria contínua proporcionando condições para a solução de problemas que a anos vinha travando o licenciamento ambiental no Estado. A criação da Coordenadoria de Controle Processual contribuiu para dinamização das análises de processos e a reavaliação de procedimentos e normas foi preponderante para a melhoria na qualidade do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais – SLAPR, dando segurança para a emissão de LAU e MANEJO, criando um conjunto de medidas que promovem o uso sustentável dos recursos



Estado de Mato Grosso

florestais do estado. Enfim, o trabalho conjunto e integrado, desde ao trâmite de processos à fiscalização é explicitado nos indicadores do programa.

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:

OS indicadores do programa deverão ser revistos e alterados para: 1-CONTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS FLORESTAIS EXPLORADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL NA RECEITA DO ESTADO ATRAVÉS DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS – SISFLORA, e a meta anual de R\$ 1.500.000.000,00; 2-INCREMENTO DO LICENCIAMENTO DE GRANDES PROPRIEDADES RURAIS QUE AINDA POSSUEM RECURSOS FLORESTAIS. Com meta para 2010 e 2011 de 30.000.000 ha; 3-DIMINUIÇÃO DO DESMATAMENTO ILEGAL ANUAL NO MATO GROSSO e alterar a unidade de medida para %. A revisão do programa proposta pela SEPLAN veio em bom momento visto que já havíamos começado a rever metas e indicadores. Tal etapa consta no planejamento estratégico na Superintendência de Gestão Florestal.



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação: 1554 – CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO LOGÍSTICA DA NOVA SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO FLORESTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: CONSTRUIR A NOVA SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DA GESTÃO FLORESTAL, APARELHANDO A SEDE CONSTRUÍDA.

Descrição da Meta Física: SEDE CONSTRUÍDA E APARELHADA

Unidade de Medida: METRO QUAD

Responsável pela Ação: ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA

Região de Planejamento	Meta
0600 - SUL	300.56

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
400	400	300.56	75,14	75,14

Análise da Meta Física

O cumprimento da meta física se apresentou regular pelo fato de que foi construído 300,06 m² dos 400 m² planejados, porém 424,62 m² foram reformados, totalizando 725,18 m². A possibilidade de mudança da Superintendência de Gestão Florestal para o anexo da SEMA interferiu na decisão de optar pela reforma, visto que o objetivo da ação era de construção de um novo anexo para a Superintendência.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	0,00	283.392,01	155.061,90	0	0	54,72
109	0,00	73.380,04	13.373,42	0	0	18,22
240	400.000,00	169.238,35	101.246,45	0	25,31	59,82
244	0,00	169.238,35	0,00	0	0	0
Todas	400.000,00	695.248,75	269.681,77	0	67,42	38,79

Capacidade de Planejamento:

O indicador PPD apresentou um desempenho Regular pelo fato de o recurso previsto inicialmente na elaboração do Plano de Trabalho, R\$ 400.000,00 não resultou de um cálculo justo, visava apenas a abertura da ação na LOA, ficando o Projeto na dependência de complementação posterior, caso conseguisse novos recursos. Por outro lado a previsão não considerou o fato de que a ampliação e reforma já havia sido empenhada com recursos do orçamento de 2007, num total de R\$ 603.018,60.

Capacidade de Execução:

O indicador COFD também ficou comprometido tendo em vista a necessidade de realizar uma série de suplementações e anulações originadas em virtude da transferência da fonte 240 de R\$ 283.475,00, por decisão superior, para atender construção do Aterro Sanitário de Colíder, Ação 4083, do programa 183 (Gestão de Resíduos Sólidos) e R\$ 100.000,00 para atender implantação de infra-estrutura no Parque Municipal de Barra do Garças, Ação 1549, do Programa 180 (Gestão da Biodiversidade). Em seguida, a anulação da fonte 240 foi compensada com suplementação na fonte 244 e posteriormente, tendo em vista inexistência de financeiro na fonte 244 foi suplementada a fonte 100. Além do que o valor de R\$ 263.635,28, referente a aquisição do Sistema de Segurança da SGF teve seu empenho estornado pois sua instalação depende de projeto executado pelo CEPROMAT. Deverá ser empenhado em 2009. Houve ainda equívoco ao suplementar a ação em R\$ 3.500.000,00 com superávit financeiro visto que esse recurso deveria ser suplementado na ação 3094 (construção e ampliação da sede da SEMA) do Programa 072.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo do Projeto de propiciar uma nova sede dotada de condições que permita o desenvolvimento dos trabalhos a cargo da Superintendência de Gestão Florestal foi parcialmente atendido, pois a instalação do Sistema de Segurança, prioridade do setor, não foi executado, além de outros processos. A não execução do mesmo se deu porque após todo o trâmite do processo, a Secretaria de Administração - SAD exigiu um projeto que está sendo executado pelo CEPROMAT. É imperativo explicitar que os recursos ora empenhados para tal aquisição/contratação foi estornado no fim do exercício de 2008 e não foi previsto no PTA de 2009, fato que vai gerar mais remanejamentos em 2009. O COFD se mostra altamente deficiente



Estado de Mato Grosso

principalmente pelo fato de que parte do orçamento foi remanejado, por ordem superior, para atender à construção de aterro sanitário e implantação de infra-estrutura de parque, gerando a necessidade de outros remanejamentos posteriores. Conclusos todos os remanejamentos para adequar a real situação do setor, os prazos de tramitação dos processos de aquisições/contratações já eram diminutos e a SAD estornou 100% dos mesmos.

Execução Orçamentária e Financeira:

Foram aplicados R\$ 758.080,50 na ampliação e reforma do antigo prédio, sendo que R\$ 603.018,60 foi empenhado do orçamento de 2007 e R\$ 155.061,90 de 2008. Na estruturação tivemos aquisições de equipamentos o total de R\$ 114.621,87. Os empenhados em 2008, foram os a seguir: R\$ 10.173,42 - Aquisição de equipamento para análise da qualidade do Ar (visando atender emergência do Laboratório da SEMA); R\$ 104.446,45 - Aquisição de material permanente R\$ 155.061,90 - Termo Aditivo ao Contrato de reforma/ampliação

Outros Aspectos Relevantes:

Não foram usados recursos não orçamentários. A melhoria na estrutura da Superintendência de Gestão Florestal, apesar de ainda deficitária, aumentou a satisfação dos servidores resultando na melhoria do atendimento aos clientes, aumentando assim a quantidade de licenças emitidas impactando sobre a produtividade de toda uma cadeia de setores ligados à agropecuária e ao setor madeireiro do Estado.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Esta ação foi encerrada no exercício de 2008. Sugerimos que os problemas ainda existentes em cada setor, no que se refere à estruturação, sejam solucionados através de recursos das ações próprias de cada setor.

Ação: 1557 - CONSTRUÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA 1:50.000 DO ESTADO

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: ADEQUAR A PRECISÃO DA ESCALA DA BASE CARTOGRÁFICA ÀS NECESSIDADES DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS (SLAPR).

Descrição da Meta Física: BASE CARTOGRAFICA HOMOLOGADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Meta

0

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

A meta física ficou altamente deficiente porque não foi alcançada. Diversos fatores contribuíram para tal resultado. A falta de imagens adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos, falta de recursos financeiros e não menos importante, a falta de recursos humanos. Ainda no contexto problemático, a ação foi transferida para a Coordenadoria de Geotecnologia, criada em 2008 na Superintendência de Monitoramento e Indicadores Ambientais – SMIA que passa a partir de então a coordenar os trabalhos, porém de construção de uma base de 1:100.000, visto que, essa é a escala possível atualmente.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	0,00	8.000,00	8.000,00	0	0	100,00
240	1.150.000,00	914.840,30	866.745,25	0	75,37	94,74
261	60.000,00	60.000,00	0,00	0	0	0
Todas	1.210.000,00	982.840,30	874.745,25	0	72,29	89,00

Capacidade de Planejamento:

O indicador PPD teve desempenho regular pelo fato de que PTA não foi elaborado de forma satisfatória. Sua elaboração se passou em meio a diversas mudanças, tanto de recursos humanos quanto de estrutura física. O grande rodízio de servidores prejudicou o planejamento, em 2007, a COGEO teve 3 coordenadores.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

A ação teve um bom indicador cofd, mas não atendeu ao objetivo da ação. A fonte 261 não teve disponibilidade financeira. R\$ 220.159,70 da fonte 240 foi transferido para a ação 2007, atendendo a Verba Indenizatória e R\$ 15.000,00 para a ação 4079, para capacitação de servidores.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo da ação não foi alcançado devido a inúmeros fatores. Primeiro depende de imagens de alta qualidade e resolução e não houve recurso pra tal aquisição. Segundo seria necessário um quadro de servidores técnicos específicos somente para esta demanda e não era o caso da Coordenadoria de Geoprocessamento, que atende todo o licenciamento ambiental de propriedades rurais. A recém criada Coordenadoria de Geotecnologia, que ficou encarregada desta ação, não possui efetivo. Terceiro, o ano de 2008 foi crivado de inúmeros problemas, fazendo com que alguns remanejamentos fossem necessários. O objetivo de Construção e homologação da base cartográfica na escala de 1:50.000 não pode ser executada senão alterando a escala para 1:100.000, trabalho este que se encontra em andamento pela Coordenadoria de Geotecnologia em parceira com o Exército Brasileiro.

Execução Orçamentária e Financeira:

A ação não atendeu ao objetivo específico e os recurso alocado na mesma foram utilizados para atender outras ações, principalmente o pagamento de servidores terceirizados para atender a demanda da Superintendência de Gestão Florestal – SGF. A fonte 261 disponibilizou R\$ 60.000,00 porém não teve financeiro. R\$ 220.159,70 foi remanejado para a ação 2007 atendendo a Verba Indenizatória – VI. R\$ 15.000,00 foi disponibilizado para a ação 4079 capacitar servidores. Os recursos empenhados teve a seguinte aplicação: R\$ 417.855,95-Serviços de mapeamento digital; R\$ 61.000,00-Aquisição de servidores de imagens; R\$ 133.320,00-Pagamento de Contratação de empresa para confecção da dinâmica de desmate de 2006 e 2007; R\$ 30.000,00-Aquisição de combustível (Gerência de Transporte); R\$ 1.840,00-Aquisição de Projeter Multimídia (Superintendência de Gestão Florestal); R\$ 15.400,86-Aquisição de ar condicionados (Coordenadoria de Apoio Logístico); R\$ 1.643,44-Aquisição de 4 bebedouros de água (Superintendência de Gestão Florestal); R\$200.000,00-Aquisição de arquivo deslizante da Biblioteca (SEMA); R\$ 8.000,00-Aquisição de passagens (Exército); R\$ 5.685,

Outros Aspectos Relevantes:

A ação não utilizou recursos de origem não orçamentária.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

A ação vai ser repensada pois a Coordenadoria de Geotecnologia, que agora é responsável pela ação, não possui estrutura para o alcance de tal objetivo. A mesma está concentrando esforços nos sentido de concluir a base 1:100.000, retomando um projeto em andamento desde 2003, que foi reativado no segundo semestre de 2008 em convênio assinado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Exército, que porém, está sendo realizado pela SEMA (Coordenadoria de Geotecnologia), a SEPLAN e a SINFRA. Portanto sugerimos que o obeitivo da ação seja mudado para Construção da Base Cartográfica na Escala 1:100.000.

Ação: 2348 - LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: REALIZAR O ORDENAMENTO TERRITORIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO FLORESTAL.

Descrição da Meta Física: AREAS LICENCIADAS

Unidade de Medida: HECTARE

Responsável pela Ação: LUIS THIAGO BASTOS RODRIGUES

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Meta

1033315.49

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1000000	1000000	1033315.49	103,33	103,33

Análise da Meta Física

A ação alcançou a meta física, foram emitidas 438 novas licenças em 746.321ha, renovou 2 licenças em 2.496ha, averbou 300 áreas de reserva legal em 262.780ha e emitiu 77 autorizações para exploração florestal em 21.716ha, totalizando 1.033.315ha licenciados. Tal meta só foi atingida mediante à nova gestão que reviu roteiros e procedimentos internos, reavaliou-os junto a outras coordenadorias, melhorando o trâmite dos processos e trazendo transparência à emissão das LAU. Tais modificações se deram também a nível de servidores, sendo contratados 17 novos engenheiros florestais para análise de processos. A criação da Coordenadoria de Controle Processual contribuiu também, visto que a mesma assumiu a análise documental, que tanto travancava os processos de licenciamento. O Sistema de Licenciamento de Propriedade Rural que eletronicamente insere, monitora e controla a emissão de licenças foi melhorado para atender o processo de licenciamento. Contribuiu também para a dinamização das análises processuais as alterações no arcabouço legal, criando uma série de



Estado de Mato Grosso

detalhamentos em aspectos técnicos, sociais e fundiários intimamente relacionados à qualidade das licenças liberadas e a Portaria Conjunta nº 01 (LAU para Assentamentos Rurais), a Portaria nº 28 (LAU para áreas de posse), a Lei nº 8830(LAU para áreas localizadas no Pantanal).

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	121.000,00	49.680,20	32.929,70	0	27,21	66,28
109	355.419,00	225.202,50	206.237,50	0	58,03	91,58
240	301.000,00	207.793,35	199.493,35	0	66,28	96,01
244	1.000,00	38.206,80	8.206,80	0	820,68	21,48
261	10.000,00	10.000,00	0,00	0	0	0
Todas	788.419,00	530.882,85	446.867,35	0	56,68	84,17

Capacidade de Planejamento:

O indicador PPD apresentou-se deficiente tendo em vista que o PTA não foi elaborado de forma satisfatória. A elaboração se deu em momento de diversas mudanças com uma grande rotatividade de servidores na elaboração do mesmo. Por isso, aliado à criação da VIA que demandou recursos da fonte 240, se fez necessário os diversos remanejamentos ocorridos na execução de 2008.

Capacidade de Execução:

O COFD teve bom desempenho, porém poderia ter sido melhor caso não tivesse havido inexistência de financeiro nas fontes 244 e 261. Porém, não execução de parte do recurso não prejudicou o alcance da meta.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi plenamente atendido, na medida em que alcançamos a totalidade de 1.033.315ha licenciado e o mesmo está alinhado com o objetivo do programa.

Execução Orçamentária e Financeira:

No ano de 2008 a Coordenadoria de Licenciamento de Propriedades Rurais passou por diversos problemas. Constantes operações policiais geraram um clima inapropriado de trabalho. O Coordenador foi substituído e os transtornos relacionados à ampliação e reforma da SGF fizeram com que o desempenho fosse menor do que poderia. A Coordenadoria passou 3 meses instalada provisoriamente no Auditório da Secretaria e o quadro de servidores desfalcado por um período. Alia-se a isso o problema de falta disponibilidade financeira nas fontes 244 e 261. O valor empenhado na ação de R\$ 445.922,35 foi aplicado da seguinte forma: R\$ 77.525,00 para Diárias R\$ 144.384,70 para Material de Escritório e Combustível R\$ 36.224,30 para Material Permanente R\$ 169.823,35 para Contratação de STPJ R\$ 17.965,00 para Passagens

Outros Aspectos Relevantes:

A ação não recebeu recursos não orçamentários.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Após todas as mudanças ocorridas na Superintendência de Gestão Florestal o setor de Licenciamento Ambiental deu um salto em qualidade e quantidade das licenças emitidas, alcançando a meta do ano em alguns meses. Baseado nesta premissa entendemos que a meta para 2010-2011 seja revista no PPA.

Ação: 2349 - FISCALIZACAO DE DESMATAMENTO

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: COIBIR O DESMATAMENTO ILEGAL, FISCALIZANDO OS PROJETOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL E PLANOS DE MANEJOS SUSTENTAVEIS E FLORESTAS PLANTADAS.

Descrição da Meta Física: FISCALIZACAO REALIZADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: CELIO NOGUEIRA CUNHA

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Meta

110



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	110	110,00	110,00

Análise da Meta Física

Considera-se como produto, nesta ação, cada viagem realizada por equipe de fiscalização. Em cada viagem são realizadas diversas atividades de fiscalização. Durante o ano de 2008 foram realizadas ações de fiscalização de desmatamento que resultaram na emissão de 504 autos de infração, tendo sido fiscalizados 37.058,48 hectares de áreas desmatadas em reservas legais, 183.321,83 hectares de áreas passíveis de exploração e 4.559,01 hectares de áreas desmatadas em Áreas de Preservação Permanente, resultando na aplicação de R\$ 221.282.729,50 em multas. O cumprimento da meta física deu-se de acordo com o previsto no Plano de Trabalho Anual de 2008, que prevê a realização de 100 fiscalizações durante o ano. Em 2008 foram executadas 110 ações, o que representa o alcance de 110% da meta anual.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	0,00	687.100,00	615.797,00	0	0	89,62
109	0,00	43.526,00	43.526,00	0	0	100,00
240	349.999,89	326.276,00	274.699,65	0	78,49	84,19
244	401.286,08	520.880,37	229.749,75	0	57,25	44,11
261	50.000,03	50.000,03	0,00	0	0	0
Todas	801.286,00	1.627.782,40	1.163.772,40	0	145,24	71,49

Capacidade de Planejamento:

Nesta Ação foi realizada suplementação no valor de R\$ 1.100.000,00, destinada à contratação de horas de vôo de helicóptero para apoio nas ações de fiscalização. Parte dos valores anulados nesta ação objetivou a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. Salientamos que os recursos previstos na Fonte 261 não foram utilizados devido ao fato de não terem sido firmados convênios federais para a sua utilização. Os saldos orçamentários da Fonte 244 (provenientes do MT Floresta) não foram utilizados em sua totalidade em razão de insuficiência financeira, comunicada a esta Superintendência no final do exercício, e que resultou na alteração de dotação orçamentária em diversos processos de aquisição que previam a utilização da fonte 244 para seu pagamento. Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

Capacidade de Execução:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Salientamos que os recursos previstos na Fonte 261 não foram utilizados devido ao fato de não terem sido firmados convênios federais para a sua utilização. Os saldos orçamentários da Fonte 244 (provenientes do MT Floresta) não foram utilizados em sua totalidade em razão de insuficiência financeira, comunicada a esta Superintendência no final do exercício, e que resultou na alteração de dotação orçamentária em diversos processos de aquisição que previam a utilização da fonte 244 para seu pagamento. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

Alcance do Objetivo Específico:

O alcance do objetivo específico da Ação 2349, que é coibir o desmatamento ilegal, fiscalizando os projetos de exploração florestal e planos de manejos sustentáveis e florestas plantadas, não foi comprometido devido aos resultados do PPD e COFD, e sim devido a deficiências na área de Geoprocessamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2008: R\$ 801.286,00; Total das anulações: R\$ 524.097,89; Total das suplementações: R\$ 1.350.594,29; Saldo após suplementações/anulações: R\$ 1.627.782,40; Saldo em 31/12/2008: R\$ 464.010,00. Durante o exercício de 2008 foram executados 71,49% do orçamento previsto para o ano de 2008 (considerando saldo orçamentário após anulações e suplementações). Parte dos recursos suplementados foi destinada à realização de cursos de capacitação.



Estado de Mato Grosso

Durante a elaboração do PTA 2008 não foi prevista a realização de cursos na área de fiscalização. No entanto, ao longo do exercício, verificou-se a necessidade de treinamento dos servidores da Superintendência de Fiscalização, decorrente de mudanças no quadro de servidores. A realização de cursos de capacitação proporcionou o treinamento dos novos servidores e o aprimoramento dos técnicos já existentes. A meta física não foi alterada. Também foram suplementados recursos para viabilizar a aquisição de materiais permanentes (aparelhos de GPS, máquinas fotográficas, computadores e notebooks). Os recursos anulados estavam destinados ao pagamento de diárias e aquisição de material de consumo. A anulação não comprometeu o alcance da meta física.

Outros Aspectos Relevantes:

Foram adquiridos aparelhos de GPS, máquinas fotográficas e confeccionados uniformes para proporcionar às equipes de fiscalização condições ideais de trabalho. Também foram adquiridas pilhas recarregáveis, cartões de memória, pen drives, lanternas e trenas. Foram adquiridos ainda 12 barcos e 12 carretas de alumínio para transporte de barcos, utilizando recursos desta ação, materiais permanentes que irão equipar, além da Superintendência de Fiscalização, as unidades desconcentradas e unidades de conservação estaduais. O processo para aquisição de notebooks, que utilizaria recursos desta ação, não foi realizado, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. Foi realizado Curso de Capacitação Ambiental, promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente em conjunto com o Centro de Capacitação, Desenvolvimento e Pesquisa da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de capacitar policiais militares e servidores da SEMA. Foram capacitadas turmas nos Municípios de Cuiabá (120 alunos), Sinop (60 alunos) e Barra do Garças (50 alunos). O curso teve duração de 40 horas e abrangeu 14 disciplinas.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 2350 - FISCALIZAÇÃO DE QUEIMADAS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: FISCALIZAR QUEIMADAS LEGAIS E QUEIMADAS ILICITAS EM PERÍODO PROIBITIVO.

Descrição da Meta Física: FISCALIZACAO REALIZADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: EDUARDO RODRIGUES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	26

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
20	20	26	130,00	130,00

Análise da Meta Física

Considera-se como produto, nesta ação, cada viagem realizada por equipe de fiscalização. Em cada viagem são realizadas diversas atividades de fiscalização. Durante o ano de 2008 foram fiscalizados 312.059,37 hectares de área queimada, tendo sido emitidos 423 autos de infração, resultando na aplicação de R\$962.902.161,88 em multas. Os autos de infração emitidos referem-se também a operações de fiscalização realizadas em 2007, durante o período proibitivo de queimadas. O cumprimento da meta física, que prevê a realização de 20 fiscalizações durante o ano, deu-se acima do esperado, considerando que as ações de fiscalização de queimadas se intensificaram no segundo semestre, durante o período proibitivo (15/07/2008 a 15/09/2008), tendo atingido o índice de execução de 130% da meta física. Os autos emitidos referem-se a operações realizadas nos Municípios de Nova Maringá, Santo Antônio do Leste, Vila Rica, Campos de Júlio, Paranatinga, Gaúcha do Norte, Primavera do Leste, Paranaíta, Planalto da Serra, Confresa, Novo Santo Antônio, Sinop, Cáceres, São José do Rio Claro, Tabaporã, Campo Novo dos Parecis, Nova Canaã, Tangará da Serra, Nova Bandeirantes, Matupá, São Félix do Araguaia, Rosário Oeste, Colniza, Jangada, Santa Carmem, Diamantino, Juara, Vera, Peixoto de Azevedo, Nova Lacerda, Rosário Oeste, Campo Novo dos Parecis e Pedra Preta, dentre outros.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	200.000,00	184.049,60	156.669,55	0	78,33	85,12
Todas	200.000,00	184.049,60	156.669,55	0	78,33	85,12



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Os valores anulados nesta Ação objetivaram a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

Capacidade de Execução:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Os valores anulados nesta Ação objetivaram a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados.

Alcance do Objetivo Específico:

O alcance do objetivo específico da Ação 2350, que é fiscalizar queimadas legais e queimadas ilícitas em período proibitivo, não foi comprometido devido aos resultados do PPD e COFD, e sim devido a deficiências na área de Geoprocessamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2008: R\$ 200.000,00 Total das anulações: R\$ 15.950,40 Total das suplementações: R\$ 0,00 Saldo após suplementações e anulações: R\$ 184.049,60 Saldo em 31/12/2008: R\$ 27.380,05 Para a ação 2350 foi previsto no PTA 2008 o valor de R\$ 200.000,00. Os pagamentos de diárias totalizaram R\$ 138.270,00. Os valores anulados objetivaram a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. Durante o ano de 2008 foram executados 85,12 % do orçamento previsto no PTA 2008 (considerando saldo orçamentário após anulações e suplementações). Foram adquiridos aparelhos de GPS e máquinas fotográficas para assegurar o bom desempenho dos servidores durante as ações da Superintendência de Fiscalização.

Outros Aspectos Relevantes:

Os pagamentos de diárias totalizaram R\$ 138.270,00. Foram adquiridos aparelhos de GPS e máquinas fotográficas para assegurar o bom desempenho dos servidores durante as ações da Superintendência de Fiscalização.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 2352 - MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: REALIZAR O MONITORAMENTO DA COBERTURA FLORESTAL ATRAVÉS DO MAPA DA DINÂMICA DE DESMATAMENTO, SUBSIDIANDO O LICENCIAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E FLORESTAIS.

Descrição da Meta Física: RELATORIOS DISPONIBILIZADOS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: GABRIEL VITORELI DE OLIVEIRA

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Meta

1

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	1	100,00	100,00

Análise da Meta Física

A meta física foi alcançada visto que uma mudança estrutural foi feita visando atender exatamente a mesma. Foi criada a Superintendência de Monitoramento e Indicadores Ambientais - SMIA, que ficou com as atribuições desta ação. A mesma foi criada para que se desvinculasse a Coordenadoria de Geoprocessamento do monitoramento, criando-se a Coordenadoria de Geotecnologia na SMIA que passa a fazer o monitoramento e atender a outros setores e órgãos. Tal situação ajudou no alcance da meta, mas é necessário explicitar que a Coordenadoria de Geotecnologia não possui efetivo, sendo necessário a contratação de serviços terceirizados.



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	0,00	438.700,00	106.760,00	0	0	24,34
240	400.000,00	329.713,00	159.712,90	0	39,93	48,44
Todas	400.000,00	768.413,00	266.472,90	0	66,62	34,68

Capacidade de Planejamento:

O desempenho regular que o indicador demonstra é entendido pela diversas mudanças ocorridas, principalmente no âmbito de servidores. Na elaboração do PTA a Coordenadoria de Geotecnologia não existia e quem pensou a meta, as medidas e tarefas já não faz parte do quadro do setor.

Capacidade de Execução:

O desempenho altamente deficiente apontado acima se deu, principalmente, em função da não execução dos processos de aquisição de equipamentos e serviços, os quais foram iniciados pelo setor demandante e não finalizados pela Secretaria de Administração. Por este fato, alguns equipamentos solicitados pela Coordenadoria de Geotecnologia não foram adquiridos. Ressalte-se aqui, a aquisição de uma impressora de grandes formatos, a contratação de serviço para a realização da dinâmica de desmate 2007/2008 e outros produtos de informática que juntos somam mais de R\$ 200.000,00, o que representam aproximadamente 26% da dotação orçamentária final. Outro ponto relevante foi que a Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais tinha previsto adquirir imagens de alta resolução da região noroeste do Estado para monitoramento piloto das condições da floresta em pé e da degradação progressiva, porém, em função de decisão superior, indicou-se que a Secretaria de Estado de Planejamento iria adquirir imagens de alta resolução com cobertura para todo o estado de Mato Grosso, não sendo necessária a execução do montante previsto nesta ação. No entanto, até o momento (março de 2009), não foi adquirida nenhuma cena prevista.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi plenamente atingido, mas os indicadores refletem a falta de estabilidade as mudanças ocorridas e mais ainda a grande rotatividade principalmente de cargos de chefia, que são os encarregados de pensar o planejamento e executá-lo. Em especial o setor de gestão florestal visto que sofre uma pressão tanto do setor produtivo quanto do político. Tais problemas influenciam diretamente nos dois indicadores. A Coordenadoria de Geoprocessamento, que pensou a ação e foi responsável pela mesma um período do ano trabalhava com 100% do seu quadro de servidores contratados e a Coordenadoria de Geotecnologia, que absorveu a ação, não tem efetivo.

Execução Orçamentária e Financeira:

A Coord de Geotecnologia executou várias atividades para o alcance da meta prevista. Destacam-se a contratação de empresa especializada para a execução da dinâmica do desmatamento 2006/2007 (R\$ 116.212,90) e a realização de um sobrevôo em mais de 4 mil KM (R\$ 29.750,00) no Estado para checagem in loco dos dados obtidos por imagem de satélite. R\$ 30.000,00 remanejados para a ação 1557 atender a Superintendência de Monitoramento e Indicadores Ambientais com diárias e passagens para servidores do exército conforme convênio com o MMA. Investimentos da Coord: R\$ 70.287,00 remanejados para atender a Verba Indenizatória por ordem superior; R\$ 22.46,00 combustível, memórias para computadores e material de escritório; R\$ 44.904,00 aquisição de móveis para a nova Coord e aparelho de medição de qualidade do ar atmosférico para o laboratório. Os resultados do PPD e do COFD ocorreram, principalmente, em função da não execução dos processos por parte da SAD, inclusive não contratação dos serviços de elaboração da dinâmica 2007/2008 e não aquisição das imagens de satélite de alta resolução pela SEPLAN, as quais seriam utilizadas para o monitoramento da degradação progressiva da floresta e dos manejos florestais.

Outros Aspectos Relevantes:

Não foi utilizados recursos não orçamentários.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Acreditamos que a ação atende o setor, porém a Coordenadoria de Geotecnologia necessita urgentemente de recursos humanos técnicos em geotecnologias.

Ação: 2553 - ANATOMIA E IDENTIFICACAO DE MADEIRAS

Unidade Responsável: 12302-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO

Objetivo Específico: CONHECER O VOLUME E AS ESPÉCIES TRANSPORTADAS EM BRUTO PARA OUTROS ESTADOS, ATRAVES DA IDENTIFICAÇÃO ANATÔMICA DAS MADEIRAS.

Descrição da Meta Física: MADEIRA IDENTIFICADA

Unidade de Medida: METRO CÚBI

Responsável pela Ação: ROBERTO BARBOSA DE SOUZA



Estado de Mato Grosso

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	1520259.943

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1500000	1500000	1520259.943	101,35	101,35

Análise da Meta Física

A demanda pelo serviço durante o exercício 2008, foi dentro do previsto, uma vez que crescimento da exploração e transporte de madeira no Estado comportou-se dentro do esperado, e como o órgão estava aparelhado para atender a esta procura, o trabalho transcorreu dentro da normalidade.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	237.999,39	230.999,39	229.097,34	0	96,26	99,18
Todas	237.999,39	230.999,39	229.097,34	0	96,26	99,18

Capacidade de Planejamento:

A execução orçamentaria financeira seguindo a mesma tendência da execução física da atividade, ocorreu dentro da normalidade, com as despesas previstas muito próximas do demandado durante o exercício, permitindo esta boa avaliação.

Capacidade de Execução:

Durante o acompanhamento realizado no exercício, possibilitou o ajuste da dotação às despesas necessárias, permitindo dessa forma que a execução das despesas ficasse bem próximas da dotação disponível, ocasionando a boa avaliação.

Alcance do Objetivo Específico:

A ação cumpriu com seu objetivo específico estipulado, identificando 100% das espécies exploradas e transportadas pelo Estado durante o exercício 2008. Permitindo desta forma o conhecimento das espécies e volumes explorado no Estado para exportação.

Execução Orçamentária e Financeira:

Os recursos autorizados na LOA, e sua liberação a tempo e hora para execução das atividades foi fundamental para o bom resultado da ação.

Outros Aspectos Relevantes:

O trabalho de Identificação de madeira realizado pelo INDEA/MT, permitiu maior controle de espécies explorados no Estado, subsidiando a SEMA/MT, DEMA, JUVAM e Ministério Público na repressão das irregularidades no setor.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	2946 - CADASTRO DE CONSUMIDORES DE MATÉRIA-PRIMA DE ORIGEM FLORESTAL
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	REALIZAR O CONTROLE DA ENTREGA, REMESSA, TRANSPORTE, RECEBIMENTO E ESTOCAGEM OU ARMAZENAMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS FLORESTAIS.
Descrição da Meta Física:	PRODUTOS E SUB-PRODUTOS FLORESTAIS MONITORADOS
Unidade de Medida:	METRO CÚBI
Responsável pela Ação:	SUELY FATIMA M BERTOLDI

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	6799577.96



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3000000	3000000	6799577.96	226,65	226,65

Análise da Meta Física

A ação teve o indicador da meta física altamente deficiente, porém favorável, em termos produtivos, porque após diversas mudanças ocorridas na Superintendência de Gestão Florestal, o processo de análise e trâmite de licenciamento de LAU e MANEJO deu um salto significativo em quantidade e qualidade e a Coordenadoria de Créditos de Recursos Florestais é totalmente vinculada a tais resultados. Cada LAU e MANEJO emitidos geram os créditos florestais que são controlados pela citada Coordenadoria, responsável por esta ação, atingindo 6.799.577.96m³ controlados, ultrapassando a meta em 126,65% a meta.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	70.000,00	12.683,46	12.539,46	0	17,91	98,86
109	0,00	24.200,00	0,00	0	0	0
240	70.000,00	26.100,00	20.909,84	0	29,87	80,11
244	64.999,99	2.300,00	1.860,00	0	2,86	80,87
Todas	204.999,99	65.283,46	35.309,30	0	17,22	54,09

Capacidade de Planejamento:

O indicador PPD apresentou-se altamente deficiente tendo em vista que o PTA não foi elaborado de forma satisfatória. A elaboração se deu em momento de diversas mudanças na Superintendência de Gestão Florestal com equipes desestruturadas face a grande rotatividade de servidores, ficando os recursos superdimensionados. Por isso se fez necessário os diversos remanejamentos ocorridos na execução de 2008.

Capacidade de Execução:

O COFD se mostra deficiente pelo fato de que grande parte dos recursos disponibilizados não foram utilizados, porém sem prejuízo para a meta da ação. O valor de R\$ 126.700,02 previsto para contratação de consultoria, STPF e STPJ não foi utilizado pois a demanda foi atendida pela Empresa TECNOMAPAS, através do contrato com a Secretaria para a manutenção do Sistema de Licenciamento de Propriedade Rural-SIMLAM. O valor de R\$ 107.899,97 para a aquisição de material de consumo não foi utilizado porque todo o material de consumo foi adquirido através da Coordenadoria de Apoio Logístico, que atende toda a Secretaria. Ao invés de adquirir computadores optamos por adquirir memórias para melhorar os já existentes, solucionando o problema e economizando recurso.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo foi plenamente atingido, alcançando o total de 6.799.577.96m³ controlados pelo SISFLORA - Sistema de Controle de Produtos e Subprodutos Florestais, porém é necessário frisar que tal controle é feito via sistema, ou seja, controla o produto de origem legal, fruto de licenciamento, subsidiando a Superintendência de Fiscalização na fiscalização de transporte de produtos de origem ilegais.

Execução Orçamentária e Financeira:

Os remanejamentos já citados visaram readequar os recursos nas ações do programa 181, face o esposto na análise do PPD e COFD. O valor de R\$ 197.416,53 foi disponibilizado para a Coordenadoria de Gestão do Fogo no combate a incêndios florestais fez com que outros remanejamentos fossem necessários. Após os remanejamentos não houve tempo hábil e diversos processos foram estornados automaticamente pelo sistema no fim do exercício. Os valores empenhados na ação foram: R\$ 15.200,00-Locação de automóveis; R\$ 8.400,00-Aquisição de passagens; R\$ 3.330,00-Diárias; R\$ 8.109,84-Aquisição de material permanente(monitores, máquina fotográfica e móveis).

Outros Aspectos Relevantes:

A ação não utilizou recursos não orçamentários.



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

O OBJETIVO DESTA AÇÃO É REALIZAR O CONTROLE DA ENTREGA, REMESSA, TRANSPORTE, RECEBIMENTO E ESTOCAGEM OU ARMAZENAMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS FLORESTAIS DE ORIGEM LICENCIADAS ATRAVÉS DO SISFLORA. É imperativo entender que o sistema controla, emite as guias, gera relatórios, integra os dados com o IBAMA, mas a fiscalização efetivamente é feita pelos setores de fiscalização.

Ação: 2947 - LICENCIAMENTO DE PLANOS DE MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL
Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico: REALIZAR O ORDENAMENTO DA EXPLORAÇÃO, GARANTINDO O USO MÚLTIPLO SUSTENTÁVEL DAS FORMAÇÕES FLORESTAIS DO ESTADO.
Descrição da Meta Física: AREAS LICENCIADAS
Unidade de Medida: HECTARE
Responsável pela Ação: LEO MARCIO XAVIER DE OLIVEIRA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	334362

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
138000	138000	334362	242,29	242,29

Análise da Meta Física

O índice se mostra altamente deficiente pelo fato de que a ação ultrapassou em 142,29 % a meta física. A Coordenadoria de Recursos Florestais, responsável pela ação, licenciou 328.949ha para Plano de Manejo Florestal Sustentável, no total de 341 Autorizações. Tal superávit deve-se ao fato da reestruturação de procedimentos realizada pela nova gestão da Superintendência de Gestão Florestal, que redefiniu roteiros e procedimentos internos, reavaliou-os junto a outras coordenadorias, aperfeiçoando o trâmite dos processos o que acarretou transparência e celeridade aos mesmos. Outros fatores responsáveis por tal êxito foram a criação da Coordenadoria de Controle Processual, cuja função principal é efetuar análise documental dos processos outrora realizada por servidores sem o perfil adequado dando a estes segurança jurídica na análise técnica que tanto obstruía os processos de Plano de Manejo Florestal Sustentável e a contratação de servidores aumentando em mais de 80% o número de analistas. E por fim e não menos importante a flexibilização da legislação para exploração florestal sustentável em florestas que outrora foram exploradas (decreto 1.302/2008 e 1.626/2008) viabilizou a liberação de processos que estavam obstruídos.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	40.000,00	37.840,00	26.290,00	0	65,73	69,48
240	327.061,00	132.423,97	132.423,97	0	40,49	100,00
244	258.490,00	403.721,55	296.190,49	0	114,58	73,37
Todas	625.551,00	573.985,52	454.904,46	0	72,72	79,25

Capacidade de Planejamento:

O indicador PPD apresentou-se regular pois o PTA não foi elaborado de forma satisfatória. A elaboração se deu em momento de diversas mudanças na SGF, gerando grande rotatividade de servidores com as equipes passando por organização o que dificultou a elaboração de cálculos mais precisos. Por outro lado, além das mudanças de gestão ocorridas posterior ao planejamento, mudando também as estratégias de execução.

Capacidade de Execução:

O indicador de COFD se mostrou regular devido, além dos problemas elencados no quadro anterior, à inexistência de financeiro na fonte 244. A desocupação do prédio da Superintendência de Gestão Florestal para a reforma deixou o setor inoperante por 3 meses, além de o setor trabalhar com apenas 20% do atual quadro, deixando de serem gastos R\$ 62.616,65 com diárias. Apesar de não ter prejudicado a meta física, o desempenho poderia ter sido ainda melhor.



Estado de Mato Grosso

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi plenamente alcançado na medida em que a Coordenadoria de Recursos Florestais licenciou 328.949ha em Planos de Manejo Sustentável e o mesmo encontra-se alinhado com o programa.

Execução Orçamentária e Financeira:

Apesar da ação ter ultrapassado o alcance da meta, o desempenho regular em ambos indicadores deve-se parte ao fato de que a fonte 244, que recebeu suplementação, não possui disponibilidade financeira no ato da execução. R\$ 128.560,00 foi disponibilizado para atender a Verba Indenizatória e parte não foi executada, pois a Coordenadoria de Recursos Florestais ficou 3 meses inoperante, trabalhando somente com 20% do quadro atual de servidores. R\$ 156.662,13 da fonte 240 foi remanejado para a Coordenadoria de Gestão do Fogo no combate a incêndios, causando outros remanejamentos futuros visando complementar a ação, cujo recursos não foram executados face encerramento do ano. O Valor empenhado teve a seguinte aplicação: R\$ 74.158,90 – Aquisição de notebooks, umidificadores de ar e parte do pagamento do arquivo deslizante. R\$ 31.830,00 – Locação de automóveis para vistoria; R\$ 196.644,97 – Aquisição de peças e combustível; R\$ 77.235,00 – Pagamento de diárias.

Outros Aspectos Relevantes:

Não foram usados recursos não orçamentários.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Reavaliando a ação, verificou-se que, após as mudanças ocorridas o licenciamento dos planos de manejo melhorou em quantidade e qualidade e que as medidas e tarefas devem ser revistas para os próximos anos, reorganizando a disponibilidade dos recursos para seu melhor uso. A meta física também deve ser revista visto que foi alcançada em dobro. Vale ressaltar, que a meta desta ação deveria estar diretamente relacionada com o primeiro indicador do Programa (áreas para a produção sustentável de matéria-prima florestal) o que não ocorre, visto que na ação a meta prevista é 138.000 há, enquanto no programa o indicador prevê 189.000 há.

Ação: 4035 – CONTROLE DE QUEIMADAS E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: EMITIR AUTORIZAÇÃO PARA QUEIMA CONTROLADA

Descrição da Meta Física: PROJETOS APROVADOS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: HECTOR PERICLES DE CASTRO – CAP BM

Região de Planejamento	Meta
0100 - NOROESTE	25
0200 - NORTE	30
0300 - NORDESTE	20
0400 - LESTE	10
0500 - SUDESTE	10
0600 - SUL	10
0700 - SUDOESTE	10
0800 - OESTE	10
0900 - CENTRO OESTE	10
1000 - CENTRO	10
1100 - NOROESTE II	10
1200 - CENTRO NORTE	25
9900 - ESTADO	208

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2100	2100	388	18,48	18,48

Análise da Meta Física

Os Focos de calor detectados no Estado foram 74.426, dados este oriundos do site do INPE. Contudo, a demanda de empreendedores que procuraram a SEMA para regularizar a queima controlada foram poucas,(388), entretanto, esta Coordenadoria executa outras ações como a de combate a incêndios florestais, palestras de conscientização dos danos causados ao meio ambiente nos municípios prioritários. E, os resultados foram satisfatórios. Obtivemos os repasses dos recursos suplementares para organizar um Grupo Especial de prevenção e Combate a Incêndios Florestais, que possibilitou alcançar o objetivo proposto na meta da ação. A Coordenadoria de Gestão do Fogo não conseguiu realizar algumas propostas no plano de trabalho do Grupo Especial de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (GEPICF).



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	0,00	1.204.476,98	810.182,00	0	0	67,26
109	0,00	296.717,64	145.668,10	0	0	49,09
240	280.000,05	252.663,21	173.140,60	0	61,84	68,53
244	0,00	296.838,05	264.630,50	0	0	89,15
Todas	280.000,05	2.050.695,88	1.393.621,20	0	497,72	67,96

Capacidade de Planejamento:

O indicador de PPD se mostrou altamente deficiente pois com a criação do GEPCIF no dia 23/07/2008, obtivemos um recurso com intuito de executar em 4 (quatro) meses as ações, porém sabemos que para adquirir os equipamentos e materiais para utilização no setor das tarefas elencadas, precisávamos solicitar junto a SAD para se fazer as tomadas de preços dos equipamentos propostos para executar a ação, insta salientar que a tomada de preço somente é efetivada por meio do pregão eletrônico, que demandaria um tempo aproximado de 45 a 60 dias para conclusão do processo.

Capacidade de Execução:

Protocolou-se diversos processos com objetivo de adquirir bens e serviços via licitação, encontramos alguns entraves entre os procedimentos burocráticos entre cotação de preços na SAD, autorização da despesa, e retorno a esta Secretaria para continuidade do trâmites processuais até entrega dos mesmos, pois o tempo foi exíguo para demandar os processos, inviabilizando algumas das aquisições.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar do pouco tempo disponível para realizar as ações em sua plenitude, os resultados foram satisfatórios, logo, realizou-se muito, como combate aos incêndios florestais, palestras junto a comunidade, entre outros procedimentos. E, em especial a criação do Grupo Especial de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (GEPCIF) no Estado.

Execução Orçamentária e Financeira:

Houve um comprometimento considerável na execução orçamentaria, em razão de 2008 ter começado com um valor muito aquém do necessário, o qual, contudo foi suplementado, todavia, intempestivamente se observar o tempo para efetivação, já no segundo semestre (mês de julho). Insta ponderar, que o valor foi adequado depois de suplementado, porém precisou-se de mais tempo. Apesar disso, avanços relevantes existiram com liberação dos recursos financeiros, conseguiu-se atingir tais metas: redução das queimadas e a criação do GEPCIF

Outros Aspectos Relevantes:

Com criação do GEPCIF, foram desenvolvidas atividades de suma importância na órbita da capacitação de pessoal para atuarem nas brigadas de incêndio nos municípios e autorizações de queimadas controladas. Além disso, adquiriram-se materiais permanentes e de consumo para subsidiar os trabalhos de redução de queimadas

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

No que tange ao valor, houve um acréscimo condizente com os anseios do setor, e no momento oportuno, qual seja, no início do ano, fato não experimentado em 2008. Não obstante, a celeridade nas demandas junto SAD ainda é uma incógnita, pois se rememoramos os anos anteriores ficou muito aquém, muitas vezes as demandas restaram inexitosas. Assim, convém sugerir que o banco de dados da inclita Secretaria de Estado de Administração seja ampliada (dando-se especial atenção as instituições que utilizam equipamentos singulares) e esteja sempre atualizado, o que agilizará as compras por registros de preços

Ação: 4078 - ARTICULAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: PROMOVER A ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA FLORESTAL COM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES MULTISSETORIAIS.

Descrição da Meta Física: ORGANIZAÇÕES MOBILIZADAS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Meta

16



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	6	16	266,67	266,67

Análise da Meta Física

A meta da ação foi ultrapassada em 166,67%, deixando o indicador altamente deficiente. Tal desempenho na realidade reflete o excelente trabalho realizado. O Superintendente de Gestão Florestal assumiu a recém criada Secretaria Adjunta de Mudanças Climáticas e dentro deste contexto pode estar mais livre para articular a gestão florestal no Estado. Dentro deste contexto fez diversas reuniões com: 1-Ministério Público Estadual, IBAMA, FIEMT, AMEF e CIPEM para padronização de procedimentos; 2- AMEF, CIPEM, FIEMT, FAMATO, SEDER e SEPLAN a criação de Câmara Técnica para discutir normas e procedimentos para a gestão florestal no Estado; 3- Assembléia Legislativa para discutir normas e procedimentos do setor; 4- Casa Civil, AL, FIEMT, FAMATO, MPE, para elaboração da proposta de Lei para regularização Ambiental no Estado - Lei do MT Legal; 5- Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casa Civil, Casa Militar, IBAMA e demais órgãos de inteligência no Estado, para estabelecimento de procedimentos para ação de combate ao desmatamento ilegal no Estado.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	29.000,00	20.880,00	17.630,00	0	60,79	84,43
240	20.000,00	7.095,00	7.095,00	0	35,48	100,00
244	20.000,00	9.575,00	3.425,00	0	17,13	35,77
Todas	69.000,00	37.550,00	28.150,00	0	40,80	74,97

Capacidade de Planejamento:

O indicador PPD apresentou-se deficiente tendo em vista que o PTA não foi elaborado de forma satisfatória. A elaboração se deu em momento de diversas mudanças com uma grande rotatividade de servidores na elaboração do mesmo. Alia-se a isto os remanejamentos ocorridos por situações emergenciais.

Capacidade de Execução:

O COFD teve desempenho regular pelo fato de que as fontes 100 e 244 não possuíam disponibilidade financeira no ato da execução.

Alcance do Objetivo Específico:

A ação alcançou plenamente o objetivo no momento em que a Superintendência de Gestão Florestal juntamente com a recém criada Secretaria Adjunta de Mudanças Climáticas geriram inúmeras reuniões com diversos órgãos e setores organizados ligados à gestão florestal do Estado. Algumas reuniões a nível nacional também foram feitas, inclusive de demonstração dos nossos sistemas de licenciamento e monitoramento do licenciamento ambiental e controle de créditos de recursos florestais. Soma-se aos eventos que tiveram participação da SGF: 1- Congresso Internacional de Bioenergia; 2- 1º Seminário Nacional sobre Dinâmica de Florestas; 3- Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas para Discutir Ações de Mitigação e Adaptação Relacionadas as Atividades de Uso da Terra e Florestas; 4-Evento pró-madeira; 5-Conferência Científica Internacional Amazônia em perspectiva; 6- X Encontro Nacional de Comitês de Bacia; 7- Oficina sobre o Licenciamento Ambiental de Assentamentos e Reformas Agrárias. Portanto, a criação da Secretaria Adjunta de Mudanças Climáticas veio contribuir para o alcance do objetivo.

Execução Orçamentária e Financeira:

A exemplo das demais ações da Superintendência de Gestão Florestal, esta também foi prejudicada por situações alheias ao planejamento, mas com reflexo no mesmo. Apesar do índice deficiente no planejamento obtivemos desempenho regular na execução visto que R\$ 19.230,00 foi remanejado para atender a Coordenadoria de Gestão do Fogo no combate a focos de calor e R\$ 12.220,00 da fonte 240 para a Verba Indenizatória. Em parte, o recurso da VI, não foi utilizado pelo fato de que a Coordenadoria de Recursos Florestais e a Coordenadoria de Licenciamento de Propriedades Rurais, que mais utilizam a VI estarem inoperantes por 3 meses e tendo seu quadro de servidores reduzido por um período. Os recursos empenhados/anulados foram: R\$ 19.230,00 transferidos para a ação 4035 da Coordenadoria de Gestão do Fogo; R\$ 12.220,00 transferidos para a Verba Indenizatória na ação 2007; R\$ 1.300,00 usados em material de escritório; R\$ 12.720,00 com locação de automóveis; R\$ 7.900,00 com passagens; R\$ 6.340,00 com diárias.



Estado de Mato Grosso

Outros Aspectos Relevantes:

Não foram utilizados recursos não orçamentários.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

O objetivo da ação, tendo como produto ORGANIZAÇÕES MOBILIZADAS não representa fielmente os resultados da Articulação da Gestão Florestal no Estado. Por isso sugerimos que o produto mude para EVENTOS ORGANIZADOS, que pode englobar tanto reuniões como participação em eventos.

Ação: 4079 - CAPACITAÇÃO EM GESTÃO FLORESTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: CAPACITAR O QUADRO TÉCNICO DA SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO FLORESTAL PARA O LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL.

Descrição da Meta Física: PROFSSIONAL CAPACITADO

Unidade de Medida: PESSOA

Responsável pela Ação: ALEX SANDRO ANTONIO MAREGA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	42

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
30	30	42	140,00	140,00

Análise da Meta Física

A ação teve o desempenho regular, face o desvio de 40% a mais na meta prevista, visto que diversas capacitações que ocorreram não haviam sido planejadas. A ação foi prejudicada, em termos orçamentários, pelo fato de que quase todo o recurso da fonte 240, a partir do 2º Semestre, foi disponibilizado para a Verba Indenizatória e outra parte do recurso (fonte 100), por decisão superior, para a Coordenadoria de Gestão do Fogo para o combate a incêndios. Essas anulações foram compensadas pela suplementação de R\$ 73.536,96(FONTE 109) e R\$ 35.016,65 (FONTE 240), para capacitar 50 servidores contratados. Por outro lado, parte das capacitações foram atendidas com recursos de outras ações, não ficando prejudicada a meta física inicial. Diversos cursos foram feitos tanto com os servidores como com os clientes da Superintendência. Capacitamos todos os engenheiros florestais do Estado e seus respectivos desenhistas/cadistas na ferramenta Importador de Shapes que foi desenvolvida pela Coordenadoria de Geoprocessamento, visando agilizar e dar segurança aos dados de mapas que são protocolados junto aos processos de licenciamento. Os servidores fizeram diversos cursos como tipologia, identificação de madeira, geotecnologias, uso de ferramentas tecnológicas dentre outros, além de participarem de diversos seminários, palestras e eventos ligados à gestão ambiental.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	15.000,00	0,00	0,00	0	0	0
109	0,00	73.536,96	0,00	0	0	0
240	120.000,00	48.617,50	33.617,50	0	28,01	69,15
261	30.000,00	30.000,00	0,00	0	0	0
Todas	165.000,00	152.154,46	33.617,50	0	20,37	22,09

Capacidade de Planejamento:

O indicador PPD se mostrou altamente deficiente pois a capacitação de 50 servidores contratados temporariamente em novembro de 2008 não foi realizada por decisão superior.

Capacidade de Execução:

O índice COFD, que mostrou-se altamente deficiente se deve ao fato de que, inicialmente a ação teve de disponibilizar R\$ 106.399,15 da fonte 240 para a Verba Indenizatória e R\$ 15.000,00 para a Coordenadoria de Gestão do Fogo. A fonte 261, que iniciou o ano com R\$ 30.000,00 não possuía disponibilidade financeira, não podendo ser utilizada e ainda ao fato de que a capacitação de 50 novos servidores contratados temporariamente, cujo recurso para o atendimento foi suplementado em Novembro/08, não foi realizado tendo em vista ordem superior.



Estado de Mato Grosso

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar dos indicadores negativos no planejamento e na execução, a união dos setores da Superintendência de Gestão Florestal foi imperativo para o alcance do objetivo da SGF, que foi ultrapassado, capacitando mais que o previsto, como a seguir: Cursos de Projeto Cerrado Sustentável (5 servidores), Seminário de Sensoriamento Remoto e SIG Florestal (1 servidora), Simpósio Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas(3 servidores), Seminário do Zoneamento(2 servidores), Encontro de Padronização de Vistorias Técnicas e Procedimentos Administrativos(17 servidores), Congresso Internacional da Bioenergia(1 servidor), Seminário Nacional sobre dinâmica de Floresta(1 servidora), Fórum Nacional de Mudanças Climáticas(1 servidor), Fórum Brasileiro de Mudanças Climática(1 servidora), Fórum Brasileiro de Mudanças Climática(1 servidor), Conferência Científica Internacional Amazônia(2 servidores), 10 Encontro Nacional de Cometas de Bacias(1 servidor), Oficina sobre o Licenciamento Ambiental de Assentamentos e Reformas Agrárias(1 servidor), Curso de Novas Tecnologias em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto(1 servidora), Feira Internacional Geosumit Latin America(2 servidores), Curso de Manejo e conservação do Solo e Água(1 servidor) e Pós Graduação em Direito e Gestão Ambiental (1 servidor), totalizando 42 servidores. Além da citada capacitação dos engenheiros florestais no Importador de Shapes, utilizando parcerias.

Execução Orçamentária e Financeira:

A ação recebeu os recursos devidos, porém a Superintendência de Gestão Florestal teve de disponibilizar todo o recurso da fonte 240 para a Verba Indenizatória e a Coordenadoria de Gestão do Fogo recebeu R\$ 15.000,00 do orçamento desta ação. Além da fonte 261, que não possuía disponibilidade financeira. Após suplementação para atender cursos de capacitação dos novos servidores, por ordem superior, todos foram contingenciados e estornados. Os valores empenhados na ação foram: R\$ 106.399,15 – Verba Indenizatória; R\$ 15.000,00 – Coordenadoria de Gestão do Fogo; R\$ 6.252,50 – Curso de Manejo Florestal e auditoria de sistemas e métodos de amostragem; R\$ 1.975,00 – Seminário Geosumit Latin America 2008; R\$ 215,00 – Curso de Manejo e Conservação do Solo e Água; R\$ 1.040,00 – Reunião Brasileira de Manejo e Conservação; R\$ 25.200,00 – Pós Graduação em Direito e Gestão Ambiental.

Outros Aspectos Relevantes:

Não foram utilizados recursos não-orçamentários.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

O ano de 2008 foi um ano significativo para a Gestão Florestal do Estado de Mato Grosso. Neste ano foi iniciado um conjunto de mudanças que lançarão as bases para a implantação de um processo de melhoria contínua que proporcionará as condições necessárias para a solução dos problemas ligados à gestão ambiental no Estado. A superintendência está com um quadro de 166 servidores, distribuídos da seguinte forma: Superintendente, secretarias, atendimento e assessoria (13), Check List/Protocolo (3), Coordenadoria de Créditos de Recursos Florestais (15), Coordenadoria de Recursos Florestais (23), Coordenadoria de Reflorestamento (4), Coordenadoria de Licenciamento de Propriedades Rurais (38), Impressão de Documentos Oficiais (7), Coordenadoria de Vistoria e Monitoramento (6), Coordenadoria de Controle Processual (28), Arquivo temporário (4), Coordenadoria de Geoprocessamento (25). Tais servidores deverão ser capacitados para que continuemos as melhorias planejadas, por isso será imperativo que os valores disponibilizados para esta ação não sejam contingenciados, visto que parte do recurso de 2008 não foram autorizados.

Ação: 4084 - CONTROLE DA REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: CONTROLAR OS CRÉDITOS DE REFLORESTAMENTOS VINCULADOS À REPOSIÇÃO FLORESTAL.

Descrição da Meta Física: AREAS LICENCIADAS

Unidade de Medida: HECTARE

Responsável pela Ação: ROGERIO DE FREITAS MAIA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	10761.1

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
19200	19200	10761.1	56,05	56,05

Análise da Meta Física

A meta física da ação ficou deficiente devido a dois fatores, a publicação de dois Decretos, 1414 e 1415, de 23 de junho de 2008, que liberou o Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais (CC-SEMA) para projetos de espécies exóticas, diminuindo a quantidade de processos de reflorestamento protocolados. Segundo, a oferta do crédito de reposição está maior do que a demanda, o mercado tem muito crédito, mas poucos compradores, visto que valor do crédito está desvalorizado, diminuindo o estímulo dos produtores.



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	30.000,00	16.840,00	16.840,00	0	56,13	100,00
240	175.000,00	27.403,26	27.403,26	0	15,66	100,00
244	97.000,00	137.160,24	123.263,83	0	127,08	89,87
Todas	302.000,00	181.403,50	167.507,09	0	55,47	92,34

Capacidade de Planejamento:

O ano de 2008 foi carregado de mudanças na Superintendência de Gestão Florestal. Algumas gerências foram extintas e coordenadorias foram criadas. O gestor, o superintendente, maior foi mudado. Foi criada a Coordenadoria de Reflorestamento. Assumimos então a ação 4084 por se tratar do controle da reposição florestal no Estado. Devido a tantas mudanças, principalmente dos servidores o indicador em questão se mostrou deficiente.

Capacidade de Execução:

O indicador se apresenta ótimo pois a ação foi suplementada na fonte 244, mas em contrapartida disponibilizou R\$ 120.801,50 para a ação 4035 da Coordenadoria de Gestão do Fogo para o combate a focos de calor e R\$ 92.395,00, da fonte 240, para a Verba Indenizatória. O recurso restante ficou lotado na fonte 244 e parte não foi executado por não ter disponibilidade financeira. Em 2008 a Coordenadoria de Reflorestamento realizou diversas vistorias em áreas reflorestadas e emitiu 46 autorizações de corte, 18 autorizações de créditos de reposição florestal e 34 termos de vinculação de reposição florestal.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico desta ação é controlar os créditos de reflorestamentos vinculados a reposição florestal e a Coordenadoria de Reflorestamento foi criada para cumprir essa função. Porém, temos de levar em consideração que, se toda a madeira, vinda de reflorestamento ou não, é controlada pela Coordenadoria de Créditos Florestais – CC-SEMA - SISFLORA, esse controle já era feito. A criação da Coordenadoria vem melhorar o trâmite dos processos de reflorestamento, as vistorias e o atendimento aos clientes. Como já citado, o planejamento havia sido feito sem levar em conta a criação da Coordenadoria e foi executado para atender a SGF como um todo que passou por ampliação e reforma do prédio e necessitou de recursos visto que o quadro de servidores quase duplicou.

Execução Orçamentária e Financeira:

A ação recebeu os recursos devidos relacionados na LOA e a exemplo das outras ações da SGF esta também teve alguns remanejamentos, visando resolver problemas pontuais e não planejados, porém a ação havia sido suplementada na fonte 244, recurso este que teve parte não executado devido a indisponibilidade financeira da fonte citada. Os recursos investidos estão abaixo relacionados: R\$ 120.801,50 - Coordenadoria de Gestão do Fogo para o combate a incêndios; R\$ 92.395,00 - Verba Indenizatória - VI; R\$ 15.018,26 - Aquisição de material de consumo para a Superintendência de Gestão Florestal; R\$ 9.870,00 - Aquisição de passagens aéreas para capacitação de servidores e encontros de Gestão Ambiental; R\$ 53.345,21 - Aquisição de combustível para vistorias; R\$ 30.195,03 - Locação de automóveis para vistorias; R\$ 11.380,0 - Diárias para cursos e vistorias; R\$ 48.303,59 - Aquisição de umidificadores de ar, móveis e parte do pagamento do arquivo deslizante.

Outros Aspectos Relevantes:

Não houve utilização de recursos não orçamentários.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

A meta física da ação deverá ser revista devido a mudanças de legislação, que culminou na acentuada diminuição dos processos protocolados. Ainda temos de levar em consideração, a provável publicação de outro decreto onde será liberado o aproveitamento de resíduos (troncos e galhadas), isentos de reposição florestal, oriundos de projetos de exploração florestal sob regime de manejo sustentável.

Ação: 4085 - ESPACIALIZAÇÃO E ANÁLISE DIGITAL DO LICENCIAMENTO FLORESTAL

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: COORDENAR OS TRABALHOS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO NO LICENCIAMENTO FLORESTAL.

Descrição da Meta Física: PROPRIEDADES DE REFERENCIA ESTABELECIDAS E MONITORADAS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: MARCILIO DA CRUZ MATTOS



Estado de Mato Grosso

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	7476

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
8000	8000	7476	93,45	93,45

Análise da Meta Física

Apesar da meta física ter um ótimo resultado, deve-se esclarecer uma situação: Após a elaboração do PTA 2008 foi criada uma ferramenta de inserção de geometrias na base da SEMA, o Importador de Shapes ou SIMLAM Técnico. Quando a meta foi elaborada, a seqüência de trabalho era a seguinte: Inserção da geometria na base e depois a conferência da mesma. Após a criação da ferramenta o processo mudou. A ferramenta automaticamente confere a situação da geometria e caso a mesma atenda as especificações técnicas das normas do licenciamento, entra no Sistema Integrado de Licenciamento e Monitoramento Ambiental – SIMLAM e é conferido por servidor da Coordenadoria de Geoprocessamento que valida ou não as informações. Caso o servidor visualize algum problema retira-a da base. Portanto, só faz parte da base as geometrias de propriedades que estão dentro das normas (4.248) e não todas as protocoladas (7.476). Porém todos os mapas digitais foram monitorados pela COGEO que ainda confeccionou em 16.736 mapas de dinâmica de desmatamento e sobreposição de propriedades rurais.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	195.000,00	64.500,00	64.500,00	0	33,08	100,00
109	120.000,00	68.516,86	68.300,86	0	56,92	99,68
240	100.000,00	32.518,50	32.518,50	0	32,52	100,00
Todas	415.000,00	165.535,36	165.319,36	0	39,84	99,87

Capacidade de Planejamento:

O indicador de PPD mostrou-se deficiente devido à rotatividade de servidores na Coordenadoria de Geoprocessamento. No ano de 2007 a mesma teve 3 coordenadores e em 2008 houve 2 substituídos. O planejamento ficou totalmente prejudicado.

Capacidade de Execução:

A ação teve um ótimo indicador de CPFID pelo fato de os R\$ 269.522,36 que restaram após os remanejamentos serem totalmente utilizados. Porém a execução poderia ter sido melhor frente ao fato de que a Coordenadoria de Processamento passou por mudança de gestão, sendo alterado seu coordenador e ainda teve de ficar 3 meses provisoriamente em uma sala que não cabiam todos os servidores e com infra-estrutura totalmente inadequada.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da ação foi plenamente atingido, mas os indicadores refletem a falta de estabilidade, principalmente no que diz respeito à alta rotatividade de servidores, o que, na Coordenadoria de Geoprocessamento em específico, tornou-se mais acentuado, visto que os trabalhos da coordenadoria eram o gargalo do licenciamento ambiental e o setor alvo de investigações policiais e de pressão do setor produtivo do Estado. Após a CPI da SEMA o respaldo à Superintendência de Gestão Florestal melhorou, mas o setor trabalhou em 2008 com 100% dos servidores terceirizados/contratados. A estrutura física inadequada, mesmo após a ampliação e reforma da Superintendência de Gestão Florestal, contribuiu para que o planejamento tivesse desempenho aquém. A execução só teve desempenho ótimo porque foi anulado R\$ 249.464,64 para atender a outras ações e a verba indenizatória.

Execução Orçamentária e Financeira:

2008 foi marcado por inúmeras mudanças na Coordenadoria de Geoprocessamento. O gestor mudou. Fomos lotados na Superintendência de Monitoramento e Indicadores Ambientais – SMIA como Coordenadoria de Geotecnologia e 2 meses após foi criada novamente a Coordenadoria de Geoprocessamento, dentro da Superintendência de Gestão Florestal, agora não mais com funções de monitoramento, mas somente de coordenação, atendendo somente o licenciamento ambiental. Disponibilizamos R\$ 116.614,70 para a Coordenadoria de Gestão do Fogo combater incêndios (por ordem superior), R\$ 1.862,94 para a verba indenizatória, R\$ 40.987,00 para a ação 4079 para capacitação de servidores e R\$ 90.000,00 para a ação 1554 para a aquisição do Sistema de Segurança da SGF, porém as 2 últimas foram estornadas e terão de ser executadas em 2009. Os valores empenhados na ação foram: R\$ 61.500,00 na aquisição de material de consumo; R\$ 14.500,00 para passagem (usado pela Coordenadoria de Apoio Logístico); R\$ 9.365,50 para material de permanente (máquina digital e



Estado de Mato Grosso

móveis); R\$ 79.503,86 para o pagamento do serviço de instalação de rede lógica da Superintendência de Gestão Florestal; Totalizando R\$ 165.319,35.

Outros Aspectos Relevantes:

Não houve utilização de recursos não orçamentários.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

O importador de Shapes, ferramenta desenvolvida pela Coordenadoria de Geoprocessamento tornou-se um marco nas mudanças ocorridas Superintendência de Gestão Florestal. A capacitação de mais de 500 engenheiros florestais, em parceria com a Universidade Federal de MT, foi de suma importância para o melhoramento do processo de licenciamento de propriedades rurais e hoje somos pioneiros em tal tecnologia, sendo reconhecidos mundialmente pela tecnologia empregada nos nossos sistemas. Após as diversas mudanças ocorridas é necessário rever a ação pois a mesma não mais atende algumas situações visto que a Coordenadoria de Geoprocessamento não possui mais a função de rotina de implementação de áreas degradadas, visto que tal função está a cargo da Superintendência de Biodiversidade e tem em sua atual meta atender somente o licenciamento de propriedades rurais no que tange a LAU, Planos de Manejo Sustentáveis e Áreas Reflorestadas. Deveremos ainda mudar parte da rotina atual do Importador de Shapes, desenvolvendo uma rotina onde todas as geometrias protocoladas façam parte da base de dados da SEMA, mesmo não tendo atendido todas as especificações de normas técnicas para podermos ter o controle de todas propriedade em licenciamento imediatamente após o protocolo, que incide especificamente na meta da ação.

Ação: 4089 - FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SUB PRODUTOS FLORESTAIS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: COIBIR E CONTROLAR O TRANSPORTE, COMÉRCIO E O ARMAZENAMENTO DOS PRODUTOS E SUB PRODUTOS FLORESTAIS.

Descrição da Meta Física: FISCALIZACAO REALIZADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: EDUARDO RODRIGUES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	85

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
60	60	85	141,67	141,67

Análise da Meta Física

Considera-se como produto, nesta ação, cada viagem realizada por equipe de fiscalização. Em cada viagem são realizadas diversas atividades de fiscalização. Durante o ano de 2008 foram realizadas ações de fiscalização de caminhões que resultaram na emissão de 432 autos de infração, tendo sido apreendidos 6.864,3326 m3 de madeira e 258caminhões, resultando na aplicação de R\$ 5.231.785,32 em multas. No mesmo período, em ações de fiscalização realizadas em madeiras, foram apreendidos 27.142,1480 m3 de madeiras, tendo sido emitidos 59 autos de infração, resultando na aplicação de R\$ 16.576.681,86 em multas. O cumprimento da meta física deu-se acima do previsto no Plano de Trabalho Anual de 2008, que previu a realização de 60 fiscalizações durante o ano. Em 2008 foram executadas 85 ações, o que representa o alcance de 141,66 da meta anual.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	400.000,01	359.517,72	221.983,13	0	55,50	61,74
Todas	400.000,01	359.517,72	221.983,13	0	55,50	61,74

Capacidade de Planejamento:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros



Estado de Mato Grosso

setores da Secretaria. Foi indeferido pela Secretaria de Estado de Administração processo de aquisição de frigobar, bebedouro elétrico e telefone sem fio, materiais que iriam equipar a Superintendência de Fiscalização e seriam pagos com recursos desta ação. O processo para aquisição de notebooks, que utilizaria recursos desta ação, não foi realizado, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. Foi indeferido pelo governo do Estado processo de compra de motocicletas no valor total de R\$ 143.000,00, com recursos que também seriam provenientes desta ação.

Capacidade de Execução:

Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, foram contratados novos técnicos somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Foi indeferido pela Secretaria de Estado de Administração processo de aquisição de frigobar, bebedouro elétrico e telefone sem fio, materiais que iriam equipar a Superintendência de Fiscalização e seriam pagos com recursos desta ação. O processo para aquisição de notebooks, que utilizaria recursos desta ação, não foi realizado, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. Foi indeferido pelo governo do Estado processo de compra de motocicletas no valor total de R\$ 143.000,00, com recursos que também seriam provenientes desta ação.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico desta Ação, que é coibir e controlar o transporte, comércio e armazenamento dos produtos e subprodutos florestais foi atingido em sua totalidade.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2008: R\$ 400.000,01; Total das anulações: R\$ 256.437,28; Total das suplementações: R\$ 215.954,99; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 359.517,72; Saldo da dotação em 31/12/2008: R\$ 138.032,59. Para a ação 4089 foi previsto no PTA 2008 o valor de R\$ 400.000,01. Houve um remanejamento de R\$ 26.125,00, necessário devido a um erro de digitação por ocasião da elaboração do PTA (o elemento correto é 33901400). Os remanejamentos foram necessários para viabilizar a aquisição de materiais permanentes. As diárias totalizaram R\$ 109.735,00, durante o ano de 2008. Foi executado 61,60% do orçamento (considerando saldo orçamentário após anulações e suplementações).

Outros Aspectos Relevantes:

Foram adquiridos aparelhos de GPS, máquinas fotográficas e computadores. O processo para aquisição de notebooks, que utilizaria recursos desta ação, não foi realizado, em virtude da não finalização do Registro de Preço realizado pela Secretaria de Estado de Administração. Foi indeferido pelo governo do Estado processo de compra de motocicletas no valor total de R\$ 143.000,00, com recursos que também seriam provenientes desta ação. Foram adquiridos ainda 12 barcos e 12 carretas de alumínio para transporte de barcos, utilizando recursos desta ação, materiais permanentes que irão equipar, além da Superintendência de Fiscalização, as unidades desconcentradas e unidades de conservação estaduais. Outro processo de aquisição efetuado com recursos desta ação teve como objeto a compra de cadeiras e mesas para atender a Superintendência de Fiscalização. Foi indeferido pela Secretaria de Estado de Administração processo de aquisição de frigobar, bebedouro elétrico e telefone sem fio, materiais que iriam equipar a Superintendência de Fiscalização e seriam pagos com recursos desta ação.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:



Estado de Mato Grosso

Relatório Analítico de Programa

Programa: 0182 - GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS

Origem do Programa:

Objetivo do Programa: ORDENAR O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO COM QUALIDADE AMBIENTAL.

Público Alvo: REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, USUARIOS DE AGUA E ORGANIZACOES GOVERNAMENTAIS.

Unidade Resp. Programa: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Responsável pelo Programa: LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI - SURH

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
Nº DE ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE E QUANTIDADE DE ÁGUA EM OPERAÇÃO	Anual	UNIDADE	80	120	90	99	31/12/2008
Nº DE POÇOS E IRRIGAÇÕES COM LICENÇAS DE OPERAÇÃO OU CERTIDÃO DE CADASTRO EMITIDAS	Anual	UNIDADE	2000	3200	2300	928	31/12/2008
Nº DE REUNIÕES PARA SENSIBILIZAÇÃO E FOMENTO A ORGANISMOS DE BACIA REALIZADAS	Anual	UNIDADE	5	20	10	7	31/12/2008
NÚMERO DE UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO COM EMISSÃO DE OUTORGA IMPLANTADA	Anual	UNIDADE	0	8	2	1	31/12/2008

Análise de indicadores

O Estado Possui em operação 40 estações de qualidade da água, em locais onde já existem estações fluviométricas; esta rede é chamada de Rede Básica, e foi instituída pela resolução nº 16 do CEHIDRO, existe mais 34 estações de qualidade da água em rios do estado que não possuem estações fluviométricas e 25 locais de monitoramento de balneabilidade, totalizando até o momento 99 estações de monitoramento em operação. Em 2008 foram realizadas 7 eventos para fomentar a criação dos comitês de bacia hidrográfica estadual na forma de seminários, reuniões e cursos sobre recursos hídricos. A previsão de 2 UPG com a outorga implantada não foi alcançada devido a demora na entrega do sistema computacional, que ocasionou um atraso na meta prevista, entretanto este indicador será alcançado com tranquilidade no decorrer da execução do PPA.

Análise do Programa

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
2.524.676,85	5.088.849,47	1.697.796,88	0	67,25	33,36

Capacidade de Planejamento:

Existe uma dificuldade para que os processos licitatórios sejam finalizados, entretanto existe dificuldade de interlocução entre os responsáveis pelas ações, pois a execução de algumas ações, foge do controle do coordenador do Programa, citando por exemplo as ações 2357 de responsabilidade de execução pelo Superintendência de Fiscalização e a ação 1567, de responsabilidade de execução por outra Secretaria de Estado. Salienta-se que todos os Termos de Referências previstos foram elaborados e encaminhados ao setor competente para procedimentos administrativos necessários, entretanto muitos deles não se findam dentro do período do exercício, acarretando a não execução do orçamento previsto inicialmente.

Capacidade de Execução:

O desempenho considerado altamente deficiente ocorreu principalmente junto a ação 1567 - Identificação e Caracterização de Aquíferos e Recursos Minerais que deixou de executar R\$ 1.211.410,40 do orçamento previsto após suplementações, cujos motivos não foram informados pela METAMAT, responsável pela ação. Contribuiu também para este fraco desempenho a não aquisição das estações hidrométricas previstas na ação 4057 - Instrumentalização da Gestão de Recursos Hídricos, no valor de



Estado de Mato Grosso

R\$ 1.137.658,94, não autorizado pelo setor competente do governo.

Execução do Programa:

Pode-se relacionar os avanços obtidos através do monitoramento efetivo de 74 estações de qualidade de água, buscando informações necessárias para o gerenciamento dos recursos hídricos do Estado. Para sistematização das informações sobre recursos hídricos existentes nos processos de licenciamento ambiental, foram contratadas duas equipes para abastecer o Sistema de Informações SIMLAM - Sistema de Informação e Monitoramento de Licenciamento Ambiental e SIAGAS - Sistema de Informação de Águas Subterrâneas. No decorrer deste ano foi dada continuidade a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, onde o Estado realizou três Encontros Públicos, atendendo a três regiões hidrográficas (Amazonia, Paraguai e Tocantins-Araguaia) com intuito de apresentar os resultados da elaboração e colher sugestões regionais para subsidiar a construção do Plano de formas descentralizada e participativa, conforme preceitos da Legislação Estadual sobre Recursos Hídricos (Lei nº. 6945). Realizou-se vários eventos para divulgação da Política Estadual de Recursos Hídricos, com enfoque na conservação da água e na formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, onde pode-se citar dois Seminários Regionais e um Estadual, além de palestras, cursos e reuniões com diversas entidades públicas e organizações não governamentais.

Resultados:

O Programa 182 – Gestão de Recursos Hídricos atendeu as ações previstas no PTA 2008. Onde conseguimos de fato a realizar a Gestão de Recursos Hídricos, com a implantação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, tais como: , Outorga de captação de água superficial e formulação do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Planejam para implementar outros instrumentos a posteriori, tais como: Enquadramento dos Corpos de Água, Cobrança e Sistema de Informação de Recursos Hídricos. A Política de Recursos Hídricos é peculiar em seu contexto, pois tem como princípio a Gestão Descentralizada e Participativa. Sua implantação depende muito do envolvimento da sociedade/população. Nossos esforços, através das palestras realizadas e das visitas aos municípios, estão centrados no convencimento de que participar do processo de decisão é muito importante, pois assim seus anseios e suas necessidades serão ouvidas e a realidade local será conhecida. Tivemos em evidencia durante todo ano com Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO que cumpre seu papel de interlocutor com os demais Órgãos do Governo e também da Sociedade Civil Organizada e dos Usuários de Água. As ações realizadas foram possíveis em função do trabalho árduo desenvolvido por esta Superintendência, pois estamos com um número de técnicos inferior ao necessário para as tarefas sob nossa responsabilidade, mesmo assim, conseguimos realizar outras atividades que não estavam previstas no PTA. Os resultados apresentados na ação 2356- Licenciamento efetivo de empreendimentos usuários da água, foram realizados, mesmo com a nova estrutura organizacional da SEMA onde as ações de licenciamento de poços e sistema de irrigação passaram a ser de responsabilidade de outra Superintendência (SUIMIS).

Principais Restrições e providências adotadas:

Morosidade na tramitação dos processos administrativos encaminhados a SAD. Para solução do problema foi comunicado ao setor competente da SEMA para tomar ciência do ocorrido e acompanhamento mais efetivo dos processos. Recursos suplementados durante a execução do exercício prejudicam a proposta inicial do PTA, pois se amplia o volume de trabalho, permanecendo com o mesmo número de técnicos para atender uma demanda ampliada, o que ocasiona a demora na preparação dos termos de referência, e dependendo da época do ano que acontece a suplementação, não há tempo hábil para tramitação dos processos junto ao setor administrativo (SEMA e SAD). Nestes casos não há o que fazer a não ser pressionar os setores envolvidos para agilizar os processos. Para sanar estes problemas sugere-se o aumento do número de técnicos, e maior agilidade nos processos licitatórios.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação: 1567 – IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AQUÍFEROS E RECURSOS MINERAIS

Unidade Responsável: 17501-COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

Objetivo Específico: DAR SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO EM ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E PERFURAR POÇOS TUBULARES PROFUNDOS PARA ATENDER AS COMUNIDADES CARENTES EM ÁGUA POTÁVEL E GERAR BANCO DE DADOS PARA A CONFECÇÃO DO MAPA HIDROGEOLOGÍCO.

Descrição da Meta Física: POÇO TUBULAR PROFUNDO PERFURADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: LUCINEY VALDECY FERREIRA

Região de Planejamento	Meta
0600 - SUL	0
0700 - SUDOESTE	0
0900 - CENTRO OESTE	0
1000 - CENTRO	0

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
9	0	0		

Análise da Meta Física

A meta física deste projeto não foi atingida, por vários motivos: primeiro, na época da elaboração do PTA/orçamento de 2008, previa-se a contratação de empresas para a perfuração de 09 poços nas seguintes regiões: 600 - Sul (2 poços), 700 – Sudoeste (02 poços), 900 – Centro Oeste (3 poços) e na região 1.000 – Centro (2 poços); porém, no decorrer do exercício, por conveniência administrativa, técnica e econômica, o Estado decidiu que os poços seriam construídos em parceria METAMAT/SINFRA. Desta forma, a execução seria caracterizada como obra (despesa de capital), mas, como no projeto não fora previsto recurso para investimento, foi necessário o envio de Pedido de Crédito Especial à Assembléia, para alteração do orçamento da METAMAT, o que demandou tempo. Após a efetivação do crédito suplementar, abriu-se o procedimento licitatório, que também, por força da lei 8.666/93, exige prazos para as diversas etapas do processo. Com isso, ao concluir a licitação, foram feitos empenhos, mas já não havia tempo hábil para a realização das obras. Diante disso, os empenhos foram estornados e as obras nas regiões previstas foram transferidas para o exercício seguinte (2009).

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	0,00	500.000,00	0,00	0	0	0
109	461.974,00	773.090,44	61.680,00	0	13,35	7,98
Todas	461.974,00	1.273.090,44	61.680,00	0	13,35	4,84

Capacidade de Planejamento:

A execução orçamentária em relação à dotação inicial /LOA teve um desempenho altamente deficiente, devido a falta de tempo hábil para a perfuração dos poços artesanais tubulares previstos no PTA/LOA-2008.

Capacidade de Execução:

A execução orçamentária foi altamente deficiente, se comparada à dotação final, após crédito suplementar, visto que durante o exercício houve um crescimento da demanda para perfuração e licenciamento de mais 20 poços tubulares profundos, que, somados aos planejados no PTA/LOA, totalizariam 29 poços. Como necessitou de abertura de crédito especial, por meio de lei aprovada pela Assembléia Legislativa e posteriormente de licitação, o tempo foi exíguo, impossibilitando a execução orçamentária na proporção prevista.

Alcance do Objetivo Específico:

O Objetivo específico deste projeto foi parcialmente alcançado, obtendo um desempenho altamente deficiente, em função da exiguidade de tempo para criar crédito especial e licitar as obras de perfuração dos poços artesanais tubulares nas regiões



Estado de Mato Grosso

previstas no orçamento. Contudo, houve a execução física de outras ações previstas no PTA, que contribuíram para o resultado apresentado no projeto.

Execução Orçamentária e Financeira:

A execução orçamentária ocorreu de acordo com as dotações autorizadas na LOA e em compatibilidade com o fluxo de recursos financeiros, que resultaram na execução dos seguintes serviços: sondagem, confecção de mapas geológicos e fornecimento de dados de poços artesianos tubulares.

Outros Aspectos Relevantes:

Os principais objetos de gastos foram: Despesas com serviços de terceiros pessoa jurídica para a contratação da empresa Geopoços Hidroconstruções e Comércio Ltda no Valor: R\$ 29.800,00; Diárias aos técnicos, motorista e auxiliar de campo R\$ 21.100,00 e serviços de terceiros pessoa física para auxiliar os serviços de campo R\$ 10.700,00. As despesas totalizaram R\$ 61.600,00 e todo o recurso utilizado foi orçamentário.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Nada a registrar.

Ação: 2356 - LICENCIAMENTO DE POÇOS TUBULARES E SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: LICENCIAR POÇOS TUBULARES E SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO

Descrição da Meta Física: LICENÇAS EMITIDAS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: CARLOS ALBERTO LOPES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	928

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
600	600	928	154,67	154,67

Análise da Meta Física

O cumprimento da ação não foi executada plenamente em razão da mudança do organograma da SEMA onde as ações de Licenciamento tanto de poços como sistema de irrigação passou a ser responsabilidade da SUIMIS. Mas ainda assim, houveram cumprimento das ações de Licenciamento, em regiões do Estado, principalmente de Licenciamento de poços tubulares. A exigência de planejamento para regiões não é adequado, pois na realidade essa ação é realizado por demandas.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	146.080,00	146.080,00	108.900,00	0	74,55	74,55
240	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0	100,00	100,00
Todas	166.080,00	166.080,00	128.900,00	0	77,61	77,61

Capacidade de Planejamento:

É considerado como produto desta ação o número de Licenças emitidas no Estado de Mato Grosso. Em razão de mudança da estrutura organizacional de SEMA em março de 2008, as ações de licenciamento de poços e sistema de irrigação passou a ser de responsabilidade da SUIMIS. mas mesmo assim não foi impeditivo de atendimento as metas prevista anteriormente. Conseguimos executar o planejamento de forma regular, onde foram disponibilizados as diárias e aluguel de veículos para o trabalho de campo.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

Alcance do Objetivo Específico:

Execução Orçamentária e Financeira:

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Lembramos que esta ação, à partir de reestruturação organizacional da SEMA passou-se a ter outro responsável pela execução. Esperamos que com o novo PPA 2012 a 2016, reestabelecer a responsabilidade desta ação. Sugiro que o planejamento para este tipo de ação, seja para o Estado, não por regiões como que estabelece o PPA.

Ação: 2357 - FISCALIZACAO DE EMPREENDIMENTOS USUARIOS DE AGUA
Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico: VERIFICAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLACAO AMBIENTAL REFERENTE A RECURSOS HIDRICOS POR PARTE DOS EMPREENDIMENTOS.
Descrição da Meta Física: FISCALIZACAO REALIZADA
Unidade de Medida: UNIDADE
Responsável pela Ação: JONAS DUARTE DE ARAUJO - CAP. PM

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	315

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1000	979	315	31,50	32,18

Análise da Meta Física

Considera-se como produto, nesta ação, cada empreendimento fiscalizado. O planejamento físico e orçamentário desta ação foi elaborado considerando que uma campanha de fiscalização poderá ser subdividida em diversas ações (ex: região norte → 01 campanha = 10 ações, ou seja, 10 empreendimentos fiscalizados). Outro fator importante considerado como base para o planejamento foram as condições existentes na época da elaboração do PPA, que resultaram na previsão de índices de crescimentos fundamentados conforme a seguir: estruturação e reestruturação física das Unidades Desconcentradas; formação de equipes técnicas multidisciplinares com a contratação de técnicos e agentes ambientais para a Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, bem como para as Unidades Desconcentradas, o que resultaria em maior número de equipes em ações; melhorias na logística disponibilizada. No entanto, a situação atual é a seguinte: falta de estrutura nas Unidades Desconcentradas (foram contratados novos técnicos somente em dezembro); houve redução no número de Unidades Desconcentradas. Os fatos expostos influenciaram o alcance da meta física. Em 2008 foram fiscalizados 57 municípios, tendo sido emitidos 108 notificações, 74 autos de inspeção, 13 termos de embargo e 29 autos de infração, totalizando R\$ 3.907.800,00 em multas.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	9.998,71	9.998,71	4.677,43	0	46,78	46,78
109	150.001,90	150.001,90	86.828,00	0	57,88	57,88
240	79.999,42	54.135,60	24.590,60	0	30,74	45,42
245	1.000,00	0,00	0,00	0	0	0
261	9.999,99	9.999,99	0,00	0	0	0
Todas	251.000,02	224.136,20	116.096,03	0	46,25	51,80



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

No ano de 2008 as suplementações totalizaram R\$ 70.000,00, e as anulações R\$ 96.863,82. Os valores suplementados foram destinados à aquisição de materiais permanentes. Parte dos valores anulados nesta ação objetivaram a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. Salientamos que os recursos previstos na Fonte 261 não foram utilizados devido ao fato de não terem sido firmados convênios federais para a sua utilização. Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, novos técnicos foram contratados somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados no PPD (análise do planejamento e programação da despesa).

Capacidade de Execução:

De janeiro a dezembro de 2008 foram executados 51,79% do orçamento previsto para 2008 (considerando saldo após suplementações e anulações). Parte dos valores anulados nesta ação objetivaram a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. Os recursos alocados nesta ação, por ocasião da elaboração do PTA 2008, foram previstos levando-se em conta a projeção de aumento do número de técnicos e a estruturação das Unidades Desconcentradas. No entanto, novos técnicos foram contratados somente em dezembro de 2008. Por estes motivos, somados ao fato de que parte das aquisições da Superintendência de Fiscalização não foi concluída em virtude de entraves administrativos, e considerando a existência de fatores externos a esta Superintendência que impossibilitaram a execução total do orçamento, foi disponibilizada, em outubro de 2008, parte dos recursos desta ação para remanejamentos a critério da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, de forma a atender outros setores da Secretaria. Os motivos acima elencados contribuíram para os resultados do desempenho apurados no COFD (análise da capacidade operacional financeira da despesa).

Alcance do Objetivo Específico:

Considera-se como produto, nesta ação, cada empreendimento fiscalizado. O planejamento físico e orçamentário desta ação foi elaborado considerando que uma campanha de fiscalização poderá ser subdividida em diversas ações (ex: região norte → 01 campanha = 10 ações, ou seja, 10 empreendimentos fiscalizados). Outro fator importante considerado como base para o planejamento foram as condições existentes na época da elaboração do PPA, que resultaram na previsão de índices de crescimentos fundamentados conforme a seguir: estruturação e reestruturação física das Unidades Desconcentradas; formação de equipes técnicas multidisciplinares com a contratação de técnicos e agentes ambientais para a Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, bem como para as Unidades Desconcentradas, o que resultaria em maior número de equipes em ações; melhorias na logística disponibilizada. No entanto, a situação atual é a seguinte: falta de estrutura nas Unidades Desconcentradas (foram contratados novos técnicos somente em dezembro); houve redução no número de Unidades Desconcentradas. Os fatos expostos influenciaram diretamente o alcance do objetivo específico da ação 2357.

Execução Orçamentária e Financeira:

Dotação Inicial PTA 2008: R\$ 251.000,02; Total das anulações: R\$ 96.863,82; Total das suplementações: R\$ 70.000,00; Saldo após suplementações e anulações: R\$ 224.136,20; Saldo da dotação em 31/12/2008: R\$ 108.040,17. Para a ação 2357 foi previsto no PTA 2008 o valor de R\$ 251.000,02. No ano de 2008 as suplementações totalizaram R\$ 70.000,00, e as anulações R\$ 96.863,82. Os valores suplementados foram destinados à aquisição de materiais permanentes. Parte dos valores anulados nesta ação objetivaram a viabilização da previsão orçamentária destinada ao pagamento da verba indenizatória devida aos servidores efetivos da SEMA. Foram utilizados R\$ 40.765,00 para pagamento de diárias. De janeiro a dezembro de 2008 foram executados 51,79% do orçamento previsto para 2008 (considerando saldo após anulações e suplementações). Convém salientar que quando são realizadas fiscalizações de empreendimentos, utilizando recursos da ação 4082 (Fiscalização das Atividades Poluidoras), também são vistoriados empreendimentos usuários de água.

Outros Aspectos Relevantes:

Foram utilizados R\$ 40.765,00 para pagamento de diárias. Foram adquiridos computadores (desk tops) utilizando recursos desta ação, material permanente que irá equipar a Superintendência de Fiscalização e as Unidades Desconcentradas.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

A meta física da Ação, por ocasião da elaboração do PPA, foi superestimada, e após revisão, será alterada.



Estado de Mato Grosso

Ação: 2358 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DE AGUA

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DISPONIBILIZAR INFORMACOES DE QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HIDRICOS.

Descrição da Meta Física: AMOSTRAS ANALISADAS

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: ADELIA ALVES DE ARAUJO

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	590

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
300	300	590	196,67	196,67

Análise da Meta Física

Realizou-se dentro desta ação o Monitoramento de Qualidade de Água em 74 estações de qualidade da água, com uma frequência trimestral, distribuídas em todo o Estado, os resultados estarão disponíveis no site da SEMA para consulta. Monitoramento da qualidade da água destinado a balneabilidade em 25 locais frequentados pela população. Atendimento a demandas externas de análises laboratoriais para prefeituras, poder judiciário, politec, Secretaria de Estado de Saúde, etc. totalizando 169 amostras analisadas. Reforma parcial do Laboratório da SEMA, assim como aquisição de equipamentos e material de consumo para Laboratório. Destaca-se nesta ação a finalização dos trabalhos de regionalização de vazão e construção do sistema de outorga de captação iniciado em 2007, e elaboração e aprovação do Termo Aditivo no mesmo contrato para elaboração do Sistema de Outorga de Diluição.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	480.800,00	1.115.456,11	786.607,21	0	163,60	70,52
240	54.000,00	36.070,00	13.890,00	0	25,72	38,51
245	9.000,00	9.000,00	0,00	0	0	0
261	68.116,87	68.116,87	0,00	0	0	0
Todas	611.916,87	1.228.642,98	800.497,21	0	130,82	65,15

Capacidade de Planejamento:

O desempenho considerado regular com 130.83% dos créditos empenhados em relação a dotação inicial, se deve principalmente a pagamento de STPJ, onde foi empenhado R\$ 658.647,50, contra uma previsão inicial de 185.000,00. Para aquisição de reagentes foi empenhado R\$ 48.207,49 contra uma dotação inicial de R\$ 40.000,00, necessitando de uma suplementação para estes gastos. Embora créditos no valor de R\$ 77.116,87, das Fonte 245 e 261 não tiveram recursos disponíveis.

Capacidade de Execução:

A justificativa do desempenho regular (65,15%) do COFD, baseia-se nos seguintes fatos: A ampliação do Laboratório (prot. 364194/2008) da SEMA com previsão orçamentária de R\$ 88.800,00 não aconteceu, porque não houve prazo hábil para preparação do projeto pela SINFRA para posterior licitação da obra. Não existência de recursos na Fonte 261 e 245, totalizando R\$ 77.116,87. Não aprovação da consultoria prevista para acreditação do Laboratório no valor de R\$ 60.000,00 (prot. 190024/2008).

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico foi parcialmente alcançado em função da execução do monitoramento da qualidade da água que resultou em dados para preparação de quatro relatórios a serem publicados e disponibilizados no site da SEMA, assim como no carregamento destes dados no banco de dados da ANA (HidroWeb). Contudo não houve avanço na implantação da rede de monitoramento hidrológico quantitativa, devido a não aquisição das estações pluviométricas e fluviométricas previstas.



Estado de Mato Grosso

Execução Orçamentária e Financeira:

Com exceção das fontes 261 e 245 que não tiveram recursos disponíveis, não houve problemas na liberação dos recursos para execução das ações previstas. Houve uma suplementação de recursos no mês de junho de R\$ 530.000,00 para Compra de Mat. de Consumo e elaboração do Plano de adensamento hidrológico, entretanto o recurso foi distribuído para ser utilizado no pagamento e aditamento do contrato de outorga, na execução de dois contratos para sistematização das informações sobre recursos hídricos. Houve também uma anulação de R\$ 292.078,18 desta ação para supletar a ação 4057 com objetivo de adquirir estações hidrológicas. Foram feitos reamanejamentos dentro da mesma ação para tentar viabilizar as seguintes tarefas: contratação de especialista para acreditação do laboratório que inicialmente estava como STPF e foi remanejado para STPJ; Ampliação do Laboratório da SEMA, que inicialmente estava previsto STPJ e foi remanejado para Obras e Reformas. Entretanto o esforço para viabilizar as tarefas citadas não tiveram êxito em função da falta de tempo hábil para sua execução.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 4057 - INSTRUMENTALIZAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	
Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	
Objetivo Específico:	IMPLANTAR E OPERACIONALIZAR OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO: PLANO ESTADUAL, SISTEMA DE INFORMAÇÃO, OUTORGA E ENQUADRAMENTO POR UPG - UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO HÍDRICO.
Descrição da Meta Física:	UPG'S - UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO HÍDRICO INSTRUMENTALIZADAS
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação: LEANDRO MARASCHIN	

Região de Planejamento	Meta
0700 - SUDOESTE	1

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4	4	1	25,00	25,00

Análise da Meta Física

A implantação de todos os instrumentos de recursos hídricos numa área piloto se mostrou uma meta difícil de ser atingida num curto espaço de tempo, isto porque alguns instrumentos têm prioridades sobre outros e o processo de implantação é gradativo e demorado em função da estrutura da SEMA. Entretanto o Estado avançou na implementação da Outorga de água, com o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos; conclusão dos estudos de regionalização de vazões e do sistema de apoio a decisão para outorga de captação; aquisição de servidor para suporte do sistema; preparação de termo aditivo para construção do módulo de outorga de diluição; divulgação das informações pelo site da outorga; emissão de 16 outorgas e 1 outorga prévia. O Estado avançou também na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, onde realizou-se 3 encontros públicos para apresentar e colher informações regionais, para a fase de proposição de programas e projetos, além de reuniões para harmonização do referido Plano com o ZSEE/MT, PERH/MS e PNRH. Com relação ao Sistema de informações, foram contratadas duas equipes para sistematizar informações de recursos hídricos disponíveis na SEMA.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	90.000,00	90.000,00	0,00	0	0	0
109	403.755,96	1.671.560,85	305.555,54	0	75,68	18,28
240	159.800,00	104.800,00	73.025,10	0	45,70	69,68
261	25.000,00	25.000,00	0,00	0	0	0
Todas	678.555,96	1.891.360,85	378.580,64	0	55,79	20,02



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

O desempenho do PPD apresentou-se deficiente pelos seguintes motivos: Não houve recurso na fonte 261. foi estornado R\$ 80.000,00 da fonte 100, que tinha sido destinado para pagamento do contrato assinado (Prot. 392067/2008). Houve superdimensionamento nos recursos destinados a pagamento de diárias. Foi estornado R\$ 9.800,00 destinado ao pagamento de serviços gráficos referente Prot. 561007/2008. O crédito previsto para publicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos cotado em R\$ 200.000,00 foi licitado em R\$ 43.600,00. O Termo de Referência (Prot. 626227/2008) para aquisição de equipamentos para executar estudos Hidrogeológicos foi encaminhado, mas não foi concluído a tempo pelo setor administrativo.

Capacidade de Execução:

O índice de desempenho da COFD foi baixa devido a fatores acima já mencionados, reforçado pela suplementação de R\$ 1.190.000,00 em junho, destinada realizar estudos hidrogeológicos, construir sistema computacional para outorga de diluição de efluentes e publicar Plano Estadual de Recursos Hídricos. Das três tarefas citadas, somente a publicação do Plano foi concluída dentro desta ação, a tarefa de construção do sistema computacional para outorga foi remanejada para a ação 2358 remanejados para aquisição de estações hidrológicas dentro da mesma ação. O Termo de Referência (prot. 580779/2008) para aquisição das estações hidrológicas foi encaminhado ao setor administrativo para licitação e não foi concluído.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo a ser alcançado não foi satisfatório em função da não realização de algumas tarefa previstas, inicialmente e posteriormente a suplementação de junho. contudo pode-se avançar no sistema de informação com a contratação de duas equipes para sistematizar dados sobre de águas subterâneas e superficiais; na implantação do sistema computacional para a outorga; e no processo de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, assim como, sua publicação. Não houve avanço na implantação do enquadramento e na melhoria da rede hidrológica quantitativa.

Execução Orçamentária e Financeira:

O objetivo a ser alcançado não foi satisfatório em função da não realização de algumas tarefa previstas, inicialmente e posteriormente a suplementação de junho. contudo pode-se avançar no sistema de informação com a contratação de duas equipes para sistematizar dados sobre de águas subterâneas e superficiais; na implantação do sistema computacional para a outorga; e no processo de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, assim como, sua publicação. Não houve avanço na implantação do enquadramento e na melhoria da rede hidrológica quantitativa.

Outros Aspectos Relevantes:

Colaborou para o fortalecimento do sistema estadual de recursos hídricos, a nova estruturação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, onde foi instituída no âmbito na Superintendência de Recursos Hídricos a Gerência de Apoio e Fomento a Comitês de Bacia Hidrográfica, com a competência de dar apoio técnico e administrativo ao bom funcionamento dos Comitês já formados e no fomento (sensibilização, mobilização e institucionalização) de novos Comitês, além de atuar como interlocutor entre os Comitês e os demais Órgão que compoem o sistema. Destaca-se ainda a criação de um cargo de DAS-6 para secretariar os trabalhos do CEHIDRO.

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Recomenda-se maior agilidade nos procedimentos licitatórios.

Ação:	4058 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	APOIAR ORGÃO COORDENADOR/GESTOR, COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA E O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.
Descrição da Meta Física:	EVENTO REALIZADO
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	LUIZ HENRIQUE MAGALHAES NOQUELLI

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	23



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
25	25	23	92,00	92,00

Análise da Meta Física

O Fortalecimento do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos consiste no fortalecimento da SEMA como Órgão Coordenador/Gestor de Rec. Hídricos no Estado, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais. Para isto foram realizados vários eventos, sendo os principais: O CEHIDRO realizou 9 reuniões deliberativas, cujo resultados podem ser visualizados no site da SEMA. Para formação de novos Comitês foram realizados dois seminários regionais e um seminário Estadual sobre Recursos Hídricos, 7 reuniões para sensibilização e mobilização da sociedade, e 4 reuniões no CBH dos Rios Sapé e Varzea Grande. Realizou-se também Termos de Cooperação Técnica entre a SEMA e Agência Nacional de Águas, para implementação da Outorga de Direito de Uso de Rec. Hídricos; com o Serviço Geológico do Brasil, para implementar o sistema de informações de água subterrânea - SIAGAS; e com a Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, para gestão do Aquífero Guarani e elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A SEMA esteve presente com titular no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (4 reuniões) e na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do CNRH (6 reuniões), assim como no Fórum Nacional de Órgãos Gestores de Rec. Hídricos (3 reuniões).

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	277.700,00	230.239,00	151.256,80	0	54,47	65,70
240	29.500,00	29.500,00	26.936,20	0	91,31	91,31
Todas	307.200,00	259.739,00	178.193,00	0	58,01	68,60

Capacidade de Planejamento:

Dentro da presente ação foi indeferida a aquisição de um veículo inicialmente previsto, por isto o desempenho considerado Deficiente. Parte dos créditos orçamentários destinados a compra do veículo foram remanejados para a mesma ação para locação de veículo (R\$ 40.000,00) e outra parte no valor de R\$ 51.461,00, remanejado para a ação 2358 para executar outras atividades. Esta ação recebeu uma suplementação no valor de R\$ 50.000,00 em função de uma maior arrecadação da na fonte 109, mas no final do exercício houve remanejamento de R\$ 46.000,00 para a ação 2358 para viabilizar pagamento do Termo Aditivo do Contrato para o Sistema Computacional de Outorga de Diluição.

Capacidade de Execução:

Analisando o Quadro de Detalhamento de Despesas, observou-se que R\$ 68.527,00 não foram utilizados com Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, indicando que houve superdimensionamento dos valores para este elemento de despesa desde seu planejamento, reforçado ainda mais pelo remanejamento do crédito orçamentário dentro da mesma ação.

Alcance do Objetivo Específico:

Os desempenhos do PPD e do COFD mostraram-se deficiente e regular em função da não realização da compra de um veículo e do superdimensionamento dos valores destinados a STPJ, demonstrando que as metas foram alcançadas com recursos menores que os previstos.

Execução Orçamentária e Financeira:

Os objetivos específicos foram alcançados dentro do planejado. Os desempenhos do PPD e do COFD mostraram-se deficiente e regular em função da não realização da compra de um veículo e do superdimensionamento dos valores destinados a STPJ, demonstrando que as metas foram alcançadas com recursos menores que os previstos.

Outros Aspectos Relevantes:

Colaborou para o fortalecimento do sistema estadual de recursos hídricos, a nova estruturação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, onde foi instituída no âmbito na Superintendência de Recursos Hídricos a Gerência de Apoio e Fomento a Comitês de Bacia Hidrográfica, com a competência de dar apoio técnico e administrativo ao bom funcionamento dos Comitês já formados e no fomento (sensibilização, mobilização e institucionalização) de novos Comitês, além de atuar como interlocutor entre os Comitês e os demais Órgão que compoem o sistema. Destaca-se ainda a criação de um cargo de DAS-6 para secretariar os trabalhos do CEHIDRO.



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

A suplementação de valores no meio do exercício através de superávits de arrecadação dificulta o planejamento da ação em curso, o ideal seria prever estes valores no início da exercício para dar tempo hábil para sua execução.

Ação:	4059 - CAPACITAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS
Unidade Responsável:	27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Objetivo Específico:	CAPACITAR A EQUIPE DA SURH COM CONHECIMENTOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS PARA ATUAR NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO, ATRAVÉS DE CURSOS, TREINAMENTOS, OFICINAS, VISITAS TÉCNICAS, SEMINÁRIOS, WORKSHOP, ETC.
Descrição da Meta Física:	PESSOA CAPACITADA
Unidade de Medida:	PESSOA
Responsável pela Ação:	LEANDRO MARASCHIN

Região de Planejamento	Meta
0600 - SUL	31

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
30	30	31	103,33	103,33

Análise da Meta Física

Foram capacitados dezessete Técnicos de SEMA que trabalham na Superintendência de Recursos Hídricos, quatorze Técnicos da SEMA que trabalham em outras setores com afinidade com a gestão de recursos hídricos. Foram realizados aproximadamente quinze eventos que abordaram os temas de legislação sobre recursos hídricos superficiais e subterrâneos, gestão Integrada de águas, modelagem matemática aplicada aos recursos hídricos, hidrossedimentologia, procedimentos para outorga de direito de uso dos recursos hídricos, desenvolvimento regional, planejamento estratégico, comitês de bacias hidrográficas, estatística aplicada ao controle de incertezas analíticas, manejo de solo e água, hidrologia e meio ambiente, participação em simpósio, congresso e workshops sobre o tema.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	45.250,00	45.250,00	33.300,00	0	73,59	73,59
240	2.700,00	550,00	550,00	0	20,37	100,00
Todas	47.950,00	45.800,00	33.850,00	0	70,59	73,91

Capacidade de Planejamento:

Embora a meta tenha sido alcançada conforme planejado, o desempenho para a capacidade planejamento foi considerado regular, isto se deve pela não previsão de passagens aéreas para a totalidade das viagens, sendo utilizadas os créditos da ação 4058 para viabilizar o deslocamento. Outro motivo que contribuiu para este desempenho foi a mudança dos elementos de despesa para consultorias para ministrar os cursos por diárias para os técnicos realizarem suas capacitações em Brasília, onde órgão públicos oferecem capacitações a custo zero para os Estados.

Capacidade de Execução:

Não houve dificuldades com restrição de recursos financeiros para realização das capacitações. Cujo desempenho fora mencionado acima, destacando que houve um remanejamento de R\$ 2.150,00 para atender demanda da Verba Indenizatório Ambiental.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da presente ação foi atingindo e os técnicos foram capacitados em suas áreas de atuação conforme planejado, o desempenho considerado regular na execução orçamentária e financeira se deveu a uma economia a mudança de estratégia para capacitação, mudando os elementos de despesa para contratação de consultoria e material de consumo para



Estado de Mato Grosso

diárias e STPJ para possibilitar maior agilidade na efetivação das capacitações, assim como facilitou o deslocamento de técnicos para serem capacitados em Brasília sem a necessidade de pagamento de instrutores, reduzindo consideravelmente os custos previstos para as capacitação. Deve-se também a não previsão de transporte nesta ação, sendo utilizado os créditos da ação 4057.

Execução Orçamentária e Financeira:

Houve a necessidade de modificar os elementos de despesas inicialmente previstos para dar maior celeridade às capacitações e não houve problema de recurso para realização desta ação.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Existe dificuldade de contratação de profissionais locais para ministrar cursos específicos para operacionalização dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, A exceção são os professores de faculdades, principalmente as públicas que por força da legislação estão impedidos de prestarem serviços de consultoria ao Estado, daí a necessidade de buscar profissionais especializados fora do Estado.



Estado de Mato Grosso

Relatório Analítico de Programa

Programa: 0261 - DEFESA E PROTECAO DO MEIO AMBIENTE

Origem do Programa: CRESCIMENTO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS E CRESCIMENTO DESESTRUTURADO DAS CIDADES TEM CONTRIBUÍDO PARA DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Objetivo do Programa: GARANTIR A DEFESA E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.

Público Alvo: SOCIEDADE

Unidade Resp. Programa: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Responsável pelo Programa: GERSON NATALÍCIO BARBOSA

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
MUNICIPIO COM DESTINO ADEQUADO DE RESIDUOS SOLIDOS DE CONSTRUCAO	Anual	NÚMERO	8	48	18		
MUNICIPIO COM DESTINO ADEQUADO DE RESIDUOS SOLIDOS DE CONSTRUCAO	Anual	NUMERO	8	48	18		
MUNICIPIOS COM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	Anual	NÚMERO	8	48	18		
MUNICIPIOS COM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO	Anual	NUMERO	8	48	18		
UNIDADES DE SAUDE COM DESTINO ADEQUADO DOS RESIDUOS.	Anual	NÚMERO	11	51	21		
UNIDADES DE SAUDE COM DESTINO ADEQUADO DOS RESIDUOS.	Anual	NUMERO	11	51	21		

Análise de indicadores

Não foram passíveis de mensuração, pois a fonte de consulta desses indicadores é o anuário estatístico que tem sua edição com publicações de situação com defasagem de 2 anos, ou seja, a informação de 2008 só será conhecida em 2010.

Análise do Programa

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
1.430.000,00	1.281.174,00	1.173,50	0	0,08	0,09

Capacidade de Planejamento:

Capacidade de Execução:

Execução do Programa:

Resultados:

Principais Restrições e providências adotadas:

Outros Aspectos Relevantes:

Este programa apesar de não ter tido execução orçamentária e financeira, houve execução física cuja ações se protraem no tempo, são ações administrativas e judiciais adotadas cujas eficácias só podem ser auferidas após os trâmites de processos que hodiernamente rompem exercícios seguintes ao início da ação até que se preferem decisões.

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação: 3520 - COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: GARANTIR A INTEGRALIDADE DA VEGETAÇÃO NATIVA DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DAS ÁREAS PROTEGIDAS NOS BIOMAS DA FLORESTA AMAZONICA, CERRADO E PANTANAL.

Descrição da Meta Física: PROMOTORIAS COM ATUAÇÃO INTEGRADA

Unidade de Medida: PERCENTUAL

Responsável pela Ação: CLAUDIA DI GIACOMO MARIANO TOLEDO

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	0	0		

Análise da Meta Física

Apesar de não ter-se utilizado o recurso financeiro e orçamentário destinado para esta ação, houve atuação do Ministério Público no sentido de buscar garantir a integralidade da vegetação nativa das áreas de reserva legal e das áreas protegidas nos biomas com a finalidade de Defesa ao Meio Ambiente nos municípios: Alto Araguaia, Alto Taquari, Juína, Cotriguaçu, Comodoro, entre outros.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
100	150.000,00	1.174,00	1.173,50	0	0,78	99,96
261	650.000,00	650.000,00	0,00	0	0	0
Todas	800.000,00	651.174,00	1.173,50	0	0,15	0,18

Capacidade de Planejamento:

Capacidade de Execução:

Alcance do Objetivo Específico:

Execução Orçamentária e Financeira:

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 3835 - PROTEÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS

Unidade Responsável: 08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo Específico: IMPLEMENTAR AÇÕES PARA PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO RECURSOS HIDRICOS

Descrição da Meta Física: INFRATORES DA DEGRADAÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS RESPONSABILIZADOS

Unidade de Medida: PERCENTUAL

Responsável pela Ação: CLAUDIA DI GIACOMO MARIANO TOLEDO



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
13	13	0		

Análise da Meta Física

Apesar de não ter-se utilizado o recurso financeiro e orçamentário destinado para esta ação, houve atuação do Ministério Público no sentido de buscar a reparação de áreas degradadas com a finalidade de proteger os recursos hídricos em alguns Município do Estado: Em Chapada dos Guimarães - Riacho Coxipózinho na Estância Lagoa das Conchas; Primavera do Leste - área adjacente ao Córrego Traíras; Nova Xavantina - Destinação incorreta de resíduos líquidos no Rio Ribeirão Cachoeira e no Rio Areões pelo Frigorífico Independência; entre outros municípios.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
261	480.000,00	480.000,00	0,00	0	0	0
Todas	480.000,00	480.000,00	0,00	0	0	0

Capacidade de Planejamento:

Capacidade de Execução:

Alcance do Objetivo Específico:

Execução Orçamentária e Financeira:

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	3836 - CONTROLE DOS RESIDUOS SOLIDOS URBANOS, DE SERVIÇOS DE SAUDE, VOLUMOSOS E DA CONSTRUCAO CIVIL
Unidade Responsável:	08101-PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Objetivo Específico:	GARANTIR A CORRETA DESTINACAO DOS RESIDUOS SOLIDOS URBANOS, DE SERVICOS DE SAUDE, VOLUMOSOS E DA CONSTRUCAO CIVIL.
Descrição da Meta Física:	RESIDUOS COM DESTINO ADEQUADO
Unidade de Medida:	PERCENTUAL
Responsável pela Ação:	CLAUDIA DI GIACOMO MARIANO TOLEDO

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	12	0		



Estado de Mato Grosso

Análise da Meta Física

Apesar de não ter-se utilizado o recurso financeiro e orçamentário destinado para esta ação, houve atuação do Ministério Público no sentido de buscar a correta destinação dos resíduos sólidos urbanos, de serviços de saúde, volumosos e da construção civil com a finalidade de proteger o Meio Ambiente nos municípios: Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres, Diamantino, Nova Mutum, Pontes e Lacerda. Em relação ao recurso alocado nesta ação não foi utilizado, pois trata-se de recurso de convênio fonte 261, e não foi deslocado para nenhuma outra ação até mesmo porque não firmou-se parcerias com nenhum ente público, portanto o recurso alocado não teve execução.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
261	150.000,00	150.000,00	0,00	0	0	0
Todas	150.000,00	150.000,00	0,00	0	0	0

Capacidade de Planejamento:

Capacidade de Execução:

Alcance do Objetivo Específico:

Execução Orçamentária e Financeira:

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:



Estado de Mato Grosso

Relatório Analítico de Programa

Programa: 0179 - GESTAO DE AREAS DEGRADADAS

Origem do Programa:

O ESTADO DE MATO GROSSO APRESENTA UMA ECONOMIA COMPLEXA, COM PREDOMÍNIO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA QUE, PELA SUA ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO E PRÁTICAS INADEQUADA, PRODUZ DANOS AMBIENTAIS QUE EXIGEM MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS E DE RECUPERAÇÃO AMBIENTA

Objetivo do Programa:

PROMOVER A REDUÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL E A RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NOS BIOMAS DE MATO GROSSO VISANDO CONTRIBUIR COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

Público Alvo:

PRODUTORES RURAIS, INDUSTRIAIS, GARIMPEIROS, EMPRESÁRIOS DE MIN., COMUN. LOCAL E GESTORES PUBLICOS

Unidade Resp. Programa: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Responsável pelo Programa:

GABRIELA DA ROCHA PRIANTE TELES DE ÁVILA

INDICADORES

Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
DIAGNÓSTICO DE ÁREAS DEGRADADAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS	Anual	PERCENTUAL	0	100	30	30	1/12/2008
MAPEAMENTO DAS ÁREAS COM RÍSCOS POTENCIAL DE DEGRADAÇÃO	Anual	PERCENTUAL	0	100	20	20	1/11/2008
MICROBACIAS DEGRADADAS IDENTIFICADAS	Anual	UNIDADE	0	250	0	10	1/12/2008
NÚMERO DE PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS IMPLANTADOS NO ESTADO	Anual	UNIDADE	2	6	1	1	1/12/2008
QUANTIDADE DE ÁREAS DEGRADADAS RECUPERADAS NO ESTADO.	Anual	HECTARE	610	4610	1000	20	1/12/2008
QUANTIFICAÇÃO DE ÁREAS CRÍTICAS DEGRADADAS POR ANTROPIZAÇÃO NO ESTADO.	Anual	PERCENTUAL	0	100	30	30	1/12/2008
QUANTIFICAÇÃO DE MATAS CILIARES DEGRADADAS NO ESTADO	Anual	PERCENTUAL	0	100	20	20	1/12/2008
RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS EM UNIDADES CONSERVAÇÃO ESTADUAIS	Anual	HECTARE	0	1000	300	0	1/12/2008

Análise de indicadores

Os indicadores para os anos 2008 a 2011, mais uma vez não foram os mais adequados para avaliar o Programa 179. Os índices propostos foram super dimensionados mais uma vez, considerando: (i) a dependência de sucesso do processo licitatório para a recuperação das Unidades de Conservação Estaduais, (ii) que a análise dos relatórios, em 2008, sobre a execução dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas para 591 propriedades rurais cadastradas na SEMA, apresentados pelos responsáveis técnicos, revelam que o processo de recuperação está sendo desenvolvido em desacordo com o pactuado nos Termos de Ajustamento de Conduta ou que este não foi implementado nas áreas, (iii) o número limitado de técnicos e veículos para responder por todas as ações de recuperação previstas no PPA 2008-2011. Salienta-se, mais uma vez, que os técnicos estão cientes de os indicadores propostos não refletirem de forma abrangente os objetivos do Programa 179 e que serão necessários ajustes em 2009 visando determinar indicadores mais adequados para o PPA 2008-2011.

Análise do Programa

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA

Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
930.919,00	1.049.540,20	417.059,28	0	44,80	39,74



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Planejamento:

O Programa 179 apresentou deficiências na sua execução orçamentária e financeira, demonstrando a pouca familiaridade de os técnicos com o processo de planejamento, incluindo a definição de indicadores e a realização das despesas previstas no PTA-2008. Embora este documento tenha sido usado como ferramenta de gestão pela CMRAD, observa-se que ainda falta clara compreensão das exigências relacionadas a sua implementação, tanto por parte dos técnicos como da administração superior da SEMA, quando esta limita a execução das ações por motivos diversos. Contudo, é inquestionável os ganhos técnico e ambiental na construção do Programa 179 e a sua inclusão no PPA 2008-2011 do Governo do Estado. As áreas degradadas, embora não quantificadas com precisão, ocupam grandes extensões do território de Mato Grosso e qualquer esforço no sentido de reduzir este passivo ambiental tem significativa importância ambiental e social. É importante destacar que os técnicos que respondem pelo Programa 179 atualmente fazem uso do PTA, como ferramenta de planejamento, graças a atuação incisiva durante todo o ano da Coordenadoria de Planejamento da SEMA, que promove reuniões, esclarecimentos, informa e orienta sempre com presteza e agilidade os servidores.

Capacidade de Execução:

Os principais resultados obtidos pelo Programa 179 em 2008 são: (i) identificação, quantificação e mapeamento das matas ciliares e reservas legais degradadas, (ii) identificação e mapeamento das bacias hidrográficas mais com maior fragilidade e criticidade quanto ao potencial erosivo, (iii) acesso a informações sobre a degradação em unidades de conservação estaduais, (iv) avaliação da execução dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com 591 proprietários rurais, (v) avaliação das iniciativas de recuperação das matas ciliares pelas usinas de álcool, (vi) implementação de dois projetos piloto de recuperação, (vii) cadastramento dos atores sociais envolvidos em atividades relacionadas com recuperação de áreas degradadas no Estado, (viii) identificação dos instrumentos jurídicos, em nível federal e estadual, relacionados com recuperação de áreas degradadas, (ix) criação de uma base de dados com informações sobre restauração de áreas degradadas, (x) capacitação dos técnicos. A degradação ambiental constitui uma realidade em Mato Grosso. Dados preliminares apontam a pecuária como a principal atividade que promove alteração dos ecossistemas e limitação na sua reconstituição. Atualmente o único indicador de degradação é o monitoramento do desmatamento efetuado pela SEMA, que revela aumento das áreas desmatadas no Estado. De maneira indireta é possível associar a esse dado as denúncias de degradação efetuadas oficialmente à SEMA por prefeituras municipais. A mídia impressa e televisiva também apresenta com frequência situações de degradação ambiental no Estado. Portanto, o problema se mantém e exige urgência na sua resolução. O Programa 179 continua alinhado com o objetivo estratégico do Governo do Estado e suas ações direcionadas para a resolução dos problemas.

Execução do Programa:

O desempenho orçamentário e financeiro do Programa 179 foi deficiente porque a geração dos produtos previstos no PTA-2008 exige complementariedade entre as ações planejadas e executadas pelos técnicos e o apoio administrativo e institucional a sua coordenação. O planejamento do Programa 179 foi realizado com foco na realidade ambiental do Estado e na ausência de dados na SEMA e em outras instituições sobre os muitos aspectos abordados na recuperação de áreas degradadas. Atualmente não se conhece a extensão das áreas degradadas, a relevância dos diferentes tipos de degradação (agricultura, pecuária, mineração, infra-estrutura) por região do Estado, a existência/inexistência de experiências bem sucedidas em recuperação, os gargalos que impedem a recuperação das áreas no Estado, os possíveis arranjos institucionais e sobre como assegurar o envolvimento da sociedade nesta empreitada (principalmente empresários e produtores rurais). A falta de informações e discussões em nível de Estado sobre o tema dificultou a identificação de indicadores ambientais que mais bem representassem a gestão de áreas degradadas pelo Governo do Estado. A primeira vista parece que o programa está sendo muito ambicioso nas metas, mas, entretanto, analisando com mais cuidado observa-se que a base técnica predominou na sua construção com objetivo de obter resultados que permitam a médio e longo prazo formular política públicas que assegurem a recuperação de fato das áreas degradadas em Mato Grosso.

Resultados:

Os principais resultados obtidos pelo Programa 179 em 2008 são: (i) identificação, quantificação e mapeamento das matas ciliares e reservas legais degradadas, (ii) identificação e mapeamento das bacias hidrográficas mais com maior fragilidade e criticidade quanto ao potencial erosivo, (iii) acesso a informações sobre a degradação em unidades de conservação estaduais, (iv) avaliação da execução dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com 591 proprietários rurais, (v) avaliação das iniciativas de recuperação das matas ciliares pelas usinas de álcool, (vi) implementação de dois projetos piloto de recuperação, (vii) cadastramento dos atores sociais envolvidos em atividades relacionadas com recuperação de áreas degradadas no Estado, (viii) identificação dos instrumentos jurídicos, em nível federal e estadual, relacionados com recuperação de áreas degradadas, (ix) criação de uma base de dados com informações sobre restauração de áreas degradadas, (x) capacitação dos técnicos. A degradação ambiental constitui uma realidade em Mato Grosso. Dados preliminares apontam a pecuária como a principal atividade que promove alteração dos ecossistemas e limitação na sua reconstituição. Atualmente o único indicador de degradação é o monitoramento do desmatamento efetuado pela SEMA, que revela aumento das áreas desmatadas no Estado. De maneira indireta é possível associar a esse dado as denúncias de degradação efetuadas oficialmente à SEMA por prefeituras municipais. A mídia impressa e televisiva também apresenta com frequência situações de degradação ambiental no Estado. Portanto, o problema se mantém e exige urgência na sua resolução. O Programa 179 continua alinhado com o objetivo estratégico do Governo do Estado e suas ações direcionadas para a resolução dos problemas. Os resultados da Ação 3774 são de responsabilidade da EMPAER.



Estado de Mato Grosso

Principais Restrições e providências adotadas:

Como já citado anteriormente, na descrição das ações, a execução do Programa foi dificultada por questões administrativas, institucionais e técnicas. Por exemplo, na área administrativa a atuação da Coordenadoria Financeira da SEMA prejudicou a execução do Programa 179 em 2008 quando deixou de repassar recursos de convênio e pagamento de contratos e de diárias aos técnicos dentro dos prazos. A assessoria da Secretaria Executiva do Núcleo Ambiental, responsável pela publicação do regimento interno da SEMA, até o momento não efetuou esta tarefa o que compromete a atuação dos técnicos quando na emissão de documentos em que se faz necessária a referência das competências do setor. Na área institucional salienta-se que a SEMA mantém-se com número insuficiente de veículos para atender as demandas dos setores nos trabalhos de campo, o número de técnicos também é limitado para desenvolver as muitas atividades sob sua responsabilidade, além de insuficiente o número de equipamentos de informática e a falta de espaço e móveis. Na área técnica podemos citar as limitações na execução da Medida/Ação 1540. Na fase de elaboração do PTA-2008 foi definido de comum acordo com a Coordenadoria de Geoprocessamento que o levantamento das matas ciliares degradadas e das áreas degradadas por atividade de mineração seria realizado a partir das imagens de satélite disponíveis na SEMA e com apoio dos técnicos do setor. Contudo, devido as dificuldades logísticas e de operacionalização em função da reforma do prédio da SGF, o trabalho não será mais realizado em parceria com a COGEO. A SAD também contribuiu significativamente para os resultados obtidos no Programa 179, pela reunião numa única licitação das demandas de diferentes Secretarias de Estado de aquisição de material de consumo e de material permanente, resultando na falta até de papel e na entrega dos equipamentos somente em 2009 e a demora em analisar processos e emitir laudos necessários para os encaminhamentos posteriores.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação: 1540 – LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: REALIZAR ESTUDOS SOBRE O PASSIVO AMBIENTAL NO ESTADO PRODUZINDO INFORMAÇÕES QUE SERVIRÃO DE OBJETO PARA PROJETOS, PESQUISAS E ANÁLISES RELACIONADAS COM RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS.

Descrição da Meta Física: CADERNO PUBLICADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: HELIDA BRUNO NOGUEIRA BORGES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Análise da Meta Física

As informações sobre atividades relacionadas com áreas degradadas no estado foram sistematizadas a medida que as atividades do PTA-2008 foram realizadas. A finalização deste trabalho ocorreu em dezembro de 2008 e, estava prevista a divulgação dos resultados em um Caderno sobre Gestão de Áreas Degradadas. No PTA-2008 foi definido que a publicação seria produzida com contratação de serviços de uma gráfica. A recomendação da Coordenadoria de Planejamento (CPLAN) foi de atender o art. 1º do Decreto nº 4.634, de 15.07.2002, que estabelece ser a IOMAT a primeira opção na execução de serviços gráficos de documentos oficiais. Foi efetuado o remanejamento dos recursos financeiros no valor de R\$ 20.000,00 do elemento de despesa 3.3.90.39.00 (STPJ) para 33.91.39.00 (órgão do Estado), em 06.10.2008, e formalizado no TDR nº 22/CMRAD/SUB/SEMA/2008, Protocolo nº 717706/2008, em 19.11.2008. O recurso foi estornado por estar fora do prazo definido pelo Governo para encerramento do exercício financeiro.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	194.170,00	164.170,00	114.826,32	0	59,14	69,94
240	0,00	1.265,00	1.265,00	0	0	100,00
Todas	194.170,00	165.435,00	116.091,32	0	59,79	70,17

Capacidade de Planejamento:

Das 10 Tarefas definidas para a Ação 1540 foram realizadas sete. Entre estas a identificação e quantificação das áreas degradadas por mineração e por erosão estão em andamento com o Contrato firmado entre a SEMA e a UFMT. A avaliação e o monitoramento dos PRADs de empreendimentos de infra-estrutura e de mineração não foram realizados por limitação no número de técnicos. A sistematização dos dados obtidos nos estudos desenvolvidos foi parcialmente realizada, mas a publicação dos mesmos foi comprometida em 2008 pela demora por parte dos técnicos em protocolizar o Termo de Referência para viabilizar a publicação pela Imprensa Oficial de Mato Grosso (IOMAT). Observou-se ainda a necessidade de remanejamento de recursos dentro da mesma ação. Essas duas últimas situações demonstram a pouca familiaridade dos técnicos com o processo de elaboração do planejamento.

Capacidade de Execução:

A identificação, mapeamento e quantificação das áreas degradadas no Estado por agricultura, pecuária e mineração estão sendo realizadas pela UFMT (Contrato nº 071/2008/SEMA). Os produtos até o momento foram: (i) base cartográfica estruturada com os dados anuais do desmatamento do Estado, (ii) mapa das bacias hidrográficas críticas quanto a potencialidade de erosão e nível de desmatamento. Foram avaliadas pelo CENSIPAM/RO as 41 UCs estaduais de MT e os estudos revelam 19,81% da área total desmatada em 2007. Foram adquiridos equipamentos para a CMRAD. Foram analisados 591 processos com TAC de propriedades rurais. Todos os Laudos Técnicos apresentados foram reprovados. Foram realizadas vistorias em 13 propriedades rurais. Foram visitadas áreas de mata ciliar em recuperação em projetos desenvolvidos por 04 usinas produtoras de álcool: Usinas de Alcool e Açúcar Itamarati (Tangará da Serra), Barralcoo (Barra dos Bugres), Libra Destilaria (São José do Rio Claro) e COOPRODIA (Campo Novo Dos Parecís). Foi realizada visita às áreas sob recuperação no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra Energética, na divisa entre MT e MS, em Sonora. As mudas de 59



Estado de Mato Grosso

espécies foram produzidas no viveiro da empresa em Itiquira. Foram realizadas 02 visitas ao Parque Temático de Mineração Beripoconé. As informações sobre atividades sobre áreas degradadas no Estado foram sistematizadas mensalmente.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 1540 foi alcançado uma vez que em 2008 foram coletados dados suficientes para subsidiar projetos, pesquisas e análises relacionadas com recuperação de áreas degradadas. A UFMT apresentou como produtos a base cartográfica da SEMA estruturada, permitindo a quantificação das matas ciliares e reservas legais degradadas, e o mapa das bacias hidrográficas críticas do Estado. Foi avaliada a execução dos Termos de Ajustamento de Conduta de 591 propriedades rurais de Mato Grosso. Embora pequeno o número de iniciativas visitadas foi possível observar que as usinas produtoras de álcool estão promovendo a recuperação das matas ciliares degradadas de suas propriedades, o que representa o comprometimento deste setor como o Protocolo de Intenções firmado como Governo do Estado.

Execução Orçamentária e Financeira:

As dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 1540 foram suficientes para a execução das ações previstas no PTA-2008, bem como ocorreu a liberação dos recursos em prazo hábil para a sua utilização. No entanto, a execução financeira foi prejudicada por diferentes fatores: 1. A Coordenadoria Financeira da SEMA efetuou com atraso significativo o pagamento da primeira parcela do Contrato com a UFMT, e, ainda não efetuou o valor referente a segunda parcela; 2. A opção da SAD em reunir numa única licitação a demanda de diferentes Secretarias de Estado de aquisição de material de consumo e de material permanente, resultando na falta até de papel e na entrega dos equipamentos somente em 2009; 3. A demora da SAD em analisar processos e emitir laudos necessários para os encaminhamentos posteriores referestes a estes; 4. Limitação no número de técnicos e de computadores na CMRAD para a execução de todas as atividades previstas no PTA-2008; 5. Limitação no espaço físico e móveis para os técnicos desempenharem suas funções.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Um Programa de Governo reúne obrigatoriamente uma série de ações e tarefas a serem executadas anualmente. A descrição da execução destas não pode se resumir a simplificações que em nada contribuem para uma avaliação técnica sobre o programa pelos técnicos da SEPLAN. No entanto, os responsáveis pelos programas são obrigados a resumir a apresentação dos dados em 1.500 caracteres, não explicitando de fato todas as atividades realizadas no ano. Recomendo que no campo destinado a descrição das atividades seja ampliado o espaço para a apresentação das informações.

Ação: 1545 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: IMPLANTAR PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE RECUPERAÇÃO EM ÁREAS DEGRADADAS CRÍTICAS VISANDO A REDUÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL NO ESTADO.

Descrição da Meta Física: ÁREAS RECUPERADAS

Unidade de Medida: HECTARE

Responsável pela Ação: HELIDA BRUNO NOGUEIRA BORGES

Região de Planejamento	Meta
0600 - SUL	0
0700 - SUDOESTE	10
0900 - CENTRO OESTE	10
1000 - CENTRO	0

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
500	500	20	4,00	4,00

Análise da Meta Física

A meta física apresentou desempenho "altamente deficiente" pelos motivos descritos a seguir: 1. Região Sul - foi realizada somente uma visita ao assentamento em Pedra Preta, quando foram identificados os fatores e o grau de degradação na área; 2. Região Centro - apesar de definida a parceria entre a SEMA, a METAMAT e a Associação de Garimpeiros o projeto de recuperação em área degradada no município de Peixoto de Azevedo não teve continuidade por desistência dos trabalhos por este último grupo; 3. Região Sudeste - a recuperação de áreas degradadas em propriedades rurais em Campos de Júlio foi efetivada em somente em um imóvel rural (Fazenda Luar do Sertão), com área de 10 hectares degradados, cujo proprietário assumiu todas os custos das atividades e os técnicos da SEMA promoveram a orientação técnica; os demais proprietários optaram pela não recuperação das matas ciliares; 4. Região Sudoeste - as atividades previstas para um assentamento em Araputanga não foram implementadas por limitação no número de técnicos na SEMA e na EMPAER; 5. Região Centro-Oeste - a extensão da área recuperada na região da sub-bacia do rio São Francisco (Córrego Pau Grosso) foi inferior ao previsto devido



Estado de Mato Grosso

ao não repasse de recursos pela Coordenadoria Financeira à prefeitura de Nova Marilândia.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	283.330,00	429.138,88	223.006,30	0	78,71	51,97
240	70.000,00	52.730,00	32.420,00	0	46,31	61,48
245	20.000,00	0,00	0,00	0	0	0
261	20.000,00	20.000,00	0,00	0	0	0
Todas	393.330,00	501.868,88	255.426,30	0	64,94	50,90

Capacidade de Planejamento:

Das sete tarefas definidas na Ação 1545 foram executadas quatro - a seleção de áreas críticas para recuperação nas Bacias Hidrográficas Amazônica e do Alto Paraguai (Medida 1/Tarefas 1 e 2) e desenvolvimento de atividades para estimular a implantação de projetos de recuperação em áreas degradadas na bacia do rio Juruena (Medida 2/Tarefa 1) e na sub-bacia do rio Alto Paraguai Superior (Medida 2/Tarefa 3). As despesas foram realizadas na execução de atividades que, em conjunto, asseguram a recuperação das áreas degradadas. Contudo, apesar do esforço e tempo dispendido na execução de tais atividades, estas não são caracterizadas como indicadores de recuperação. A Medida 4 está so a responsabilidade de execução pela Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais (SMIA), tendo como dotação orçamentária R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais). Como consequência da protocolização de 05 Termos de Referência e 07 Termos de Contratação ou Aquisição Direta, fora dos prazos previstos pelo Governo do Estado para encerramento do exercício financeiro, foram estornados R\$ 91.820,00 (noventa e um mil e oitocentos vinte reais).

Capacidade de Execução:

Foram selecionadas 05 áreas em bacias hidrográficas críticas nas regiões Sudoeste (02), Centro (01), Centro-Oeste (01) e Sul (01). Na sub-bacia dos rios Juína e Formiga realizou-se: 03 cursos de capacitação, reunião para criação do Grupo de Discussão sobre Questões Ambientais de Campos de Júlio, reunião com os proprietários rurais para discutir estratégias de recuperação das matas ciliares, reunião para a discussão do Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura, levantamento florístico da vegetação nativa. Na micro-bacia do córrego Pau Grosso, realizou-se: plantio de 950 mudas de nativas; implantação de experimento com arbóreas, com plantio de 650 mudas nativas; doação de 700 mudas de buritis; 120 trincheiras para identificação dos materiais gerados na degradação do garimpo; coleta de 50 amostras de solo; levantamento florístico dos remanescentes e da regeneração natural; 04 campanhas de coleta de água e sedimento; leituras diárias das réguas em 03 (três) estações fluviométricas e pluviômetro e quinzenais de piezômetros e vertedouros; realização de palestra técnica para os técnicos da Prefeitura e assentados; orientação dos técnicos da prefeitura no viveiro; reunião com prefeito de Nova Marilândia; adequação topográfica de 07 hectares; visita com técnicos da EMPAER. <

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 1545 foi parcialmente alcançado, pois foram desenvolvidas atividades previstas em dois projetos piloto de recuperação de áreas degradadas. Um na sub-bacia dos rios Formiga e Juína, município de Campos de Júlio, e outro na sub-bacia do rio São Francisco, especificamente no Córrego do Pau Grosso, município de Nova Marilândia.

Execução Orçamentária e Financeira:

As dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 1545 foram suficientes para a execução das ações previstas no PTA-2008, bem como ocorreu a liberação dos recursos em prazo hábil para a sua utilização. No entanto, a execução financeira foi prejudicada por diferentes fatores: 1. A Coordenadoria Financeira da SEMA efetuou com atraso significativo o pagamento da primeira e segunda parcelas do ontrato com consultor para levantamento florístico e em todas as parcelas para a pessoa responsável pela leitura de equipamentos no projeto de Nova Marilândia; 2. A Coordenadoria Financeira efetuou somente em novembro o pagamento do convênio firmado com a prefeitura de Nova Marilândia, apesar de o PED ter sido efetivado em 02.06.2008 e a Nota de Empenho autorizada em 03.06.2006, atendendo exigência temporal definida pelo TSE e AGE; 3. A demora da SAD em analisar os processos e emitir pareceres; 4. O indeferimento do Governador do Estado para a aquisição de veículo necessário nos trabalhos de campo.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Um Programa de Governo reúne obrigatoriamente uma série de ações e tarefas a serem executadas anualmente. A descrição da execução destas não pode se resumir a simplificações que em nada contribuem para uma avaliação técnica sobre o



Estado de Mato Grosso

programa pelos técnicos da SEPLAN. No entanto, os responsáveis pelos programas são obrigados a resumir a apresentação dos dados em 1.500 caracteres, não explicitando de fato todas as atividades realizadas no ano. Recomendo que no campo destinado a descrição das atividades seja ampliado o espaço para a apresentação das informações.

Ação: 2048 - RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: PROMOVER A RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS NOS TRES BIOMAS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Descrição da Meta Física: PLANO DE APLICACAO ATENDIDO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: HELIDA BRUNO NOGUEIRA BORGES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	1

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	1	100,00	

Análise da Meta Física

O desempenho da meta física foi considerado "ótimo" devido a apresentação de um Plano de Aplicação dos recursos ao Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMAM). Contudo, a não efetivação das atividades previstas neste Plano comprometem a avaliação.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	211.254,00	211.254,00	3.485,00	0	1,65	1,65
Todas	211.254,00	211.254,00	3.485,00	0	1,65	1,65

Capacidade de Planejamento:

Das sete Tarefas previstas para a Ação 2048 nenhuma foi implementada. Do total de quatro Termos de Referência elaborados para desenvolvimento de atividades nas unidades de conservação estaduais em dois não apareceram licitantes em pregão presencial e os outros dois foram protocolados fora dos prazos definidos pelo Governo do Estado para encerramento do exercício financeiro. Não foi possível realizar em 2008 reunião com Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) visando discutir proposta de revisão do parágrafo 4º, do inciso XV, do artigo 9º, da Lei nº 232/2005 que trata da aplicação dos recursos do FEMAM na recuperação dos Bens Naturais Lesados. As atividades para a conservação de sementes em Banco de Germoplasma não foram realizadas em função das seguintes limitações: (i) o Termo de Cooperação Técnica entre a SEMA, a EMPAER e a UFMT não foi assinado pelo representante desta última; (ii) não foi possível a coleta das sementes pelos técnicos da EMPAER em função da não renovação do Termo de Cooperação Técnica entre esta instituição e a SEMA.

Capacidade de Execução:

Foi apresentado Plano de Aplicação dos recursos ao FEMAM, no valor de R\$ 207.769,00, para atividades de recuperação nas unidades de conservação estaduais. Reserva Ecológica Estadual do Culuene: TDR nº 007/CMRAD/SUB/SEMA/2008, Protocolo nº 478109/2008 (15.08.2008), valor de R\$ 30.000,00, Pregão presencial nº 035/2008/SEMA (28.11.2008) declarado deserto. Parque Estadual Águas do Cuiabá: TDR nº 008/CMRAD/SUB/SEMA/2008, Protocolo nº 631779/2008 (15.10.2008), valor de R\$ 50.000,00, recursos foram estornados por se encontrar fora dos prazos previstos na Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAZ/SAD/AGE nº 01, de 01.10.2008. Parque Estadual da Serra Azul: TDR nº 006/CMRAD/SUB/SEMA/2008, Protocolo nº 468447/2008 (12.08.2008), valor de R\$ 80.000,00, dois pregões declarados desertos: Pregão Presencial nº 028/2008/SEMA (14.11.2008) e Pregão Presencial nº 034/2008/SEMA (18.11.2008). Identificação e mapeamento do uso e ocupação da borda das escarpas nas áreas passíveis de expansão urbana, da APA Estadual Chapada dos Guimarães: TDR nº 013/CMRAD/SUB/SEMA/2008, Protocolo nº 618774/2008 (09.10.2008), valor R\$ 20.000,00, os recursos foram estornados por se encontrar fora dos prazos previstos pelo Governo.



Estado de Mato Grosso

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 2048 não foi alcançado apesar do empenho dos técnicos para a execução das Tarefas previstas no PTA-2008. Foi elaborado e apresentado ao FEMAM um Plano de Aplicação dos recursos financeiros. Foram elaborados 04 (quatro) Termos de Referência com objetivos especificamente dirigidos à recuperação das unidades de conservação. Foram elaborados 02 (dois) Termos de Cooperação Técnica com objetivo de viabilizar atividades como parceria entre as instituições. O primeiro entre a SEMA, a EMPAER e a UFMT e o segundo especificamente entre a SEMA e a EMPAER. Contudo, em ambos a ausência de assinatura por uma das partes comprometeu a efetivação das referidas parcerias.

Execução Orçamentária e Financeira:

As dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 2048 foram suficientes para a execução das ações previstas no PTA-2008, bem como ocorreu a liberação dos recursos em prazo hábil para a sua utilização. No entanto, a execução financeira foi prejudicada por diferentes fatores: 1. A demora da SAD em analisar processos e emitir laudos necessários para os encaminhamentos posteriores referestes a estes; 2. A demora da SAD em promover nos processos de licitação; 3. Limitação no número de técnicos e de computadores na CMRAD para a execução de todas as atividades previstas no PTA-2008; 4. A protocolização de Termos de Referência fora dos prazos estabelecidos pelo Governo do Estado para encerramento do exercício financeiro pela CMRAD.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Um Programa de Governo reúne obrigatoriamente uma série de ações e tarefas a serem executadas anualmente. A descrição da execução destas não pode se resumir a simplificações que em nada contribuem para uma avaliação técnica sobre o programa pelos técnicos da SEPLAN. No entanto, os responsáveis pelos programas são obrigados a resumir a apresentação dos dados em 1.500 caracteres, não explicitando de fato todas as atividades realizadas no ano. Recomendo que no campo destinado a descrição das atividades seja ampliado o espaço para a apresentação das informações.

Ação: 3774 - RECUPERAÇÃO DE MICROBACIA HIDROGRÁFICA

Unidade Responsável: 12501-EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Objetivo Específico: REALIZAR A RECOMPOSIÇÃO DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS ATRAVÉS DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA

Descrição da Meta Física: MICROBACIA HIDROGRAFICA ATENDIDA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: ANTONIO ROCHA VITAL

Região de Planejamento	Meta
0500 - SUDESTE	0

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
6	6	0		

Análise da Meta Física

Projeto cancelado considerando que o mesmo, conforme previsto no PPA 2008 – 2011, fazia parte de uma proposta para participação de uma Seleção Pública em 2008 do Programa Petrobrás Ambiental e como tal, a proposta foi elaborada, conforme edital no valor de R\$ 3.580.000,00 para execução em 2008 e 2009, submetida ao processo de seleção, concorrendo com 892 projetos, foi classificado entre os 221 de melhor avaliação. No entanto, tendo em vista a limitação de recursos para esse edital, na ordem de R\$ 60 milhões, foram selecionados apenas 47 projetos, nos quais o nosso não foi contemplado e assim sendo, a tarefa específica de capacitação inicial de 15 técnicos para implementar ações previstas na proposta, constante na programação do PTA2008 foi cancelada.



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	9.665,00	9.665,00	0,00	0	0	0
Todas	9.665,00	9.665,00	0,00	0	0	0

Capacidade de Planejamento:

Projeto cancelado, porem o valor previsto na LOA2008 não foi devidamente remanejado.

Capacidade de Execução:

Alcance do Objetivo Específico:

Execução Orçamentária e Financeira:

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 3780 - CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: PROMOVER A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGAMA GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS POR MEIO DA EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA RESTAURAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E DA SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PRODUZIDAS EM MATO GROSSO.

Descrição da Meta Física: SISTEMA DE GESTAO IMPLANTADO

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: HELIDA BRUNO NOGUEIRA BORGES

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	1

META FÍSICA

Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	1	100,00	100,00

Análise da Meta Física

O desempenho da meta física da ação 3780 foi considerado "ótimo" em função da implementação do Sistema de Gestão de Áreas degradadas do Estado de Mato Grosso (SIGAD) caracterizada pelo desenvolvimento da maioria das Tarefas previstas no PTA-2008 como parte integrante do sistema.



Estado de Mato Grosso

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	87.500,00	107.012,32	9.715,66	0	11,10	9,08
Todas	87.500,00	107.012,32	9.715,66	0	11,10	9,08

Capacidade de Planejamento:

O desempenho "altamente deficiente" no PPD ocorreu como consequência do encaminhamento do Termo de Referência com objetivo de contratação de empresa para construção de um programa para computadores fora dos prazos estabelecidos pelo Governo do Estado para encerramento do exercício financeiro.

Capacidade de Execução:

As informações sobre recuperação de áreas degradadas estão sendo sistematizadas e estarão disponíveis em portal na internet. O cadastramento dos atores sociais envolvidos em atividades de recuperação no Estado foi implementado por meio da elaboração e envio de formulário reunindo informações administrativas e técnicas às 141 prefeituras municipais, 42 escritórios da EMAPAER, 08 viveiros, 10 organizações não governamentais, 05 centros universitários, 03 unidades do CEFET e 06 empresas. Apenas 29 formulários foram encaminhados para a CMRAD, representando 12 prefeituras, 12 empresas privadas, 04 universidades e 01 pessoa física. Foi elaborado proposta de site que está em fase de construção pelos técnicos da CTI. Foram identificados 17 instrumentos jurídicos, sendo 09 federais e 08 estaduais para a recuperação de áreas degradadas. Foi realizado levantamento bibliográfico sobre armazenamento e germinação de sementes de espécies nativas, sendo consultados 77 documentos técnicos sobre 152 espécies. A criação de sistema de gerenciamento de documentos exige a contratação de empresa com experiência na formulação de programas. Foi protocolizado o TDR nº 017/CMRAD/SUB/SEMA/2008, Protocolo nº 662386/2008 (29.10.2008), que demandou um prazo longo na sua elaboração pela complexidade do tema.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 3780 foi alcançado, apesar do uso restrito dos recursos orçamentários e financeiros, porque a maioria das Tarefas previstas para 2008 foi realizada com sucesso.

Execução Orçamentária e Financeira:

As dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 3780 foram suficientes para a execução das ações previstas no PTA-2008, bem como ocorreu a liberação dos recursos em prazo hábil para a sua utilização. No entanto, a execução financeira foi prejudicada pela protocolização de Termo de Referência fora do prazo estabelecido pelo Governo do Estado para encerramento do exercício financeiro pela CMRAD.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Um Programa de Governo reúne obrigatoriamente uma série de ações e tarefas a serem executadas anualmente. A descrição da execução destas não pode se resumir a simplificações que em nada contribuem para uma avaliação técnica sobre o programa pelos técnicos da SEPLAN. No entanto, os responsáveis pelos programas são obrigados a resumir a apresentação dos dados em 1.500 caracteres, não explicitando de fato todas as atividades realizadas no ano. Recomendo que no campo destinado a descrição das atividades seja ampliado o espaço para a apresentação das informações.

Ação: 4043 - CAPACITAÇÃO SOBRE GESTÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Unidade Responsável: 27101-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: PROMOVER O APERFEIÇOAMENTO DO CONHECIMENTO TÉCNICO E CIENTIFICO DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES RELACIONADAS COM A RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DEGRADADAS

Descrição da Meta Física: PROFISSIONAL CAPACITADO

Unidade de Medida: PESSOA

Responsável pela Ação: HELIDA BRUNO NOGUEIRA BORGES

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Meta

9



Estado de Mato Grosso

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	0	9	180,00	

Análise da Meta Física

O desempenho da meta física da Ação 4043 foi considerado "altamente deficiente" indicando pouca capacidade de planejamento pelos responsáveis pelo Programa 179. Esclarecemos que a criação da CMRAD (Decreto Estadual nº 1.203, de 05.03.2008), com a fusão de duas gerências, resultou na ampliação do número de técnicos de 03 (três) para 14 (quatorze). A CMRAD responde hoje pelas ações do Programa 179 e pela Medida 2/Ação 2348/Programa 181. A capacitação de nove técnicos deve ser considerada insuficiente, pois a qualificação ou atualização de conhecimentos dos profissionais deste setor é essencial na elaboração e execução de projetos de recuperação de áreas degradadas por atividades agrícolas, de pecuária e de mineração, assim como no atendimento de perícias judiciais demandadas pelo Ministério Público. Atualmente os técnicos são também responsáveis pelo monitoramento da execução dos Termos de Ajustamento de Conduta firmados com proprietários rurais de todo o Estado.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
109	35.000,00	54.305,00	32.341,00	0	92,40	59,55
Todas	35.000,00	54.305,00	32.341,00	0	92,40	59,55

Capacidade de Planejamento:

O desempenho observado no PPD indica que os responsáveis pelo Programa 179 planejaram adequadamente as atividades dirigidas para ampliar ou atualizar o conhecimento dos técnicos da CMRAD.

Capacidade de Execução:

A CMRAD realizou reuniões com: (i) técnicos da SGF para reajustes nos roteiros de PRADs de propriedades rurais, (ii) técnicos da EMPAER para discutir a implementação da coleta de sementes de espécies nativas, (iii) professores da FAMEV/UFMT sobre o armazenamento de sementes das espécies nativas no Banco de Germoplasma, (iv) técnicos e diretor da METAMAT para viabilizar a identificação e quantificação de áreas degradadas no estado por meio da aquisição de imagens de satélite e disponibilização de dados e mapas sobre regiões garimpeiras no Estado. Os técnicos participaram de dois cursos de capacitação, de dois seminários e um congresso e realizaram visitas técnicas a experiências sobre recuperação desenvolvidas por empresas públicas, universidades e ONGs em Minas Gerais, Distrito Federal e Paraná.

Alcance do Objetivo Específico:

O objetivo específico da Ação 4043 foi alcançado uma vez que em 2008 os técnicos da CMRAD tiveram oportunidade de aperfeiçoamento por meio da participação em cursos, eventos técnico-científicos e em reuniões técnicas com profissionais da SGF e de outras instituições.

Execução Orçamentária e Financeira:

As dotações orçamentárias autorizadas para a Ação 4043 foram suficientes para a execução das ações previstas no PTA-2008, bem como ocorreu a liberação dos recursos em prazo hábil para a sua utilização. A execução financeira foi realizada considerando a disponibilidade dos técnicos os custos relacionados às atividades de capacitação.

Outros Aspectos Relevantes:

Participação na 4ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Restauração e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APPs, promovida pelo CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e realizada em Brasília, Distrito Federal. O GT tem como proposta a formulação de uma Resolução dirigida para a recuperação de APPs – Áreas de Preservação Permanentes Degradadas, com ênfase nas matas ciliares. Acompanhamento, via internet, dos resultados das discussões do referido GT, que tem promovido a construção de uma Resolução do CONAMA que definirá critérios para a elaboração, execução e monitoramento dos planos de recuperação de áreas degradadas. O CONAMA promoveu, em fevereiro de 2009, a 9ª reunião do GT.



Estado de Mato Grosso

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Um Programa de Governo reúne obrigatoriamente uma série de ações e tarefas a serem executadas anualmente. A descrição da execução destas não pode se resumir a simplificações que em nada contribuem para uma avaliação técnica sobre o programa pelos técnicos da SEPLAN. No entanto, os responsáveis pelos programas são obrigados a resumir a apresentação dos dados em 1.500 caracteres, não explicitando de fato todas as atividades realizadas no ano. Recomendo que no campo destinado a descrição das atividades seja ampliado o espaço para a apresentação das informações.



Estado de Mato Grosso
Relatório Analítico de Programa

Programa:	0190 - DESENVOLVIMENTO FLORESTAL -MT FLORESTA
Origem do Programa:	INSUFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE MATÉRIA PRIMA NO SETOR FLORESTAL
Objetivo do Programa:	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DA CADEIA PRODUTIVA DO SETOR FLORESTAL ATRAVÉS DA PRODUÇÃO SUSTENTADA DE FLORESTAS POR MEIO DO REFLORESTAMENTO, FLORESTAMENTO E DO MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL
Público Alvo:	PRODUTORES FLORESTAIS, TÉCNICOS, PESQUISADORES, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E CONS. DO SEG. DE PROD. FLORESTAIS
Unidade Resp. Programa:	12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Responsável pelo Programa:	NELDO EGON WEIRICH

INDICADORES							
Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Previsto 2008	Apurado 2008	Dt. Apuração
INCREMENTO DE AREA CULTIVADA COM FLORESTA - GERAL	Anual	HECTARE	145498,17	160000	148000	170.000	22/12/2008

Análise de indicadores

Conforme apuração realizada em cima das ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural SEDER através do Fundo de Desenvolvimento Florestal MT - FLORESTA em conjunto com seus parceiros SEMA, SICME, SECITEC, SEPLAN, FIEMT, PGE, FORMAD, FETAGRI, FAMATO, AMEF, AREFLORESTA, EMPAER, Prefeituras de Municipais, entidades afins, entre outras incrementaram a área plantada no Estado, atingindo 170.000 ha no ano de 2008, número bem superior aos valores que constam no PPA de 160.000 ha até o final do período. Pois esses valores na ocasião da elaboração PPA foram subestimados.

Análise do Programa					
QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA					
Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
4.435.958,16	4.426.706,16	1.034.581,26	0	23,32	23,37

Capacidade de Planejamento:

O desempenho para o ano de 2008 não foi o esperado, devido ao grande índice de reprovações de projetos protocolados no MT-FLORESTA visto que todos passaram pelo acompanhamento dos Conselheiros Gestores do Fundo de Desenvolvimento Florestal, entretanto houve um grande índice de reprovações devido a legislação ambiental vigente, a falta de adequação dos projetos e dos técnicos ao check list do programa MT - FLORESTA.

Capacidade de Execução:

Os resultados alcançados pelo programa no Estado entre outras foram as liberações de parcelas dos convênios fomentados pelo Fundo de Desenvolvimento Florestal realizado entre municípios Estado, criação das Diretrizes Técnicas para o cultivo do Pau de Balsa, e da Pupunha no Estado de Mato de Grosso, realização do WorkShop do Eucalipto em Tangara da Serra, 9ª encontro do Reflorestadores em Chapada do Guimarães, Criação do Grupo de Trabalho para discutir sobre a Legislação Ambiental e consequentemente aprovação de projetos, sem a apresentação do Licenciamento Ambiental Único - LAU, participação no PPCD - Plano de Ação para Prevenção e Controle ao Desmatamento e Queimadas, 1ª Encontro PET/FENF/UFMT - Programa de Ensino Tutorial, Faculdade de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso e vitorias técnicas in loco nos projetos espalhados pelo estado, alcançando assim um grande sucesso em nosso programa mesmo que numericamente estejamos deficitário.

Execução do Programa:

O programa tem uma grande finalidade em nosso estado, graças ao esforço e empenho dos técnicos e parceiros, mesmo que apesar do baixo desempenho dos percentuais do PPD e COFD, o objetivo do programa foi parcialmente alcançado, tendo como previsão para o ano de 2009 a aquisição dos investimentos necessários para a implementação das ações destinadas ao fomento das atividades ligadas ao setor de Base Florestal que não foram concluídas no ano de 2008.



Estado de Mato Grosso

Resultados:

O Fundo de Desenvolvimento Florestal do Estado de Mato Grosso – MT FLORESTA visa apoiar o Programa de Desenvolvimento Florestal, assegurando ao estado a oferta futura de matéria-prima para a indústria madeireira de forma sustentável, bem como, criar uma nova mentalidade junto aos proprietários rurais quanto ao valor da cobertura florestal de suas propriedades, diante desse objetivo visto que a eficiência do programa só será totalmente alcançada quando todos os outros órgãos parceiros ligados ao MT -FLORESTA estiverem em sintonia, dando assim um maior apoio e incentivo aos agricultores rurais com o intuito de Florestar e Reflorestar.

Principais Restrições e providências adotadas:

Como já vinhamos relatando, as maiores dificuldades que o programa vem enfrentando, as quais elencamos na seguinte ordem: Ambientais, técnicas e políticas sendo essas as de maior relevância. Ambientais está ligado diretamente a impedimentos decorrentes a não obtenção de licenciamento ambiental, ficando impossível a liberação de recursos do fundo as entidades afins, sem a apresentação da LAU junto ao projeto apresentado aos conselheiros gestores do MT - FLORESTA. Foi convocado alguns conselheiros ligados ao meio, para criação de um grupo de trabalho para debatermos sobre tal situação, mas até o momento não foi apontado nenhuma solução clara para tal impasse. Técnicas está ligada a problemas como a apresentação da ART dos técnicos que elaboradores dos projetos que não efetuam o pagamento junto ao CREA, documento que também está presente no check list. Políticas problemas decorrentes de troca da administração na gestão municipal a qual é a parceira direta do MT - FLORESTA em relação aos convênios fomentados pelo Fundo de Desenvolvimento Florestal MT - FLORESTA em todo o Estado.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pelo programa:



Estado de Mato Grosso

Ações do Programa

Ação: 1863 – CARACTERIZACAO TECNOLÓGICA DA MADEIRA

Unidade Responsável: 12302-INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DE MATO GROSSO

Objetivo Específico: DISPONIBILIZAR INFORMACOES TECNOLOGICAS SOBRE AS MADEIRAS DE MATO GROSSO.

Descrição da Meta Física: ESPECIE DE MADEIRA CARACTERIZADA

Unidade de Medida: UNIDADE

Responsável pela Ação: ROBERTO BARBOSA DE SOUZA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	22

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
22	0	22	100,00	

Análise da Meta Física

O projeto foi realizado com o material de estudo doado ao Laboratório por empresas, evitando assim os custos com coleta de material e transporte. As análises laboratoriais foram executadas por técnicos do INDEA, sem a necessidade de terceirizar serviços, nem mesmo adquirir materiais, uma vez que existia sobras de estoque no Laboratório. Diante desta realidade precisaríamos de recursos somente para a confecção do material a ser divulgado. Entretanto, devido a finalização do trabalho somente no final do exercício de 2008, não houve tempo hábil para contratação do serviço de divulgação.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
240	12.324,00	3.072,00	2.719,85	0	22,07	88,54
Todas	12.324,00	3.072,00	2.719,85	0	22,07	88,54

Capacidade de Planejamento:

Tendo viabilizado o projeto a partir de doação e com o material existente, houve saldo de dotação que sugerimos ao Núcleo Sistêmico a sua transferência para outro projeto atividade. Ficou no projeto apenas dotação para aquisição de material e serviço para a divulgação do trabalho quando concluído. Isso explica abaixo eficiência do índice PPD.

Capacidade de Execução:

Dos recursos remanescentes no projeto para o trabalho de divulgação nada foi gasto, pois não houve tempo hábil para execução das despesas. O saldo de dotação do projeto foi utilizado a revelia do nosso conhecimento.

Alcance do Objetivo Específico:

Apesar do baixo desempenho dos percentuais do PPD e COFD, o objetivo específico do projeto foi alcançado parcialmente, graças ao esforço e empenho dos técnicos do Laboratório de Tecnologia da madeira, porém, não foi possível a divulgação dos resultados do trabalho como previsto.

Execução Orçamentária e Financeira:

O projeto foi realizado até onde possível sem a utilização da dotação orçamentária, que foi movimentada para atender outras atividades, sem contudo prejudicar o projeto, exceto pela não execução da divulgação.



Estado de Mato Grosso

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	3818 - DESENVOLVER PESQUISA PARA O SETOR FLORESTAL
Unidade Responsável:	12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Objetivo Específico:	DESENVOLVER PESQUISA PARA REFLORESTAMENTO E FLORESTAMENTO DAS ESPÉCIES DE MATÉRIQ PRIMA
Descrição da Meta Física:	PROJETOS ATENDIDOS
Unidade de Medida:	UNIDADE
Responsável pela Ação:	ROGERIO MONTEIRO COSTA E SILVA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	1

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
8	8	1	12,50	12,50

Análise da Meta Física

A meta física não foi alcançada no ano de 2008, pois houve somente a liberação do projeto de pesquisa da FUNATEC no município de Reserva do Cabaçal MT, entretanto foram aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Florestal MT - FLORESTA outros dois projetos de pesquisa da EMPAER - MT e AREFLORESTA, entretanto não houve tempo de liberação do recurso solicitado em 2008, devido a problemas de ordem Administrativas e adequação ao Sistema de Convenios do Estado - SIGCOM.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
244	567.529,03	567.529,03	31.005,00	0	5,46	5,46
Todas	567.529,03	567.529,03	31.005,00	0	5,46	5,46

Capacidade de Planejamento:

O planejamento foi realizado para atender e ampliar as pesquisas no setor de base florestal do Estado, entre os quais o MT - FLORESTA implantou somente um projeto não alcançando o desempenho esperado, porem o trabalho de acompanhamento apreciação e aprovação no Conselho Gestor do MT - FLORESTA foi executado, restando somente a finalização dos processos que ficam a cargo das entidades as quais solicitaram o recurso.

Capacidade de Execução:

Foi inicialmente realizado a previsão de ser atendido inumeros projetos de pesquisas, para isso foi realizado varias reuniões e workshop de divulgação do MT - FLORESTA, porem a busca aos nossos recursos pelas entidades afins ligadas ao setor de pesquisa não teve o alcance satisfatoria, e quando solicitado não se enquadrava as normativas do Estado e do Fundo de Desenvolvimento Florestal - SDF.

Alcance do Objetivo Específico:

A previsão de ser atendido varios projetos de pesquisas, para isso foi realizado varias reuniões e workshop de divulgação do MT - FLORESTA, porem busca dos recursos disponiveis pelas entidades não foi satisfatorio, e quando solicitado não se enquadrava as normativas e legislações do Fundo de Desenvolvimento Florestal - SDF.



Estado de Mato Grosso

Execução Orçamentária e Financeira:

Houve somente a liberação do projeto de pesquisa da FUNATEC, que estava previsto na execução orçamentária, entretanto foram aprovados pelo Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Florestal MT - FLORESTA os projetos de pesquisa da EMPAER - MT e AREFLORESTA, pois devido a problemas de ordem Administrativas e adequação das entidades ao Sistema de Convenios do Estado - SIGCOM mais ART - Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Mato Grosso.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 3819 - RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS E MATAS CILIARES
Unidade Responsável: 12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Objetivo Específico: RECUPERAR ÁREAS DEGRADADAS E MATAS CILIARES LOCALIZADAS EM ÁREAS PÚBLICAS OU DE INTERESSE PÚBLICO
Descrição da Meta Física: AREAS DE MATA CILIAR DE NASCENTES RECUPERADAS
Unidade de Medida: HECTARE
Responsável pela Ação: ROGERIO MONTEIRO COSTA E SILVA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	125

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
425.64	0	125	29,37	

Análise da Meta Física

Foi liberado recurso somente para um projeto no ano de 2008, pois todos os outros projetos protocolados no MT-FLORESTA, não se enquadram as normas estabelecidas pelo Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Florestal - SDF.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
244	851.285,97	631.285,97	200.000,00	0	23,49	31,68
Todas	851.285,97	631.285,97	200.000,00	0	23,49	31,68

Capacidade de Planejamento:

Dentre os valores programados para serem executados no ano de 2008, foi viabilizado somente recurso para um projeto pois os outros projetos protocolados no MT - FLORESTA não tinham viabilidade técnica para sua aprovação.

Capacidade de Execução:

Também não houve tempo para novas apresentações para aprovações de projetos em 2008 (os recursos só podem ser liberados com aprovação do Conselho Gestor do MT - FLORESTA, atendendo a norma legal) sendo que os recursos excedentes podem ser aplicados em projetos apresentados em 2009.

Alcance do Objetivo Específico:

O valores programados para no ano de 2008, não foram executados pois os projetos protocolados não atenderam normativas necessárias para sua aprovação, estas normativas internas atendem principalmente a legislação ambiental. Este recurso está



Estado de Mato Grosso

liberado para serem gastos no ano de 2.009.

Execução Orçamentária e Financeira:

Tambem não houve tempo hábil para novas apresentações e aprovações de projetos em 2008, pois os recursos so podem ser liberados com aprovação do Conselho Gestor do MT - FLORESTA, atendendo a normas legais sendo que os recursos podem ser aplicados em projetos apresentados em 2009.

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação:	3820 - ESTIMULAR AS ATIVIDADES DE FLORESTAMENTO, REFLORESTAMENTO E MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL
Unidade Responsável:	12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Objetivo Específico:	CUMPRIR A REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATÓRIA ATRAVÉS DE REFLORESTAMENTO E FLORESTAMENTO
Descrição da Meta Física:	AREA REFLORESTADA AMPLIADA
Unidade de Medida:	HECTARE
Responsável pela Ação:	ROGERIO MONTEIRO COSTA E SILVA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	640

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1318.84	1318.84	640	48,53	48,53

Análise da Meta Física

Observa-se nesse item em especifico à não execução total da meta fisica estipulada para o ano de 2008, visto que a impedimentos decorrentes da não obtenção de Licenciamento Ambiental Unico - LAU, junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA MT de todos os projetos ja protocolados no MT - FLORESTA e aprovados em Assembleia Geral no Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Florestal.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO						
Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
244	2.762.138,99	2.762.138,99	731.400,00	0	26,48	26,48
Todas	2.762.138,99	2.762.138,99	731.400,00	0	26,48	26,48

Capacidade de Planejamento:

O planejamento foi realizado com base nas projeções estipuladas para 2008 entretanto foram utilizados recursos destinados aos convenios com as Prefeituras municipais de Denise, Gaucha do Norte, Pontes e Lacerda, Novo Horizonte do Norte e Colider, desta forma o restante dos recursos que são destinados a entidades sem fins lucrativos não foram liberados pois as mesmas não estavam em conformidade com a normativas estabelecidas pelo Sistema de Convenios do Estado de Mato Grosso - SIGCOM.

Capacidade de Execução:

O programa teve um desempenho muito abaixo do esperado, não alcançando as metas previstas, pois a grade maioria das familias de pequenos produtores rurais em nosso Estado são assentados do INCRA sendo que dessa forma nenhuma delas possuem LAU que e requisito indispensavel para a realização de convenio entre o estado e municipios que solicitaram o



Estado de Mato Grosso

fomento do Fundo de Desenvolvimento Florestal MT -FLORESTA.

Alcance do Objetivo Específico:

Os objetivos não foram totalmente satisfatórios, pois não foi repassados dos os recursos disponíveis do MT - FLORESTA aos projetos que solicitaram pois os mesmo são empedidos pela Legislação Ambiental vigente. Entretanto os projetos que foram atendidos pelo Fundo de Desenvolvimento Florestal MT- FLORESTA estão em ótimas condições em sua execução.

Execução Orçamentária e Financeira:

O programa teve um desempenho abaixo do esperado, não alcançando as metas e dotações previstas, devido a impedimentos ambientais devido os projetos não possuírem LAU porem os convenio que foram aprovados entre o estado e municípios tiveram seus recursos liberados e executados na intergra através do fomento do Fundo de Desenvolvimento Florestal MT - FLORESTA

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

Ação: 3821 - AMPARAR AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS BEM COMO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Unidade Responsável: 12101-SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Objetivo Específico: MANTER A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MT-FLORESTA E PROMOVER A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO SETOR DE BASE FLORESTAL

Descrição da Meta Física: AÇÃO MANTIDA

Unidade de Medida: PERCENTUAL

Responsável pela Ação: ROGERIO MONTEIRO COSTA E SILVA

Região de Planejamento	Meta
9900 - ESTADO	45

META FÍSICA				
Meta Física Prevista LOA 2008	Meta Física Prevista Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	100	45	45,00	45,00

Análise da Meta Física

A meta física estabelecida não foi totalmente alcançada no ano de 2008, entretanto foi solicitado a suplementação orçamentaria, mas devido a entraves entre o Nucleo Sistemico da SEDER e SAD na efetivação do processo de aquisição dos investimentos previstos não foi realizado todas as aquisições com o intuito de atender o Fundo de Desenvolvimento Florestal.

QUADRO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA AÇÃO

Fonte	Dotação Inicial LOA 2008	Dotação Final (após Créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD Empenhado em relação a Dotação Inicial 2008	% COFD Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado
244	242.680,17	462.680,17	69.456,41	0	28,62	15,01
Todas	242.680,17	462.680,17	69.456,41	0	28,62	15,01

Capacidade de Planejamento:

Os trabalhos foram iniciados em parceria e realizados com contra partida de outras entidades, sendo esse é o fator de maior relevancia para o baixo indice no desempenho das metas fisicas estabelecidas, porem foram executados muitas, palestras técnicas, workshop,cursos de qualificação, dia de campo, encontros regionais, e tambem motivação de pessoas através da educação ambiental confecção das Diretrizes Técnicas, não esquecendo do aparelhamento do MT - FLORESTA com a aquisições de maquinas digitais, data show, Notbok, trenas digitais, maquinas de computadores e o custeio das reuniões do Conselho Gestor.



Estado de Mato Grosso

Capacidade de Execução:

O valor suplementado foi o responsável pela baixo índice de desempenho, pois não houve tempo hábil para a realização de licitação por entraves no Núcleo Sistemático da SEDER/MT, não sendo possível repassar tal pedido a Secretaria de Administração do Estado, na qual seria a responsável para a aquisição das 02 (duas) caminhonetes, retornando assim o valor para o Fundo de Desenvolvimento Florestal, na qual já está com o processo em andamento para aquisição dos dois veículos (caminhonete).

Alcance do Objetivo Específico:

Os trabalhos foram iniciados em parceria e realizados com contra partida de outras entidades, sendo esse é o fator de maior relevância para o baixo índice no desempenho das metas físicas estabelecidas, porém foram executadas muitas, palestras técnicas, workshop, cursos de qualificação, dia de campo, encontros regionais, e também motivação de pessoas através da educação ambiental confeccionando as Diretrizes Técnicas, não esquecendo do aparelhamento do MT - FLORESTA com a aquisições de máquinas digitais, data show, Notebook, trenas digitais, máquinas de computadores e o custeio das reuniões do Conselho Gestor

Execução Orçamentária e Financeira:

valor suplementado foi o responsável pela baixo índice de desempenho, pois não houve tempo hábil para a realização de licitação por entraves no Núcleo Sistemático da SEDER/MT, não sendo possível repassar tal pedido a Secretaria de Administração do Estado, na qual seria a responsável para a aquisição das 02 (duas) caminhonetes, retornando assim o valor para o Fundo de Desenvolvimento Florestal, na qual já está com o processo em andamento para aquisição dos dois veículos (caminhonete).

Outros Aspectos Relevantes:

Recomendações da Unidade Responsável pela Ação:

RAG 2008



Governo de
Mato Grosso

RELATÓRIO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

